

FÁBIO ANDRÉ GONÇALVES DAS CHAGAS

A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA:  
dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração : Historia e Cultura Política).

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luís Saint-Pierre

FRANCA  
2000

Chagas, Fábio André Gonçalves das  
A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e  
perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)/  
Fábio André Gonçalves das Chagas. Franca, 2000.

Dissertação – Mestrado – Faculdade de História,  
Direito e Serviço Social – UNESP – Franca.

1. Ditadura militar – História - Brasil. 2. Esquerda -  
Luta armada – Brasil. 4. Guerrilhas. 5. Revolução

CDD- 981.08

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio estendido nos difíceis momentos do início de dessa jornada.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Héctor Luís Saint-Pierre, pela confiança depositada no trabalho, pela orientação e pela amizade construída nesse período.

Agradeço a demais professores e amigos que estiveram em algum momento próximos ao trabalho.

Agradeço a gentileza de todos os ex-militantes que entrevistamos e que sempre se mostraram dispostos a contribuir com este trabalho, seja pelos depoimentos, seja pelos contatos que encaminharam.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelos recursos concedidos, sem os quais esta pesquisa não teria se concretizado

## Lista de Siglas

ACISO – Ação Cívico Social  
AI-5 – Ato Institucional 5  
ALN – Ação Libertadora Nacional  
AP – Ação Popular  
ARENA – Ação Renovadora Nacional  
BNM – Brasil Nunca Mais  
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha  
CCC – Comando de Caça aos Comunistas  
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna  
COLINA - Comandos de Libertação Nacional  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social  
DI - Dissidência  
DOI - Destacamento de Operações de Informações  
DVP - Dissidência da Var-Palmares  
EUA - Estados Unidos da América  
FLN – Frente de Libertação Nacional  
IC - Internacional Comunista  
JOC - Juventude Operária Católica  
JUC - Juventude Universitária Católica  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro  
MRT – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores  
OPP – Organização Político Partidária  
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária  
PA – Propaganda Armada  
PAV – Propaganda Armada Vinculada  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
POC – Partido Operário Comunista  
POR-T – Partido Operário Revolucionário  
PSR – Partido Socialista Revolucionário  
QG – Quartel General  
REDE – Resistência Democrática  
RI - Regimento de Infantaria  
UC - Unidade de Combate  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
USP - Universidade de São Paulo  
VAR-PALMARES - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares  
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

## RESUMO

Este trabalho consiste na recuperação da história da organização clandestina de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária entre 1968 e 1971. O enfoque dado à pesquisa centra-se nos conflitos internos daquela organização, com o qual procuramos apreender as propostas erigidas pela VPR para superar os impasses da luta armada naqueles anos. A clandestinidade, a eficácia do aparato repressivo do governo e a situação de isolamento político crônico das massas constituíram os maiores dilemas para a VPR e o conjunto da esquerda proponente da luta armada. Observamos que o estudo da história da VPR pela ótica dos seus conflitos internos permite-nos afirmar que aquela organização elaborou um projeto revolucionário com traços de originalidade, e, por conseguinte, não se limitou a importar e a ecoar sem críticas as formulações e os modelos revolucionários internacionais.

Palavras Chave: esquerda, estratégia, guerrilha, luta armada, revolução.

## SUMÁRIO

Introdução.....	07
-----------------	----

### Capítulo 1

#### ENSAIOS DE LUTA ARMADA: AÇÃO E ANTI-TEORICISMO, FORMAÇÃO DA VPR E IRRUPÇÃO DO CONFLITO ENTRE O POLÍTICO E O MILITAR

1.1 Dissensões e confluências das esquerdas no Brasil.....	19
1.1.1 O quadro nacional das esquerdas brasileiras.....	22
1.1.2 Ensaios de luta armada.....	27
1.2 A formação da “Organização”.....	28
1.3 Osasco: O componente operário da VPR e o trabalho político nas cidades.....	40
1.4 A tensão entre os setores da “Organização”.....	43
1.5 O congresso da “Praianada”: cristalização do conflito “Político x Militar”.....	47

### Capítulo 2

#### CONGRESSOS, FUSÕES E “RACHAS”: A FORMAÇÃO DA VAR-PALMARES E OS PRESSUPOSTOS DA VPR RECONSTITUÍDA PARA A LUTA REVOLUCIONÁRIA

2.1 O Fluxo de “quedas” e os encaminhamentos para o congresso de abril.....	52
2.2 O Congresso de abril.....	54
2.3 A “Reunião de Julho” e a formação da VAR-Palmares.....	59
2.3.1 A “Grande Ação”.....	61
2.4 O congresso de Teresópolis: “Massistas”, “Militaristas” e a reconstituição da VPR.....	63
2.5 Da “Tijuca” à crise abril: as definições teórico-práticas da nova VPR.....	71
2.5.1 O congresso da Tijuca”.....	73
2.5.2 As teses de “Jamil”.....	75
2.5.3 Encaminhamentos da estratégia e a crise de abril.....	82

### Capítulo 3

#### ASCENSÃO E DECLÍNIO: A EXPERIÊNCIA DO RIBEIRA, OS ÚLTIMOS LANCES E O OCASO DA VPR.

3.1 O Vale do Ribeira: O furo ao cerco e reafirmação da viabilidade guerrilheira.....	88
3.2 O Seqüestro do embaixador alemão.....	90
3.3 A efetivação da linha política: os últimos “lances”.....	92
3.4 O seqüestro do suíço e a irrupção da crise final da VPR.....	98
3.4.1 A “tese do Recuo” X Ficar Para Lutar.....	101
3.4.2 O ocaso da VPR.....	107
Considerações Finais.....	114
Fontes.....	117
Bibliografia.....	118

## Introdução

Este trabalho se insere no quadro de estudos da história das lutas contra a ditadura militar brasileira (1964-1984), mais particularmente a forma armada que assumiu essa luta contra aquele regime. Dentre os vários grupos armados que enfrentaram à ditadura, nossa pesquisa buscou recuperar especificamente a história da organização de esquerda armada Vanguarda Popular Revolucionária, sob o enfoque de seus conflitos internos, entre 1968 e 1971. Nosso ponto de partida para esse estudo deita raízes na asserção erigida por Daniel Aarão Reis Filho de que as organizações clandestinas de esquerda no Brasil não se limitaram a ecoar as formulações internacionais que vigiam naquele período.<sup>1</sup> Efetivamente, apontamos o erro, produto da complexidade do fenômeno, de avaliar o grau de autonomia das esquerdas nacionais em relação às suas filiações internacionais.<sup>2</sup>

Em se tratando de um estudo cujo enfoque privilegia os conflitos internos da VPR, procuramos reunir um arcabouço teórico, bem como categorias de análise, que nos permitissem interpretar os conflitos existentes naquela organização. Neste sentido, reunimos Carl Von Clausewitz<sup>3</sup>, para quem os fatores políticos sempre devem subordinar os fatores militares, e, Régis Debray<sup>4</sup>, autor cujas teses foram as que causaram maior impacto na esquerda armada latino-americana, e que pressupunha a inversão da *Formule* clausewitziana: os fatores militares subordinam os fatores políticos.

Com o mesmo objetivo de interpretar os conflitos existentes na história da VPR, discutimos os conceitos de “massismo” e “militarismo”. A definição de “massismo” que utilizamos neste trabalho refere-se àquelas organizações armadas que “oscilaram entre as propostas militaristas e a defesa da idéia de efetuar um trabalho mais profundo junto às massas, em paralelo ao desenvolvimento das ações urbanas e rurais”.<sup>5</sup> O “militarismo”, por seu turno, foi definido por Jacob Gorender como a predominância das formas de luta e de propaganda armada que desprezavam o trabalho de massas.<sup>6</sup> Por fim, nos apropriamos da categoria utilizada por Marcelo Ridenti para analisar o sentido da morte e suas modificações no decorrer do movimento de luta armada. Trata-se do conceito de “*suicídio revolucionário*”.

---

<sup>1</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*, SP: Brasiliense, 1990.

<sup>2</sup> GARCIA, Marco Aurélio. “Contribuição para uma história da esquerda brasileira”, MORAES, Reginaldo et alii. *Inteligência brasileira*, SP: Brasiliense, 1986.

<sup>3</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Brasília: Martins, Fontes 1979.

<sup>4</sup> DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Centro Editorial Latino Americano, s/d.

<sup>5</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*. SP: Ed. da Unesp, 1993.

<sup>6</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed., SP: Ática, 1987.

Nosso objetivo com este trabalho foi identificar os conflitos mais importantes na história da VPR em torno dos pressupostos para a guerra revolucionária, e, a partir disso, mostrar em que medida aqueles conflitos permitiram a elaboração de um projeto revolucionário com traços de originalidade. O resultado da nossa pesquisa reitera a premissa de que a esquerda armada brasileira não importou acriticamente os modelos revolucionários internacionais.

O *corpus documental* utilizado para a consecução da pesquisa foi constituído por fontes de natureza arquivística, depoimentos de ex-militantes (fontes orais) e fontes de natureza bibliográfica tais como biografias e trabalhos memorialísticos. No arquivo do DEOPS de São Paulo, centramos nossa investigação estritamente em cima dos documentos políticos da organização apreendidos pelos órgãos de inteligência e segurança do governo. Restringimos a pesquisa aos documentos apreendidos por entendermos que incorporar o discurso da “repressão” sobre a VPR, neste momento, transcenderia os limites do nosso trabalho; não obstante aquele tipo de documento possa vir a constituir o material de possíveis estudos futuros. Outro arquivo que pesquisamos foi o do Projeto *Brasil Nunca Mais*, sob a guarda do arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp. Novamente, nos limitamos a pesquisar estritamente os documentos políticos, no caso, os *Anexos*. Este procedimento também se aplicou ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi a pesquisa dos documentos localizados na coleção particular do professor Daniel Aarão Reis Filho constante naquele arquivo. O professor João Quartim de Moraes também contribuiu com alguns documentos, ao ceder-nos gentilmente acesso ao seu arquivo particular.

As fontes bibliográficas foram utilizadas basicamente para fornecer nomes e fatos que serviram de suporte para a elaboração de roteiros de perguntas para os militantes entrevistados.

No âmbito das fontes orais, realizamos entrevistas com ex-militantes cuja atividade revolucionária ocorreu nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sobre este último estado, ressaltamos que não nos propusemos recuperar a história da VPR *in toto*, mas tão somente articular a luta dos gaúchos com a luta travada no eixo Rio-São Paulo. Advertimos que muito longe de encerrar um estudo da trajetória da VPR naquele estado, a luta armada no Rio Grande do Sul é uma história que ainda precisa ser escrita.

Procedemos com essas fontes buscando cobrir lacunas que os documentos não preenchem, como no caso de episódios em que não se produziu qualquer documento, mas principalmente, para dar voz aos atores históricos cujas posições divergiram dentro da organização. Acreditamos que procedendo desta forma, aproximava-nos, de alguma maneira, dos critérios de objetividade no trabalho, ao considerar o conjunto das posições políticas antagônicas no interior da VPR.

No que concerne a montagem da estrutura de nosso trabalho, dividimos os capítulos essencialmente de acordo com os grandes conflitos que identificamos na história da VPR.



Com o objetivo de apresentar o primeiro grande embate no interior da VPR, estruturamos o primeiro capítulo visando a constituição de um quadro interpretativo para entender aquele conflito. Partimos da apresentação do contexto histórico em que irromperam as inúmeras organizações armadas, destacando a seguir, em linhas gerais, as idéias que permearam aquelas organizações. Ressaltamos, nesse sentido, os elementos “ação” e “anti-teoricismo” como o cimento para a fusão de pequenos grupos ansiosos em partir para a deflagração da luta armada no país. No decurso do capítulo discorreremos sobre a experiência estudantil e operária de Osasco e o importante papel que desempenharia na formulação posterior do campo que denominamos como “massista”. Por fim, apresentamos o “Congresso da Praianada” como a expressão do conflito entre os fatores políticos e os fatores militares.

O segundo capítulo, partindo da crise estrutural que sofria a VPR no início de 1969, passando pelo “Congresso de Abril” para chegar à formação da VAR-Palmares, tem como eixo central um novo conflito na VPR, este expresso na antinomia *massismo versus militarismo*. Advertimos que o ápice daquele conflito ocorre no congresso da VAR-Palmares, portanto, quando a VPR fundira-se com os COLINA e outros pequenos grupos. Todavia, como será percebido no texto, tanto a proposta “militarista” quanto a proposta “massista” deitam raízes num processo de amadurecimento daquelas posições que se mostrariam irreconciliáveis, não obstante a contribuição substancial à posição “massista” advinda da concepção das “União Operárias” gaúchas. No decorrer do segundo capítulo, abordamos o processo de elaboração teórica da VPR, reconstituída a partir do “Congresso da Tijuca” e com base nos trabalhos de “Jamil”. O desfecho deste capítulo dar-se-á no período em que a organização estudada enfrenta sua primeira grande crise, após definir e encaminhar seus pressupostos para a ação revolucionária.

O terceiro e último capítulo se inicia com a experiência do Vale do Ribeira e seu impacto positivo no seio da organização, em virtude da vitória militar do pequeno grupo da VPR sobre o poderoso aparato militar montado para capturá-lo. O seqüestro do embaixador alemão, bem como o desenvolvimento da Frente de organizações armadas, são abordados na medida em que constituem pontos da estratégia da VPR para superar os entraves do movimento armado. O seqüestro do embaixador suíço é abordado com maior afinco devido ao fato que, no período subsequente aquele seqüestro, abriu-se um processo de discussão na VPR, cujo desfecho fora a formulação da “Tese do Recuo” e de sua oponente, a tese do “Quem Samba Fica, Quem não Samba vai Embora”. Este último conflito é analisado sob a luz da análise de que a primeira tese constituiu-se em um princípio de questionamento da viabilidade da luta armada, ao passo que a segunda tese é analisada em termos do “suicídio revolucionário”.

### Balanco historiográfico sobre a luta armada

O volume de trabalhos sobre o período da luta armada no Brasil (1968-1974) tem crescido consideravelmente nos últimos anos. A abertura dos arquivos de órgãos de inteligência e de segurança do regime militar naquele período, assim como a veiculação de diversas matérias acerca do assunto através dos meios de comunicação têm contribuído, em certa medida, para que o conhecimento daqueles fatos ocorridos chegue a um público mais amplo. Não raramente, nos deparamos com matérias jornalísticas que tornam públicas entrevistas e revelações inéditas (nem por isso surpreendentes) sobre aquele período. Estas matérias, na maior parte das vezes, não se referem especificamente à luta armada, mas sim à presos políticos, torturas e mais atualmente ao processo de indenizações às famílias de desaparecidos políticos, não obstante, acabarem mencionando o movimento guerrilheiro.

A recente comemoração dos trinta anos das mobilizações que conturbaram o ano de 1968, possivelmente contribuiu para impulsionar o mercado editorial a abrir espaço para novos trabalhos e, inclusive, a reeditar alguns livros já esgotados.<sup>7</sup> Ainda que se trate de efemérides, este fato permite que a luta armada daquele período seja conhecida hoje por um contingente maior da população do país, obrigando a abrir ainda mais as janelas da história para ventilar aqueles acontecimentos.

Em termos bibliográficos, seguramente, o maior volume de trabalhos sobre a esquerda armada concentrou-se no universo jornalístico, na produção de romances e, principalmente, nas autobiografias. Nos últimos anos o cinema brasileiro produziu filmes como *Lamarca* e *O Que É Isso Companheiro*, ambos inspirados nos respectivos livros, assim como outro filme chamado *Ação entre Amigos*<sup>8</sup>, todos eles focalizando aspectos relacionados ao drama daquele período.

Entretanto, sob a perspectiva estritamente historiográfica, observamos a existência de trabalhos que erigem modelos interpretativos divergentes em alguns aspectos e convergentes noutros. Um dos aspectos sobre o qual as explicações divergem é sobre a natureza estratégica da luta daqueles grupos armados. Com efeito, aquele enfrentamento encetado pelas organizações marxistas que propunham o caminho das armas nos anos 60 e 70, é concebido, por algumas reconstruções historiográficas, como um movimento de resistência ao regime instaurado em 1964 e, por outras, como um movimento ofensivo de tomada do poder, gestado desde fins da década de

---

<sup>7</sup> Como exemplo podemos mencionar *Lamarca*: o capitão da guerrilha de Emiliano José e Oldack Miranda e *Os Carbonários* de Alfredo Syrkis.

<sup>8</sup> Fizemos questão de mencionar este filme porque retrata de forma interessante, por meio de alguns personagens, o comportamento de ex-militantes das organizações guerrilheiras, desde aqueles que propõem-se a “colocar uma pedra”

1940 no seio das lutas internas no PCB. Há trabalhos, no entanto, que procuram interpretar o sentido daquele movimento de forma mais híbrida, mostrando-o como um movimento dialético de resistência e ofensiva<sup>9</sup>.

Para Jacob Gorender, defensor da tese da resistência, a luta armada teve significação de “violência retardada”. Observa este autor que:

*Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.<sup>10</sup>*

Descaracterizando a luta da esquerda armada como uma resistência democrática e apontando para uma interpretação daquele processo como a ação de uma “contra elite” que ambicionava o assalto ao poder político, Daniel Aarão Reis Filho afirma que antes mesmo da instauração do regime civil-militar, em 1964, já se vislumbrava no seio da esquerda um projeto revolucionário ofensivo.

Este autor desenvolve um amplo estudo da dinâmica interna das organizações comunistas, apontando um conjunto de fatores de coesão que, se por um lado, são “indispensáveis para o funcionamento e fortalecimento das organizações comunistas [por outro] debilitam e enfraquecem a capacidade dos comunistas de manterem um contato, uma troca, uma interação, vivas e ágeis com o processo histórico”.<sup>11</sup> Estes mecanismos implicariam numa fraqueza para as organizações, segundo o autor, pela dificuldade para se vincular com o social e, por outro lado, porque sua força residiria no fato de que numa conjuntura revolucionária, estas organizações estariam aptas a intervir passando, rapidamente, de núcleos minúsculos de quadros de estado-maior para instâncias dirigentes da sociedade. Os mecanismos aos quais se refere Daniel Reis Filho são: os pressupostos fundadores, a leitura legitimadora dos modelos internacionais, a dinâmica antidemocrática, a estratégia de tensão máxima e a presença marcante das elites intelectualizadas.

Acerca dos modelos revolucionários, Reis Filho refuta a idéia de que a esquerda revolucionária apenas ecoou as formulações internacionais (aliás, este é um ponto em que

em cima de tudo até aqueles “revanchistas”, proponentes de um “acerto de contas” com os inimigos do passado. Destacamos também a existência alguns documentários produzidos em meados dos anos 80.

<sup>9</sup> Clausewitz também se refere à natureza da guerra como uma dialética entre a ofensiva e a defensiva, mas é importante notar que “resistência” não pode ser traduzida diretamente como “defensiva”. Uma guerra de resistência pode contar –e normalmente conta- com movimentos defensivos e ofensivos dependendo do desdobramento dos combates. CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. RJ: Martins Fontes 1979.

<sup>10</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed., SP: Ática, 1987, p. 286.

<sup>11</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*. SP: Brasiliense, 1990, p. 183.

convergem quase todos os trabalhos de cunho interpretativo aqui analisados). Limitando os modelos internacionais à esfera de uma influência sobre a esquerda brasileira, observa que

*Não seria exato afirmar, como se comprava, que tudo começou com e a partir do XX Congresso. O que se constata, ao contrário, é a autonomia com que evoluem os comunistas em relação aos centros internacionais, marcada tanto pela análise do tempo como pela forma em que se processa.*<sup>12</sup>

As causas da derrota da esquerda armada, segundo este autor, teriam sido as mesmas que levaram organizações revolucionárias à vitória noutros processos históricos, neste caso, os mecanismos de coesão interna. Tal como as vanguardas de outros países, os comunistas brasileiros estavam preparados, coesos e mobilizados; no entanto, no Brasil, a “revolução faltou ao encontro”.

Para Marcelo Ridenti, a definição da luta armada como um movimento de resistência decorre de uma perspectiva institucional na medida em que “teriam sido levados à luta armada vários daqueles que se viram privados de seus canais de atuação social e política depois do golpe de 64, ou depois do ‘golpe dentro do golpe’ de 68”.<sup>13</sup>

Na análise sobre a natureza daquele movimento armado, este autor observa que:

*O fato é que se instalou um regime militar no Brasil, e naquela conjuntura a ação dos grupos de armados tomou a forma de resistência contra a ditadura, mesmo que o projeto guerrilheiro fosse anterior a ela e não pretendesse ser só uma resistência, o que, aliás, não se confunde com a visão institucionalizante anteriormente aludida.*<sup>14</sup>

Desde uma abordagem sociológica, Ridenti privilegia o estudo das raízes sociais das organizações revolucionárias, bem como suas bases sociais. A agitação artístico-cultural no período também constitui objeto de estudo do seu trabalho, identificando orientações progressistas e mesmo esquerdistas naquele meio cultural. Outros dois importantes pontos são levantados por Ridenti: a “ilusão da permanência representativa” na qual é abordada a gradativa perda de representatividade das lideranças e grupos de esquerda e o “suicídio revolucionário”, conferido às duas feições que assume a morte no curso daquele processo político.

Ridenti trabalha com a idéia da “ilusão da permanência representativa”, para caracterizar, por um lado, a insistência de lideranças e grupos de esquerda numa perspectiva de representação fundamentalmente ligada à organização institucional do Estado e, por outro, numa proposta de alternativa de representação erigida pela esquerda armada. No primeiro caso, refere-se ao agitado período político pré-64 no qual, organizações como o PCB, o CGT, a UNE e os nacionalistas de esquerda (ligados à Leonel Brizola), respaldados amplamente pelas massas, pautavam-se num

<sup>12</sup> Idem, p. 85.

<sup>13</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*. SP: Ed. da Unesp, 1993, p. 61.

<sup>14</sup> Idem, p. 64.

projeto político de representação interrompido pelo golpe em 1964. Observa Ridenti que “Alguns insistiram anacronicamente, na manutenção do projeto político em vigor no período populista; contudo, sem apoio e bases de sustentação institucionais, eles veriam minguar, em pouco tempo, quase por completo, sua representação”.<sup>15</sup>

Quanto ao segundo momento, observa-se que a esquerda armada assentou a representação dos explorados sob a forma de representação armada, cujo instrumento seria a vanguarda guerrilheira. Quando esta esquerda envolveu-se com as mobilizações sociais de 1967-68, conquistando a adesão de inúmeras lideranças, sobretudo estudantis, logo se expressou, para Ridenti, a ilusão da permanência representativa. As lideranças daqueles movimentos sociais perdiam representatividade ao se afastarem das bases sociais em que atuavam para se submergir na clandestinidade, mudando qualitativamente quando se alterava a proposta de representação dos movimentos de massas pela atividade guerrilheira.

Quanto ao suicídio revolucionário, este autor identifica que, a partir de um certo momento, sobretudo após a edição do AI-5, a militância clandestina na esquerda armada insere-se numa forma de suicídio pessoal e político. Isto aconteceu em virtude do isolamento crescente, da marginalização social e a conseqüente perda de apoio logístico dos grupos armados, por um lado, e, de outro, pela eficácia cada vez maior dos grupos de inteligência e de segurança do regime. Neste contexto, a morte foi inicialmente entendida como contingência do processo revolucionário, no qual, morria-se por fins sociais. Entretanto, numa segunda etapa, a morte se caracterizou pela insistência num projeto cada vez mais claramente fadado ao fracasso, mas que, ainda assim, não se poderia “abandonar o barco” pelo compromisso moral com aqueles que haviam sido presos ou mortos durante aqueles anos, em virtude do engajamento e pela obrigação moral da ética revolucionária.

No âmbito da construção da memória da esquerda naqueles anos difíceis, Daniel Aarão Reis Filho erige três vertentes que constroem essa memória: duas delas já apresentamos nas linhas acima: a tese da resistência democrática defendida por Gorender, na qual o autor inclui o sociólogo Marcelo Ridenti; a tese da contra elite e do projeto de ofensiva revolucionária e uma terceira vertente, cuja versão, afirma Reis Filho, é a mais difundida. Neste campo, então, estariam os trabalhos de Fernando Gabeira e de Zuenir Ventura.<sup>16</sup> Estes interpretam o movimento revolucionário dos anos 60 e 70 como uma “grande aventura”, repleta de pessoas bem intencionadas, mas que agiram no limite da irresponsabilidade. Tal tese, para Daniel Reis Filho,

---

<sup>15</sup> Idem, p. 246.

<sup>16</sup> GABEIRA, Fernando. *O Que é Isso Companheiro?* RJ: Nova Fronteira, 1982 e VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não Terminou*. RJ: Nova Fronteira, 1988.

recupera aquela história sangrenta no sentido de uma reconciliação, “mas na paz, na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso”<sup>17</sup>, afinal, o contexto era o de uma anistia ampla e recíproca.

Apolônio de Carvalho, legendário militante da esquerda brasileira, caracteriza em seu livro de memórias, a ação daquelas organizações comunistas como limitadas a um “protesto armado”, pelo fato que a esquerda brasileira não teria tido quaisquer condições de enfrentar a ditadura militar pela força das armas.<sup>18</sup>

Entre os trabalhos cuja finalidade não é tratar especificamente da esquerda que pegou em armas contra o regime militar, destacamos o livro de Antônio Ozaí Silva, cuja proposta é mostrar um grande número de organizações remetendo-as às suas origens, aos seus rachas e aos seus referenciais teóricos básicos, desde o final do século passado.<sup>19</sup>

Luís Mir, autor cujo trabalho não encontrou boa receptividade e até, em alguns casos, forte resistência por parte dos ex-militantes das organizações armadas, coloca em questão o envolvimento dos comunistas russos, chineses e cubanos no processo revolucionário brasileiro durante a ditadura militar.<sup>20</sup>

Um período da luta armada no Brasil menos explorado, do ponto de vista bibliográfico, que o período da guerrilha urbana travada entre 1968 e 1974, é o da guerrilha do Araguaia ocorrida entre 1972 e 1974. Sobre esta forma de luta, organizada pelo Partido Comunista do Brasil, o PC do B, podemos citar, entre outros, o trabalho do jornalista Fernando Portela<sup>21</sup>, a narrativa de um ex-guerrilheiro que sobreviveu à perseguição das tropas militares do governo, assim como algumas publicações do PC do B.<sup>22</sup>

Entretanto, o trabalho que figura como o mais importante sobre a guerrilha do Araguaia é o livro do ex-militante do PC do B, Vladimir Pomar, quem procura avaliar criticamente o episódio guerrilha do Araguaia. Com esse objetivo, ele revisa e analisa vários documentos do partido, que abarcam a trajetória do PC do B até 1976 e outros específicos sobre a luta guerrilheira.<sup>23</sup>

Observamos a existência de trabalhos que vão de romances à autobiografias que consideramos pioneiros na autocrítica daquele processo político. Referimo-nos essencialmente

<sup>17</sup> REIS FILHO, Daniel A. “Um passado Imprevisível: A Construção da Memória da Esquerda nos Anos 60” In \_\_\_\_\_ *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. SP: Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 35.

<sup>18</sup> CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. RJ: Rocco, 1997.

<sup>19</sup> SILVA, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil: Origens, Cisões e Propostas*. 2 ed. SP: DAG gráfica e editorial, s/d.

<sup>20</sup> MIR, Luís. *A Revolução Impossível: A Esquerda e a Luta Armada no Brasil*. SP: Best Seller, 1994.

<sup>21</sup> PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. SP: Global, 1979.

<sup>22</sup> SÁ, Glênio de, *Relato de um guerrilheiro*, Anita Garibaldi, 1990.

<sup>23</sup> POMAR, Vladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. SP: Brasil Debates, 1980.

aos trabalhos de Renato Tapajós e de Herbert Eustáquio de Carvalho.<sup>24</sup> Identificamos ainda em alguns trabalhos mais recentes, seja pelo narrador ou pelos personagens do enredo literário, traços e perfis psicológicos que ficaram como cicatrizes indeléveis nos militantes daquele período.<sup>25</sup>

No bojo da bibliografia sobre a luta armada, encontramos trabalhos organizados sob a forma de depoimentos de ex-militantes<sup>26</sup>, narrando episódios ou a experiência da prisão e da tortura. Alguns dos episódios ocorridos naqueles anos<sup>27</sup>, como os quatro seqüestros executados pela esquerda armada, podem ser conhecidos em seus detalhes a partir de leitura de algumas obras. Dos quatro seqüestros, o do embaixador alemão e do cônsul suíço foram retratados em livros produzidos por dois ex-militantes da VPR, enquanto que outros dois são retratados por um jornalista e pelo próprio seqüestrado.<sup>28</sup>

As pesquisas de gênero têm sido uma outra faceta mais recente da produção bibliográfica sobre as organizações revolucionárias. Num processo de desenvolvimento desde alguns anos, novos trabalhos como o de Luiz Maklouf, Elizabeth Xavier Ferreira e Ana Maria Colling têm surgido. Fruto de dissertações de mestrado, o trabalho das duas autoras é um exemplo de como tem crescido o interesse pelo trabalho com a temática da luta armada no meio acadêmico, sobretudo no âmbito da pesquisa de gênero.

Elizabeth Ferreira se propõe reconstituir a memória de um grupo de mulheres e suas experiências de vida a partir da sua entrada na militância política e na clandestinidade, bem como a experiência da prisão.<sup>29</sup>

O trabalho de Ana Maria Colling pautou-se num estudo sobre os discursos, mais especificamente o discurso da “repressão” sobre a mulher militante. A autora procurou estudar, entre outros pontos do trabalho, como a repressão agiu sobre as mulheres e a reação destas mulheres à repressão. Um dos aspectos marcantes deste trabalho é a preocupação da autora em revelar como a ditadura militar e a sociedade como um todo construiu o sujeito político “mulher subversiva”. Segundo Ana Colling, a mulher foi caracterizada homogeneamente sob um mesmo

---

<sup>24</sup> TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. SP: Alfa-Ômega, 1977. Alertamos que é em termos de um romance que este trabalho é pioneiro na autocrítica, ao lado de *Bar Don Juan*, de Antonio Callado, pois no nível de uma discussão mais densa, a revista *Debate* já desenvolvia a autocrítica desde o início da década de 1970.

<sup>25</sup> DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982.

<sup>26</sup> CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa & RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do Exílio, Brasil 1964 - 19??*. V. 1 De muitos caminhos; FREIRE, Alípio. *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos políticos*. SP: Scipione, 1997; MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: Vinte e Cinco Anos Depois, as Forças Populares Repensam Seus Mitos, Sonhos e Ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

<sup>27</sup> Destacamos a coletânea assinada por: CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil*. Cuba: Ed. Casa de Las Americas, 1973.

<sup>28</sup> OKUCHI, Nobuo. *O Seqüestro do Diplomata*. SP: Estação Liberdade, 1991; BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia a dia*. RJ: Nova Fronteira, 1997. O autor do primeiro livro foi o próprio seqüestrado. Os livros dos ex-militantes são SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981 e POLARI, Alex. *Em Busca do Tesouro*. RJ: Codecri, 1982.

estigma, transcendendo quaisquer aspectos de distinção tais como classe social. A forma com que a “repressão” caracterizou a mulher militante, conforme a autora, alicerçou-se em dois conceitos socialmente problemáticos que diminuem a mulher frente à sociedade: prostituta e comunista. Observa Colling que

*A repressão busca a desconstrução do sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante. Caracterizando-a como puta comunista. Ambas categorias são desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher num mundo privado e doméstico.*<sup>30</sup>

Os trabalhos acima referidos revelam a preocupação das autoras em trazer para o presente a mulher como sujeito histórico e merecedora dos registros que, segundo elas, circunscreve-se ao mundo masculino. Ambos os trabalhos procuram estudar as implicações decorrentes da militância ao relacioná-la com questões como a identidade, a família e a prisão.<sup>31</sup>

Também existem obras em que a VPR é retratada de forma mais densa, sendo possível localizar recortes da história da organização, por um lado, porque os livros constituem biografias de ex-militantes da organização<sup>32</sup>, e, por outro, porque foram escritas por autores cuja militância, pelo menos por algum tempo, foi na própria organização que estudamos.<sup>33</sup>

Acerca da experiência dos militantes da VPR com os operários de Osasco, destacamos os livros de Orlando Miranda e a coletânea de textos organizados por Celso Frederico<sup>34</sup>. Nestes livros, podemos adquirir informações sobre as relações da esquerda e o movimento operário naquele período de ditadura, na cidade de Osasco.

Chamamos a atenção para fato de que em alguns trabalhos, não especificamente sobre a VPR, é possível encontrar versões diferentes sobre um mesmo episódio na trajetória da organização<sup>35</sup>. Acerca do maior agente infiltrado conhecido na esquerda armada, é possível localizar três livros.<sup>36</sup>

<sup>29</sup> FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*, 1996.

<sup>30</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p 117-118.

<sup>31</sup> Destacamos mais alguns como COSTA, Albertina Oliveira et. alii. *Memórias das mulheres do exílio*. RJ: Paz e Terra, 1980; RIDENTI, Marcelo. “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, USP, 2º sem. 1990. PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. RJ: Rosa dos Tempos 1992.

<sup>32</sup> Referimo-nos à *Lamarca: o capitão da guerrilha* e *Iara: reportagem biográfica*.

<sup>33</sup> São eles: SYRKIS, Alfredo, *Os Carbonários*, 1981. DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*, 1982. POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*, 1982.. GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999; GARCIA, João Carlos B. *Verás que um Filho teu não foge à luta*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Posenato, 1989.

<sup>34</sup> FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*, SP: Novos Rumos, v.1, 1987.

<sup>35</sup> Apenas para citar um exemplo, mencionamos o livro de James Sautchuk, no qual este autor aponta que ao lado do cabo Anselmo, Onofre Pinto (uma das principais lideranças da VPR) “comandaram o desmantelamento completo da VPR, um verdadeiro banho de sangue.” Até hoje, nenhum militante daquela organização, pelo que sabemos, afirma tal fato sobre O ex-sargento Onofre



Obras que não tratam exclusivamente da luta da esquerda armada contribuem na medida em que nos permitem reconstruir alguns episódios deste período. O trabalho de pesquisa da Arquidiocese de São Paulo é significativo neste sentido. Revelando as práticas de tortura aplicadas durante o regime militar, esta vasta pesquisa fornece importantes informações sobre os militantes e suas respectivas organizações.<sup>37</sup> Ainda sobre os órgão de inteligência e segurança do governo, muito contribui a obra organizada por Celina D`Araújo sobre a memória militar. Trata-se de um trabalho essencialmente de História Oral, no qual é possível encontrar, nos depoimentos dos militares entrevistados, uma “visão militar” da luta armada no período pesquisado.<sup>38</sup>

No conjunto desta vasta bibliografia acerca da luta armada no Brasil, percebemos que a produção de trabalhos não se deu apenas pelo lado de quem empunhou armas contra o regime militar. Do lado de quem combateu as organizações revolucionárias de esquerda, os livros produzidos, ainda que em número expressivamente inferior, aparecem no cenário nacional. Dentre estes destacamos os livros do então coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e do general Raimundo Negrão Torres.<sup>39</sup>

Observamos no conjunto da bibliografia levantada que, em sua maioria, os trabalhos procuram delinear a trajetória da esquerda armada a partir das divergências no interior do PCB. A discussão sobre a tomada do poder pelo confronto violento é remetida às posturas assumidas e constatáveis nas resoluções do PCB, de 1948. A seguir destaca-se a perda da hegemonia do PCB nos movimentos sociais e o momento pré-revolucionário na primeira metade dos anos 60, além do crescente descrédito da militância em relação à linha do partido.

Os três principais trabalhos sobre a luta armada entre 1968 e 1971<sup>40</sup>, assinalam uma intensa disputa política quanto às posições a assumir após o golpe. O desfecho, como coincide em mostrar a historiografia, fora o processo de fragmentação da esquerda em inúmeras organizações, mas que tiveram em comum a idéia fixa de desencadear a luta armada, balizados pelas Resoluções da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em 1967.

Soma-se a este fator, o que é amplamente abordado na bibliografia analisada, o contexto político internacional, demasiadamente favorável à opção armada, tendo em vista que movimentos

<sup>36</sup> RIBEIRO, Octávio. *Por Que Eu Traí, Confissões do Cabo Anselmo*. SP: Global, 1984; BORBA, Marco Aurélio. “A VPR e a Crítica das Armas”. In *Em Tempo*, 7-21.2.80; SOUZA, Percival de. *Eu, Cabo Anselmo*. RJ: Globo 1999.

<sup>37</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>38</sup> D`ARAÚJO, Maria Celina. *Os Anos de Chumbo: Memória Militar Sobre a Repressão*. SP: Relume Dumará, 1994..

<sup>39</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*: OBan, DOI/CODI 29 set. 70 -23 jan. 74. 3 ed. Brasília: Editerra, 1987; TORRES, Raimundo Negrão. *Nos porões da ditadura*. RJ: Expressão e Cultura, 1998.

<sup>40</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*, 1987; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*, 1990; RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*, 1993.

revolucionários recentes haviam chegado ao poder político por meio de vitórias militares. Neste contexto, a intensa agitação cultural também ganha destaque no seio da historiografia.

## **CAPÍTULO 1**

### **ENSAIOS DE LUTA ARMADA:**

### **AÇÃO E ANTI-TEORICISMO, FORMAÇÃO DA VPR E IRRUPÇÃO DO CONFLITO ENTRE O POLÍTICO E O MILITAR.**

#### **1.1 Dissensões e confluências das esquerdas no Brasil**

Para entender o movimento armado de esquerda contra a ditadura militar no Brasil nas décadas de 1960 e 70, sobretudo o processo de irrupção das inúmeras organizações que postulavam a luta armada, devemos inexoravelmente penetrar naquele contexto mundial e discorrer sobre a particularidade do momento histórico. Em meados da década de 1950 e início dos anos 60 movimentos revolucionários irromperam em muitas partes do mundo. Revoluções de libertação nacional como a da Argélia em 1962 e a resistência do Vietnã ao imperialismo norte americano no início dos anos 60 impulsionaram inúmeros movimentos nacionalistas e de

esquerda. Neste período a crítica ao modelo soviético, restrita aos círculos trotskistas nos anos 30 e posteriormente aos comunistas chineses, ganha mais força, sobretudo a partir do XX Congresso, em 1956. Neste quadro, parcelas significativas de todo o movimento comunista internacional encetavam críticas mordazes ao “burocratismo” soviético e sua acomodação à ordem internacional da Guerra Fria. A revolução cultural na China, a partir de 1966, também causou impacto na esquerda mundial, sobretudo naqueles setores que criticavam o modelo soviético e buscavam assentar a construção do socialismo sobre outras bases. A estratégia da Guerra Popular Prolongada e o êxito militar dos movimentos revolucionários do período serviram a setores radicais da esquerda brasileira para justificar a violência revolucionária como estratégia mais adequada à etapa histórica do capitalismo brasileiro. O final da década de 1960 ainda produziria uma formidável explosão de manifestações libertárias e contestações à ordem e às instituições vigentes como a tentativa de democratização do socialismo tcheco, duramente reprimida pela invasão dos tanques soviéticos durante a “Primavera de Praga”. O ano de 1968 iniciou-se com a Ofensiva vietnamita do *Tet*, passou pelas mobilizações contra a Guerra do Vietnã e o movimento dos Panteras Negras nos EUA, desabrochou o maio francês, movimentos guerrilheiros na América Latina e centenas de mobilizações estudantis e operárias no mundo inteiro.

O quadro contestatório da década de 1960 transcendeu o âmbito político e se concretizou também sob a forma de manifestações artístico-culturais, como alguns movimentos musicais, a contracultura, o movimento *hippie* e o leque de mudanças comportamentais impulsionadas pela juventude daquele período.

Entre os movimentos revolucionários do período, aquele que exerceu maior influência sobre os revolucionários brasileiros, e latino-americanos em geral, foi a revolução cubana.<sup>41</sup> O processo revolucionário cubano é definido como um marco de ruptura com o período stalinista do marxismo latino-americano. Segundo Löwi, a revolução cubana inaugurou o terceiro período do marxismo no continente, marcado pelo surgimento de correntes revolucionárias adeptas da via armada e pela natureza socialista imediata da revolução<sup>42</sup>.

A influência do modelo cubano transcendeu os limites do caráter da revolução, destacando-se também pelo modelo organizacional dos revolucionários. Os pressupostos da vanguarda dinamizariam a luta revolucionária devido ao seu caráter empírico, priorizando o trefismo combativo e a aplicação da violência revolucionária em oposição à excessiva teorização e o imobilismo dos Partidos Comunistas do continente. O campo como palco principal da luta e sob a

---

<sup>41</sup> Acerca dos diferentes impactos que a revolução cubana causou nos movimentos sociais progressistas no Brasil, ver artigo de Emir Sader em *História do Marxismo no Brasil*, v. 1. e também artigo de Daniel Aarão Reis Filho publicado no *Jornal da Tarde* (SP), no dia 9 de janeiro de 1999.

forma de guerrilha rural, em contraposição ao modelo insurrecional leninista, foi outra importante influência da revolução cubana.

Os pressupostos teórico-práticos da revolução cubana foram sintetizados pelo revolucionário argentino/cubano Ernesto “Che” Guevara e pelo intelectual francês Régis Debray respectivamente nas obras *Guerra de Guerrilhas* e *Revolução na Revolução*. Em decorrência da experiência revolucionária cubana nascia a teoria do foco e sua prática que passou a ser conhecida como “foquismo”.

A essência da teoria do foco partia da hipótese de que na América Latina as condições objetivas estavam dadas, mas que também seriam necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. A vontade revolucionária por parte das forças ativas de uma sociedade, acreditava esta teoria, poderiam ser criadas e orientadas pela ação exemplificadora de um foco guerrilheiro, ou seja, o pequeno motor que acionaria o grande motor, no caso, as massas.

A estratégia foquista consistia no deslocamento inicial de um punhado de homens para uma região de difícil acesso para tropas regulares e que passaria por um processo de ambientação e treinamento. Logo a seguir, esse pequeno destacamento passaria a atuar entre os camponeses realizando um trabalho político com o fim de mostrar a justeza de sua luta e recrutar guerrilheiros entre as populações locais, aspecto demasiado importante para o êxito da luta guerrilheira. Num outro momento, formar-se-iam colunas guerrilheiras que, devido ao excesso de homens concentrados numa mesma região, se deslocariam da região inicial e levariam a luta guerrilheira a outras regiões<sup>43</sup> até que o número de combatentes permitisse confluir para a formação do exército rebelde, este sim, capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva.

Debray analisou a atuação dos revolucionários sob um aspecto essencialmente militar, enfatizando os aspectos puramente técnicos do foco guerrilheiro. Segundo aquele autor “não se vê como uma direção política possa hoje, na América Latina, permanecer estranha aos problemas técnicos da guerra; da mesma forma que não se pode conceber um quadro político que não seja simultaneamente um quadro militar”.<sup>44</sup>

No entanto, o aspecto de maior destaque no debraysmo e o que de fato o singularizou foi a insistência na primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Alegando constatar que o modelo de partido erigido por Lênin não existia no continente, Debray vislumbrava a revolução na América Latina sem a participação e o comando de

---

<sup>42</sup> LÖWI, Michael. *O Marxismo na América Latina*, 1999.

<sup>43</sup> Guevara faz uma analogia com o comportamento das abelhas que, uma vez que o número de indivíduos excede a capacidade da colméia, uma nova rainha e seu séqüito voa até um novo lugar onde construirão uma outra colméia e assim sucessivamente multiplicando o número de colméias.

<sup>44</sup> DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Centro Editorial Latino Americano, s/d, p. 70.

um partido de massas. Este autor se afastou da tese maoísta, segundo a qual “a política dirige o fuzil”, apontando para a formação de um novo tipo de quadro revolucionário e um novo modelo de direção revolucionária, cuja incumbência seria abrir na América Latina focos militares e não focos políticos.

As teses de Debray inverteram a asserção clássica de Clausewitz segundo a qual

*A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra é só o instrumento, e não o inverso. Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer.*<sup>45</sup>

Posteriormente à apresentação de um quadro geral das esquerdas no Brasil desde fins dos anos 50, apresentaremos os pressupostos gerais às futuras organizações proponentes da luta armada que se formariam no transcurso dos anos 60.

### 1.1.1 O Quadro Nacional das Esquerdas Brasileiras

No início da década de 60, intensas agitações em todo o país envolveram operários, camponeses, estudantes e a sub-oficialidade das Forças Armadas na defesa de reformas sociais, econômicas e políticas, conhecidamente, as “Reformas de Base”.

As forças populares cresciam nas ruas e ganhavam projeção no cenário político brasileiro de tal forma, que este período entrou para a história como um dos mais importantes na trajetória das lutas sociais no Brasil. A conjuntura política ganhava contornos de acirramento de forças na medida em que se mobilizavam setores sociais e políticos contrários às Reformas de Base e ligados ao capital internacional.<sup>46</sup> O desfecho desta situação foi o trágico golpe militar em 31 de março e 1º de abril de 1964, sob a alegação de que o Brasil caminhava para se tornar uma “República Sindicalista”, discurso este que pretendia mostrar a oportunidade e justiça da ação golpista, cuja preparação já ocorria há alguns anos.

<sup>45</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. RJ: Martins Fontes 1979, p. 739.

<sup>46</sup> Entre alguns trabalhos acerca das articulações políticas entre setores sociais e grupos econômicos, inclusive estrangeiros, para a consecução do golpe de 1964, destacamos o livro de René Dreifuss intitulado *1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

O período entre 1961 e 1964 foi fortemente marcado por um processo de diversificação das esquerdas no Brasil, levando à formação de correntes não comunistas que passaram a disputar com o PCB a hegemonia política dos movimentos sociais. Referimo-nos às Ligas Camponesas, a Ação Popular (AP) e ao movimento nacionalista de orientação esquerdista liderado pelo então governador Leonel Brizola. Duas outras organizações comunistas surgiriam neste período engrossando a oposição às teses e à linha política do PCB.

O PC do B, formado em 1962 remonta aos debates travados no interior do Partidão entre 1956 e 1960 acerca do balanço da trajetória do partido, questões de ordem tática e estratégica e alcançando o questionamento das direções e modelos internacionais. A marca do PC do B seria a crítica ao revisionismo do PCB e a retomada da tese da via armada para a instauração de um governo popular revolucionário no Brasil. Este partido, em pouco tempo, se alinharia ao modelo internacional chinês, devido a problemas para obter o reconhecimento político por parte do PCUS.

A Ação Popular (AP) foi formada em 1962 no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), propugnando autonomia em relação aos ditames da hierarquia da igreja no Brasil. Sua proposta política fundava-se num humanismo alternativo ao capitalismo e ao socialismo. Essa organização posteriormente aderiu ao maoísmo levando o que restava de sua militância a ingressar nas fileiras do PC do B.

No bojo da crise aberta com o informe de Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS em 1956, os trotskistas ganharam força devido à confirmação das denúncias já pronunciadas por Trotsky há muitos anos e pela sua crítica veemente ao modelo soviético. No Brasil, em 1952 nascia o POR-T preenchendo a lacuna deixada pelo Partido Socialista Revolucionário (PSR), extinto em 1951. Sob forte influência de Posadas, o POR-T enfatizava a força do nacionalismo brasileiro dirigido por Brizola e buscava se aproximar dessa parcela da esquerda. Este pequeno agrupamento trotskista teve alguma inserção entre os estudantes, militares da baixa oficialidade e alguns trabalhadores urbanos e rurais antes do golpe de 64. Os trotskistas do POR-T mantiveram-se combativos na resistência à ditadura, sem, no entanto, empunhar armas para deflagrar a guerrilha no país.

A reafirmação das teses reformistas do PCB permitia que as idéias de teóricos como Trotsky transcendessem os círculos essencialmente trotskistas para despertar o interesse de intelectuais de São Paulo, os quais assimilaram sem dogmatismo algumas daquelas idéias, conjuntamente com a influência de Rosa Luxemburgo e Talheimer. A fusão entre intelectuais de São Paulo com setores da Juventude do Partido Socialista da Guanabara e com a Juventude Trabalhista de Minas Gerais deu origem à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) em 1961. Partidária da tese do caráter socialista da revolução, a POLOP constituiu núcleos em estados como

São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. O conjunto de sua militância fora essencialmente estudantil, não obstante ter realizado trabalho político com operários e oficiais de baixa patente das Forças Armadas.<sup>47</sup>

Outra força política de esquerda naquele período esteve constituída pelas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. Esta liderança das Ligas provocaria uma mudança na linha política daquele movimento em 1961, após seu retorno da ilha revolucionária. Julião voltara de Cuba defendendo a reforma agrária sob uma perspectiva fortemente socialista e a via armada como a melhor a seguir, em detrimento das lutas legais que até aquele momento haviam aglutinado amplas bases sociais.

Uma ramificação nacionalista também figurou no leque das esquerdas no país nos primeiros anos da década de 1960. Liderada pelo governador Leonel Brizola, esta parcela nacionalista teve inserção nos centros urbanos e, fundamentalmente, conseguiu reunir em torno de si militares de baixa patente das Forças Armadas. Brizola foi o mentor dos “Grupos de Onze” que desempenharia a função de resistir pelas armas ao eventual golpe militar de direita, resistência esta que, na prática, acabou não acontecendo.

Uma importante força que despontara naqueles anos proveio dos movimentos de sargentos e marinheiros das Forças Armadas, respectivamente em 1963 e 1964. Esta nova força fizera-se notar nas campanhas nacionalistas e populares propiciando um forte processo de politização dos sargentos das três armas. Enquanto os sargentos da Aeronáutica assumiam iniciativas de oposição aos oficiais golpistas, os sargentos das demais armas reivindicavam publicamente melhores condições de trabalho, inclusive o direito de elegibilidade que lhes era vedado. O fluxo dessas manifestações ampliou-se atingindo a marinheiros e fuzileiros navais<sup>48</sup> e também a sargentos das Polícias Militares de alguns estados. Por volta de 1965, foi formado o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), responsável pelas primeiras tentativas de deflagração da luta armada após o golpe de 1964.

Por fim, destacamos a presença, naquele contexto, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que se envolvera na campanha pelas Reformas de Base. Após o golpe, vários de seus militantes migraram, ingressando nas organizações políticas que, posteriormente, deflagrariam as ações armadas no país.

---

<sup>47</sup> As informações sobre a POLOP foram retiradas de REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

<sup>48</sup> Para conhecer um pouco do movimento dos marinheiros recomendamos CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Por to Alegre: Artes e Ofício, 1997.

A derrota das esquerdas em 1964 provocou uma situação que exigia a reavaliação dos pressupostos teóricos, da estratégia e da tática definidos para a revolução brasileira. No bojo das críticas ao imobilismo das esquerdas ante a ofensiva golpista vitoriosa de 1964, uma miríade de organizações surgiria como resultado das dissensões ocorridas nas organizações existentes, às quais, nenhuma escaparia ileso. Para o PCB, a responsabilidade pela derrota devia-se ao “esquerdismo” dos nacionalistas e comunistas que propunham ir muito além das Reformas de Base, enquanto que para estes últimos o “direitismo” e o “imobilismo” do PCB foram os que levaram à uma “crise de direção” no desfecho golpista. Segundo Daniel Aarão R. Filho, o impacto da derrota de 64 foi o principal fator político para o processo de fragmentação das esquerdas. Ao passo que se culpava a direção do PCB pela derrota, também se condenava a morosidade das outras direções para inverter a configuração da luta de classes no país.<sup>49</sup>

A partir de 1965, um novo processo de rupturas se abria no PCB. A insatisfação com a linha do partido gerou um fluxo de oposição interna propiciando a formação das Correntes, enquanto as bases universitárias por todo o país rompiam com o partido para formar as Dissidências (DIs).

O leque das divergências e convergências entre as novas organizações que surgiram na segunda metade da década de 1960 pode ser dividido basicamente em três grandes eixos: o caráter da revolução, a organização e, por fim, as formas de luta revolucionária. Advertimos que não pretendemos abordar exaustivamente os fatores de divergências e convergências das esquerdas no país, nem tampouco as particularidades das inúmeras organizações revolucionárias. Pretendemos tão somente esboçar um quadro panorâmico que permita entender a evolução das esquerdas até a irrupção das organizações que se envolveram na luta armada.

O primeiro eixo de divergências, acerca do caráter da revolução brasileira, colocava de um lado a proposição da revolução em duas etapas, sendo a primeira de libertação nacional (burguesa) e a segunda propriamente socialista. Tal proposição advinha da análise tradicional do PCB, herdada do VI Congresso da Internacional Comunista (IC) em 1928. A primeira etapa tinha como objetivo suplantando as relações feudais no campo e alcançar autonomia nacional em relação ao domínio imperialista.

Por outro lado, a análise dos proponentes da etapa imediatamente socialista da revolução deitava raízes na concepção de que o capitalismo brasileiro encontrava-se num processo de estagnação insuperável dentro do modelo econômico da ditadura, e, por isso, seria incapaz de progredir naqueles moldes. A única alternativa para o capitalismo seria o seu desenvolvimento nacional independente, com a ampliação do mercado pela incorporação das massas populares

---

<sup>49</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Falta ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.



excluídas. Entretanto, esse viés não se efetivaria devido ao grau de subordinação estrutural da burguesia nacional aos ditames do capital internacional e ao seu vínculo com as classes agrárias “atrasadas”. A superação da crise econômica vivida pela sociedade brasileira somente seria possível com a implantação de um regime socialista.

Em três importantes trabalhos sobre a luta armada no Brasil<sup>50</sup>, fundamentais à historiografia, afirma-se que o posicionamento pelo caráter socialista da revolução não fugia à concepção das etapas segundo as formulações do PCB. Defende-se que a análise da esquerda radical pressupunha que a primeira etapa, em aliança com as burguesias nacionais já estava superada pelo fato destas se encontrarem associadas de forma dependente ao imperialismo. Esta dependência impedia o desenvolvimento nos países capitalistas subdesenvolvidos, tornando viável apenas o caminho socialista da revolução para a o desenvolvimento autônomo do país.

Destacamos que, apesar das divergências no interior de algumas organizações sobre o caráter da revolução, a prioridade dada às tarefas práticas e o progressivo distanciamento do intento revolucionário fizeram com que a discussão em torno do caráter da revolução não fosse das mais importantes, pelo fato mesmo de que o empenho principal dos quadros militantes, no geral, era por deflagrar a luta armada naquele momento.

Dentre algumas organizações adeptas da concepção “etapista”, destacamos a ALN, o PC do B e o PCBR. Advertimos para o fato de que essas organizações, apesar de se definirem por aquela posição, alteraram alguns pontos da concepção “etapista” do PCB.

As organizações que defendiam a tese da revolução imediatamente socialista herdavam teses da POLOP, anteriores a 64 (VPR, VAR, POC, MR-8). O posicionamento pela etapa única (socialista) fundamentava-se na teoria da dependência<sup>51</sup>, disseminada por toda a América Latina através das teses de teóricos como André Gunder Frank. Caio Prado Jr. também exerceu influência sobre aquelas esquerdas ao negar as teses do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional e antiimperialista no Brasil<sup>52</sup>. Outra influência para aquelas organizações foi a exercida por Celso Furtado<sup>53</sup>, na medida que aquele autor concebia que a burguesia nacional já se encontrava no poder e, desde esse lugar, não desejava qualquer revolução.

<sup>50</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*, 1987; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*, 1990; RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*, 1993

<sup>51</sup> Marcelo Ridenti observa que a teoria da dependência que causou impacto na esquerda refere-se à definição empregada por Weffort, englobando Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Nesta definição, não se via possibilidade de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países dependentes só poderia ser mantido pela força bruta de ditaduras. Ridenti adverte para não confundir com a teoria da dependência de Guido Mantega que negava as teses de estagnação e via a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil e no continente, apesar de dependente e associado ao capital internacional.

<sup>52</sup> PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. SP: Brasiliense, 1966.

<sup>53</sup> FURTADO, Celso, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. RJ: Civilização Brasileira, 1966.

O segundo eixo de divergências no seio das esquerdas concernia à natureza organizacional que as organizações deveriam adotar. A polarização se dava essencialmente em torno da necessidade de construir um partido nos moldes do marxismo-leninismo para fazer a revolução, ou da deflagração da guerrilha no campo e de ações armadas nas cidades dirigidas e levadas à cabo por uma vanguarda. Podemos afirmar que a revolução cubana, ao mesmo tempo que quebrava com o monopólio dos PCs como sujeito e direção da revolução, mostrava a possibilidade de que um processo revolucionário fosse conduzido por vanguardas populares decididas.

A leitura de documentos das organizações armadas nos permite afirmar que aquelas organizações contrárias ao partido não descartavam a necessidade de construção do mesmo, porém, ele seria constituído apenas numa etapa posterior à deflagração da guerrilha. Nesse sentido, as organizações desempenhariam o papel de embriões do futuro partido e exército revolucionário<sup>54</sup>. Acreditamos que o ponto central da recusa a priorizar a questão do partido, pelo menos no início do processo armado, fora o “anti-teoricismo”, que contrapunha-se à tradição das longas discussões teóricas dos PCs e demais grupos que levariam sempre, na visão das organizações armadas, ao “imobilismo” e à “vacilações”.

A forma de luta a ser adotada para combater a ditadura constituiu-se no terceiro eixo de divergências entre as esquerdas. Na realidade, esta discussão passaria à margem do PCB que se manteria firme na proposição da via pacífica. Em contrapartida, ela ocuparia um lugar central entre os grupos proponentes da via armada, os que divergiam sobre qual seria a forma de luta mais adequada. Os trotskistas mantiveram-se ligados à concepção insurrecional. O PC do B e a AP, adeptos da Guerra Popular Prolongada com o cerco das cidades pelo campo, recusavam-se a assumir ações armadas urbanas. As organizações que iniciaram as ações urbanas, por sua vez, também nutriram divergências entre si, por exemplo, quanto ao grau de importância das massas urbanas no processo revolucionário.

O conjunto da esquerda armada convergia na análise de que a economia brasileira se encontrava num processo irreversível de estagnação sob a ditadura. Cabia derrubar a ditadura e expurgar os imperialistas. As condições subjetivas para a revolução seriam criadas por uma ruptura com o imobilismo das organizações de esquerda até 64, através de uma vanguarda decidida e de novo tipo. O campo seria o cenário privilegiado de uma luta longa na qual, as massas urbanas seriam incorporadas. Entretanto, consideramos como mais importante nesse conjunto de convergências a inquestionabilidade da luta armada como única via possível.

---

<sup>54</sup> Numa leitura próxima da que fez Florestan Fernandes da revolução cubana, em seu livro *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. SP: T.A. Queiroz, 1979.

### 1.1.2 Ensaios de Luta Armada

A esquerda de inspiração marxista no Brasil empunhou armas em 1935, sendo fragorosamente derrotada. Em meados dos anos 50 duas tentativas de luta armada ligadas aos posseiros surgiram no cenário nacional. Uma no norte do Paraná, em Porecatu e outra em Trombas de Formoso, em Goiás. Marcadas pelo caráter estritamente local, os posseiros de Porecatu foram derrotados enquanto que em Trombas de Formoso a vitória se deu com a posse da terra conquistada pelos posseiros.

Pouco antes de 1964, alguns membros da POLOP contataram oficiais de baixa patente para a preparação de um foco guerrilheiro que seria instalado numa região de Minas Gerais. No entanto, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) conseguiu, em julho de 1964, desmantelar esse intento através de uma infiltração entre os marinheiros que planejavam o foco com os polopistas. Esse episódio ficou conhecido como “A Guerrilha de Copacabana” ou “O Foco de Copacabana” devido ao fato de que as articulações ocorrerem em “aparelhos” situados naquele bairro carioca.

Os ex-militares cassados pela ditadura estiveram envolvidos nas primeiras tentativas de deflagração da luta armada após o golpe. Exilados no Uruguai e fortemente ligados ao ex-governador Leonel Brizola regressaram ao Brasil para pôr termo aos desmandos dos golpistas. No mês de março de 1965, um destacamento de 21 homens, liderados pelo ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim, e o ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, Alberi dos Santos, ocupou a cidade de Três Passos no Rio Grande do Sul, cruzou o estado de Santa Catarina e chegou ao Paraná. O movimento não conseguiu ganhar adesões e, logo após o primeiro e único combate, desmantelou-se.

Novamente do Uruguai e pela articulação do MNR com Brizola e o professor Bayard Boiteux, antigo presidente do PSB, buscou-se implantar um foco guerrilheiro no Brasil. Grupos de marinheiros e ex-sargentos no Rio e em São Paulo se ligaram para irradiar o foco na Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, mas também no Maranhão e no Mato Grosso. Em fins de 1966 o primeiro grupo se deslocou para a serra do Caparaó e, já no mês de abril do ano seguinte, o projeto guerrilheiro de Caparaó se extinguiu sem que um único tiro fosse dado.<sup>55</sup>

O MNR sofreria mais uma derrota com a prisão do chamado grupo de Uberlândia, que articulava a irradiação de um outro foco. Como no caso de Copacabana, o intento foi desmantelado ainda durante as articulações, na fase da conspiração, sem que por isso, deixasse de ficar conhecida como “A Guerrilha de Uberlândia”.

---

<sup>55</sup> A este respeito ver REBELO, Gilson. *A Guerrilha de Caparaó*. SP: Alfa Ômega, 1980.

## 1.2 A Formação da “Organização”

Na conjuntura que se estende de abril de 64 até meados de 1967, o governo militar buscou, conforme as orientações do Fundo Monetário Internacional, controlar e derrubar a inflação através do arrocho salarial, da redução do crédito, do corte nos gastos estatais e na conseqüente elevação da receita. Em 1966 o crescimento do produto real alcançou a marca dos 5,1% contra 2,9% em 1964. Um conjunto de reformas modernizantes propiciou o novo surto econômico num quadro caracterizado por altas taxas de produtividade ociosa, ampla margem de desemprego e baixo custo da mão de obra.

O golpe civil-militar teve como um de seus objetivos bloquear a ascensão de amplas camadas populares ao cenário político nacional, pois estas começavam a conquistar uma consciência democrática e a exigir vez e voz, buscando sua projeção como sujeitos das grandes decisões do país.

A política econômica adotada fundava-se na submissão do trabalho aos ditames do capital, e, para lograr o êxito no projeto modernizador conservador, o regime militar implementou fortes medidas repressivas e de reorganização social e política, desencadeando, por seu turno, uma forte onda de repressão e desmantelamento das organizações populares.

Entretanto, as medidas recessivas do governo arrochavam os salários de amplas camadas sociais, inclusive as intelectualizadas. Gradativamente, o regime perdia suas bases sociais de apoio, sobretudo entre as camadas médias urbanas, abrindo a possibilidade para que aquelas camadas se constituíssem na base social das organizações que lutariam contra a ditadura. Deste modo, a luta contra a ditadura seria empreendida por uma pequena camada mais politizada dos trabalhadores manuais e por uma parcela das camadas médias, sobretudo as mais intelectualizadas, que vinham crescendo numericamente desde os anos 50.

A formação da organização armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), nome que só adquiriria em dezembro de 68, deita raízes no processo de dissensão das organizações POLOP e MNR. Vimos anteriormente que nenhuma corrente de esquerda escapara das críticas internas quanto ao fracasso em resistir ao golpe e à morosidade na inversão da relação de forças no país. Destacamos sucintamente as primeiras tentativas para deflagrar a luta armada no pós-64 e chamamos a atenção para o fato de que a Conferência Tricontinental de Havana e a Conferência Latino-Americana de Solidariedade, na qual foi criada a OLAS, constituíram marcos decisivos na opção dos revolucionários por deflagrar a luta armada no Brasil.

A POLOP, em seu IV Congresso, realizado no segundo semestre de 1967, sofreu dissensão em três estados, perdendo amplas bases de sua militância. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, o

“racha” da POLOP passou a denominar-se “Ó pontinho” ou simplesmente “Organização”. Como decorrência de ações praticadas por este grupo, sentiu-se a necessidade de nomear a organização que passou a ser chamada de Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Em São Paulo, os dissidentes da POLOP estreitaram as relações que já mantinham com o MNR desde 1964 e, no início de 1968, fundiram os grupos para formar a “Organização”.

A composição social da organização compunha-se majoritariamente de militantes do movimento estudantil e de um importante setor cuja experiência remontava aos movimentos de sargentos e marinheiros, do período de agitação política pré-64 e fortemente ligados ao ex-governador Leonel Brizola.<sup>56</sup>

A decisão de formar um grupo revolucionário no país foi levada à frente após um encontro em São Paulo entre o ex-sargento Onofre Pinto e o professor universitário Bayard o qual regressava do Uruguai. Boiteux reiterou que Brizola não viria mais para o Brasil abandonando a perspectiva de instalar um movimento armado. O contingente de militares cassados que permanecia no país procurou aglutinar outros grupos de ex-militares para somar-se a algum grupo interessado em desencadear o movimento guerrilheiro.

Entre 1964 e 67 uma parcela destes ex-militares já realizava marchas para adestramento na selva. Este grupo contou, logo a seguir, com o ingresso de vários marinheiros que retornavam de Cuba após o treinamento de guerrilha, cuja função seria fortalecer o movimento que se instalaria na serra do Caparaó. Reunidos sob a liderança de Onofre Pinto em São Paulo, os ex-militares encontravam-se numa dramática situação de clandestinidade.

Segundo o depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, ex-sargento da Força Pública, os futuros combatentes começaram a realizar alguns treinamentos na Serra do Mar, como guerrilha de deslocamento, marchas de quatro ou cinco dias pela Serra do Mar com grupos de marinheiros, ex-militares das Forças Armadas, alguns operários, elementos da Polícia Militar e do Exército. Esses treinamentos eram comandados sempre pelos mais experientes do grupo e eram feitos na serra do Cadeado e na serra do Cristal, na região do Vale do Ribeira<sup>57</sup>, ao Sul do estado de São Paulo. A organização contava ainda com inúmeros militares que ainda permaneciam na caserna, além de alguns marinheiros do nordeste que possibilitaram futuramente a criação de um pequeno trabalho da VPR naquela região. Entre os militares da ativa, a organização montou uma pequena

---

<sup>56</sup> A partir dos arquivos do *Projeto Brasil Nunca Mais*, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti produziram quadros das organizações armadas revelando suas respectivas composições sociais com base em inquéritos movidos contra os militantes.

<sup>57</sup> Alertamos para não confundir entre esta primeira etapa de marchas, realizadas nos idos de 67, com a formação da escola de treinamento guerrilheiro, dirigida por Lamarca, localizada também no Vale do Ribeira, mas no município de Capelinha e estruturada entre o final de 1969 e o começo de 1970, até seu desbaratamento no final de abril de 1970.

base dentro do 4º RI (Regimento de Infantaria) de Quitaúna, em Osasco, onde servia o então capitão Carlos Lamarca.

Reunidos numa mesma organização, os militantes imediatamente partiram para a execução de ações armadas de cunho logístico e financeiro. Nos primeiros meses de 1968, a organização “expropriou” um volume de dinamites de uma pedreira na grande São Paulo. Logo a seguir, a necessidade de financiar o movimento revolucionário impulsionou as chamadas ações de “numerários”, ou seja, os militantes da VPR, a exemplo do que havia começado a fazer o grupo de Marighella, iniciaram os assaltos a bancos em São Paulo.

É importante destacar que o processo de fusão para formar a organização não se pautou em qualquer tipo de debate, mas tão somente na conveniência em torno da imersão imediata na luta armada, conforme nos declarou Renata Guerra de Andrade, ex-militante do movimento universitário e integrante da “logística” da organização.

*A gente começou a trabalhar junto, a se organizar junto, mas tudo bem em termos de ação, até porque aquilo que a gente vinha combatente nas organizações anteriores era o nada. Fugiam bastante porque não estavam aparelhados para uma discussão, para defender um ponto de vista, então eles acabavam esculhambando com aquela que “negócio de discutir é besteira”, “vamos agir e pronto”. A gente tava querendo exorcizar esse negócio de documentos, de militância só política, só teórica.<sup>58</sup>*

A ação, em contraposição às discussões políticas, constituiu o amálgama para a formação da VPR na medida em que os dissidentes da POLOP, que decidiram partir para a luta armada, passaram a contar com quadros capazes de executar as tarefas militares da organização. Quanto aos ex-militares, iniciar as ações era uma necessidade devido ao longo tempo que já viviam na clandestinidade permanecendo trancados em “aparelhos”<sup>59</sup>, o que provocava uma forte inquietação nos mesmos.

Em depoimentos de ex-militares pertencentes à VPR, observamos que a idéia geral para este setor era a de que o processo revolucionário no Brasil seria regido essencialmente como fora o processo revolucionário cubano. O retorno ao Brasil daqueles marinheiros que haviam feito cursos de prática guerrilheira em Cuba fortaleceu a influência do modelo cubano sobre a militância.

O conjunto da organização teve como forte referência as idéias de Régis Debray, assimiladas mais criticamente por uns e menos por outros. Acerca da influência deste autor sobre os militantes

<sup>58</sup> Entrevista concedida por Renata Guerra de Andrade a Fábio André G. das Chagas dia 1º de maio de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>59</sup> O termo “aparelho” refere-se às casas e apartamentos utilizados pelas organizações clandestinas de esquerda para abrigar seus militantes, bem como realizar reuniões.

de origem militar, o ex-sargento do Exército, Darcy Rodrigues, destacado quadro militar da organização relatou:

*A partir do momento que nós tivemos um modelo de revolução a partir da luta armada, a partir da resistência armada, e, por ter a formação técnica, nós abraçamos isso aí sem críticas, sem visão crítica e tentamos implantar no Brasil exatamente igual.<sup>60</sup>*

Os ex-polopistas, por sua vez, assimilaram o debraysmo com algumas considerações que buscavam relativizar o quadro de idéias do intelectual francês. O debraysmo deu forte ânimo aos futuros dissidentes da POLOP porque, conforme observa Gorender, o foquismo indicava o “atalho que permitia contornar a necessidade do trabalho com as massas e entrar em ação”.<sup>61</sup> Entretanto, a análise debraysta de que as cidades não seriam mais do que o “túmulo” dos revolucionários e, portanto, a cidade teria um papel meramente tático, foi duramente criticada no seio dos militantes oriundos da POLOP. Segundo Wilson Egídio Fava, ex-dirigente e um dos fundadores da VPR, procurava-se montar uma estrutura similar a um partido de perfil leninista e desenvolver uma política de massas nas cidades. Nosso depoente observou que a questão do trabalho de massa estava na formação militante dos ex-polopistas, o que implicava pensar a luta revolucionária de forma mais ampla do que aquela preconizada por Debray. Neste sentido, a dinâmica da luta de massas fora um elemento considerado na definição de uma estratégia de luta contra a ditadura, mas que ganhará alguma consistência no segundo semestre de 68.

Wilson Fava relatou que:

*O debraysmo a gente abraçou como um momento de decisão de partir para a luta armada e tudo, mas na prática a gente não tava aplicando aquilo que ele propugnava ali, a gente tava fazendo uma mediação, qual era a mediação? A mediação era a necessidade de ter o trabalho de massa, de base, polarização dos setores populares e ficar na cidade. Nunca ninguém sentou naquele período para chegar e fazer uma contestação do debraysmo, porque ele foi muito importante para dar uma virada, mas na prática nós estávamos contestando a forma como o Debray colocava de ter organização na cidade e de fazer o trabalho de massa.<sup>62</sup>*

Iniciadas as ações armadas pela organização, cada uma de suas partes constitutivas procurou ampliar o contingente da VPR através de recrutamentos no meio estudantil, operário e nos quartéis. Esta prática ampliou a base militante da VPR sensivelmente na medida em que realizava ações de impacto com uma operacionalidade eficaz. No seio da militância, atribuía-se à VPR

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Darcy Rodrigues a Fábio André G. das Chagas no dia 10 de junho de 2000, na cidade de Bauru/SP.

<sup>61</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed., SP: Ática, 1998, p. 138

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Wilson Egídio Fava a Fábio André G. das Chagas no dia de 16 de junho de 2000 na cidade de São Bernardo do Campo.

muita seriedade e disposição para lutar, aspecto que estimulava alguns grupos militantes a ingressar na organização.

No que concerne às formas de recrutamento aplicado pelos ativistas de formação militar, constatamos que não havia uma discussão prévia para definir formas de recrutamento. José Araújo Nóbrega, sargento do exército na ativa em 68, nos relatou que o recrutamento era feito pela necessidade de contatar os amigos dentro do Exército e mostrar a importância de lutar contra o grupo de militares no poder. O recrutamento era feito essencialmente quando os militares mais próximos suspeitavam das atividades políticas daqueles militantes e os procuravam se mostrando abertos à discussão sobre o que acontecia no país. O trabalho mais importante de recrutamento realizado pela VPR nas Forças Armadas foi com o grupo de militares sitiados no 4º RI de Quitaúna em Osasco. Em verdade, o trabalho naquele quartel já existia há anos e era desenvolvido pelo sargento Darcy Rodrigues. Este quadro da organização havia sido um dos fundadores da associação dos sub-tenentes da guarnição de Quitaúna e sob o disfarce de um “clube de amigos”, Darcy estruturou uma base da organização que contava com a simpatia de muitos sargentos daquele quartel, chegando a contar com cerca de 15 militares. Fora nesta base que Darcy Rodrigues, já amigo de Carlos Lamarca anos antes, recrutou-o para a VPR.

Do setor mais ligado às atividades de massa, quando estas ainda existiam, a postura dos militantes era a de se dirigir às pessoas que tinham noção do que estava acontecendo no país, que demonstravam interesse pela luta e que se sentiam mobilizadas para fazer algo contra aquele estado de coisas em 1968. Identificadas essas pessoas, o militante se aproximava e discutia a proposta da Organização. No caso de pessoas confiáveis, o militante revelava que pertencia à organização, versava sobre os propósitos da luta e fazia o convite de ingresso.

A organização que pesquisamos deu início a um processo de estruturação orgânica que, durante o primeiro semestre de 1968, ainda era muito frágil. Vimos que o “racha” da POLOP, pela formação que tinha, pensava numa estrutura de organização próxima a um partido conforme Lênin sacramentou no livro *Que Fazer?* Entretanto, a organização definiu sua estrutura em torno de três setores. A “Logística” compunha-se basicamente de ex-militares, não obstante a presença de civis como Renata Guerra e Dulce Maia. O objetivo deste setor seria, em princípio, levantar fundos e armas para a organização, mas na prática acabou não sendo apenas esta, conforme veremos ao adentrarmos no primeiro conflito entre o político e o militar na VPR. Outro setor da organização que se consolidou no segundo semestre foi o “Setor Urbano”, cuja responsabilidade consistia em reunir os militantes ligados aos movimentos estudantil e operário. Este setor também era chamado de “Setor de Massas”. Por fim, o terceiro setor da VPR era o “Setor de Campo”, cuja finalidade era levantar áreas propícias para a deflagração da guerrilha rural, locais para montar uma escola de



treinamento guerrilheiro e contatar com camponeses das regiões para montar redes de apoio e recrutá-los para a organização.

Os três setores foram integrados por uma coordenação geral, composta pelo comandante de cada setor. Por volta de agosto de 68, esta coordenação era formada por Onofre Pinto, responsável pelo Setor Logístico, “Jamil” (Ladislau Dowbor) pelo setor de campo, e João Carlos Kfourti Quartim de Moraes responsável pelo Setor Urbano. O Setor de Campo foi estruturado a partir do retorno de Ladislau Dowbor da França para o Brasil em julho de 68. A organização, apesar de estar dividida nos setores mencionados, incorreu, segundo narraram alguns depoentes, em erros tais como utilizar determinados quadros no envolvimento com ações armadas, sendo que eles não poderiam participar dos combates devido às funções importantes que desempenhavam noutro setor. Exemplificou-se o caso de militantes responsáveis pelo fabrico de explosivos que acabavam participando de ações armadas. Isto no caso de um revés militar num combate, provocaria a prisão daquele militante que, por sua vez, poderia não resistir à tortura e entregar tudo que sabia com detalhes de nomes e localizações.

Pedro Lobo relatou-nos a sua experiência que exemplifica a precariedade organizacional deste grupo nos idos de 1968.

*No meu caso específico, eu participava do grupo armado, do grupo de combate, vamos dizer, fazia expropriação (...) Ao mesmo tempo eu guardava na minha casa material, dinheiro, cheguei a guardar todo o dinheiro da organização, munição, armamento você entendeu? Como que um quadro que tá ali na porta de um quartel, que tá invadindo um quartel levando tiro e dando tiro, sujeito à morrer ou a ser preso esse mesmo quadro tá fazendo tarefa?<sup>63</sup>*

Os problemas de segurança na VPR se sucediam entre os três setores. Havia um critério de segurança no qual um militante de um setor jamais poderia conhecer o militante de outro, critério que inúmeras vezes não foi respeitado. Um militante do movimento operário e estudantil de Osasco, vinculado à VPR, contou-nos que certo dia um sargento marcou um encontro, na época definido como “ponto”, com este militante e revelou que o homem que o acompanhava era o capitão Lamarca. Erros de segurança como esse eram atribuídos à “desvios ideológicos” e “vacilações” dos militantes.

De uma forma geral, a militância era informada de que a Organização estava se municionando de armas e dinheiro, mas não caberia à algumas células se envolverem nestas atividades naquele momento. No caso do Setor Urbano, para a maior parte de seus integrantes, o papel a desempenhar

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Pedro Lobo de Oliveira a Fábio André G. das Chagas no dia 14 de janeiro de 1999 na cidade de São José dos Campos.

era unicamente no movimento de massas, enquanto existiu, com o objetivo de recrutar pessoas. Esta definição para os setores não se mostrou muito eficaz numa organização em que toda a militância ansiava participar de ações armadas naqueles anos.

Conforme a organização executava ações e ganhava a simpatia de muitos militantes, buscava, por outro lado, montar estruturas de imprensa e aparatos logísticos necessários à dinâmica da guerra revolucionária. A organização conseguiu manter por algum tempo um “esquema médico” que visava atender a seus quadros quando necessário. Outra estrutura que se revelou precária foi a de imprensa. Os militantes responsáveis por esta estrutura chegaram a produzir um pequeno jornal sem periodicidade regular que se chamava “Luta de Classes”. O tempo de vida deste veículo de comunicação foi extremamente curto, porque em pouco tempo a célula de imprensa foi desbaratada e o local onde esse jornal era feito desmantelado. O conteúdo deste jornal abarcava matérias relativas ao movimento estudantil e à universidade, mas principalmente apresentava a proposta de uma organização de caráter político-militar para derrubar a ditadura e fazer uma revolução cujo objetivo era implantar o socialismo. Devido a problemas de segurança, a tática dos militantes era distribuir o jornal de forma que as pessoas pudessem lê-lo sem que os militantes fossem identificados com ele.

As ações armadas, feitas para a aquisição de armas, foram acompanhadas de iniciativas como a montagem de uma oficina para produzir bombas e armamentos. Pomposamente chamada de “fábrica”, a VPR montou na casa do militante Raimundo Lucena, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, uma pequena oficina onde foram fabricados morteiros e granadas. Esta oficina foi desmantelada quando a polícia localizou o “aparelho” de Lucena e o matou no dia 20 de fevereiro de 1970. O ex-sargento da Força Pública, Pedro Lobo, contou-nos um pouco sobre o funcionamento da oficina:

*O primeiro foi um morteiro que nós fabricamos, e começamos a fundir as granadas (...) A gente começou a lançar as granadas no morteiro, cem, cento e cinquenta metros de distância. Ainda a pontaria era falha porque nós estávamos começando né (...) Uma vez teve um companheiro que fabricou uma metralhadora INA de alumínio para instrução, não tinha uma metralhadora original (...) mas quem fabricou fez muito bem feito porque a caixa da metralhadora, tudo era igualzinho, só que era de alumínio e servia para instrução. Ela disparava, engatilhava só que nunca deu um tiro.<sup>64</sup>*

Simultaneamente às ações de aquisição de armas, como a primeira ação de impacto propagandístico realizada no Hospital Militar do Cambuci, onde 11 fuzis FAL foram capturados pela VPR, a base da organização do 4º RI de Quitaúna procurou criar condições para suprir com

munições e explosivos o arsenal da VPR. Darcy Rodrigues convenceu o sargento encarregado do controle da munição do 4º RI a alterar os relatórios que produzia. Na medida que o desvio de munição atingia a cota de 1600 tiros, esta munição, bem como algumas armas falsamente destruídas, foram remetidas à organização no ano de 68 através da retirada do quartel pelo capitão Lamarca. Em geral, as estruturas que as organizações armadas montavam tinham vida efêmera. Quando das “quedas”<sup>65</sup> ou mortes de alguns militantes, o aparelho de segurança do regime tratava de liquidar as estruturas montadas.

A Vanguarda Popular Revolucionária figurou entre as organizações de maior capacidade operacional para realizar ações armadas. A presença de um contingente de militantes de formação militar pode, seguramente, ser um dos motivos para o sucesso operacional da organização. Advertimos, porém, que alguns dos principais quadros de ação militar pouca ou nenhuma formação militar possuíam.

A decisão sobre as ações armadas e o seu planejamento, geralmente eram feitos pela direção da organização. Alguns militantes do Setor Logístico participavam das discussões, mas cabia a Wilson Fava, o “Amarelo”, a maior responsabilidade pelo planejamento das ações. Este quadro, ao contrário dos membros da Logística, não tinha formação militar, mas tão somente uma pequena experiência quando prestou serviço militar obrigatório. A maior responsabilidade pelo planejamento das ações armadas cabia mais a um setor do que a outro, conforme observamos nos depoimentos de ex-militantes pertencentes à setores distintos da organização. José Araújo Nóbrega no relatou que quando entravam nos quartéis, o objetivo principal era retirar armas, mas procurava-se também com aquelas ações

*criar uma situação de instabilidade dentro das Forças Armadas porque havia gente que nos apoiava de dentro do Exército, inclusive generais que apoiavam a organização, coronéis que passavam informação e muitos sub-oficiais, muita gente boa que apostava na gente mas não queria vir junto, então ficavam no Exército porque passavam informação, passavam uma série de coisas, não só no Exército mas na PM também.*<sup>66</sup>

Entretanto, o apoio que recebiam os combatentes de origem militar da VPR durou pouco tempo. Após a “queda do caminhão” em Itapecerica da Serra em janeiro de 1969, que culminou numa série de prisões de militantes, abateu-se um descrédito junto aos militares que permaneciam

---

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Pedro Lobo de Oliveira a Fábio André G. das Chagas no dia 14 de janeiro de 1999 na cidade de São José dos Campos.

<sup>65</sup> O termo “quedas” refere-se a prisões, mas também à descoberta de “aparelhos” pelos órgãos de segurança do governo. Assim, quando aqueles órgãos descobriram um “aparelho”, dir-se-ia que aquele tinha “caído”

<sup>66</sup> Entrevista concedida por José Araújo Nóbrega a Fábio André G. das Chagas no dia 17 de janeiro de 1999 na cidade de Jacupiranga/SP.

nas Forças Armadas e apoiavam a organização, causando mesmo um recuo daquelas pessoas que se aproximavam e nutriam alguma simpatia pela luta.

Durante o ano de 1968, a VPR conquistou bases de apoio tanto em termos de militantes como daqueles que desempenhavam o papel de “aliados”. Estes aliados colaboravam com a organização de várias formas, desde a venda de quadros que alguns artistas “aliados” produziam a fim de reverter o dinheiro da venda para a organização, até a função de “guardar” os militantes que estivessem sendo procurados pela polícia. Informações que eram utilizadas para o planejamento de ações armadas era outro tipo de serviço prestado pelos “aliados”.

No que concerne ao crescimento numérico da organização, pequenos grupos de militantes que rompiam com outras organizações foram atraídos para o interior da futura VPR. Já destacamos que espetaculosidade operativa da VPR atraía simpatizantes, sendo que alguns grupos chegaram mesmo a solicitar ajuda com o intuito de conquistar alguma capacidade militar para realizar ações armadas. Este foi o caso, por exemplo, da aproximação de um grupo de secundaristas de São Paulo, liderados por Samuel Iavelberg, e posteriormente ao ingresso de aproximadamente seis daqueles estudantes, conforme nos disse em entrevista Wilson Fava.

Alguns militantes do PCB também aderiram à organização que, com o ingresso de uma dezena de operários de Santo André e São Bernardo do Campo foi ganhando características de uma organização popular. Fruto de um trabalho anterior à 68 realizado por Wilson Fava e Valdir Sarapu junto ao operariado do ABC paulista, foi estruturada uma rede de apoio naquela região, cuja existência não ultrapassou os primeiros meses de 1969. Numericamente, o ingresso dos operários do ABC foi pequeno por que os contatos eram poucos e esparsos, diferentemente dos contatos que a VPR manteve com os operários de Osasco. Neste último caso, a relação da organização era com as lideranças operárias e estudantis que possuíam ramificações nas bases, sendo, portanto, muito superior numericamente ao ABC.

Conforme a concepção leninista de uma parcela dos dissidentes da POLOP, pensava-se desde o início em constituir uma organização que não se limitasse geograficamente à cidade de São Paulo, berço da VPR, mas que conquistasse o perfil de uma organização nacional. Sob esta proposição é que, nos primeiros meses de 1968, alguns quadros da organização estreitaram contatos com outras organizações que tivessem alguma identidade. Primordialmente, o grupo procurado pela organização foi os COLINA, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Os contatos fluíram num ritmo acelerado devido ao fato que os militantes dos COLINA, em sua maioria, haviam sido membros da POLOP, logo, também constituíam um “racha” daquela organização, igualmente a um setor que integrou a VPR. Os dissidentes da POLOP já conheciam os militantes

que haviam “rachado” com a POLOP em Minas Gerais, pois mantinham contatos estreitos desde os tempos do movimento estudantil.

O professor João Quartim de Moraes, que regressara da França em março de 1968, já mantinha contatos para ingressar na organização através de José Maria Crispim naquele país. João Quartim foi um dos interlocutores da VPR com os COLINA. Elevado ao posto de dirigente do Setor Urbano da organização, Quartim ofereceu-nos o seguinte relato acerca das perspectivas de uma futura fusão com os COLINA naquele tempo:

*A dissidência da POLOP em Minas e no Rio de Janeiro tinha um critério leninista de ação, inclusive a forma da ação, a questão da organização, a questão do órgão central, e então tinha uma prática que tinham desenvolvido desde o racha da POLOP. Portanto, num período que vai do 2º semestre de 67 ao primeiro semestre de 68 tomaram medidas orgânicas inclusive criando a revista América Latina.<sup>67</sup>*

Os encontros entre as direções das respectivas organizações ocorriam em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. No bojo do estreitamento das relações, um quadro militar dos COLINA, João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica, foi deslocado do Rio para São Paulo para ministrar cursos de explosivo aos militantes da organização paulista.

Os dirigentes de Minas Gerais eram, naquele período, Carlos Alberto Soares de Freitas, o “Breno” e Ângelo Pezzuti, enquanto que pelo Rio de Janeiro os responsáveis eram o casal de mineiros deslocado para aquela região, Maria do Carmo Brito e Juarez Guimarães Brito.

No mês de julho de 1968 ocorre uma reunião no Rio cujo objetivo seria fixar uma maior aproximação e posterior fusão entre as organizações. Após três dias de reunião, o grupo de São Paulo ficou responsável pela edição número 5 da revista *América Latina*, uma revista de teoria e debate cuja edição seria de responsabilidade dos paulistas, porém, o fluxo de prisões impediu que esta edição acabasse saindo.

A perspectiva, segundo João Quartim de Moraes, era a de ter uma articulação nacional e caminhar para a formação da organização em vários estados. A idéia era fazer daqueles encontros um primeiro passo no sentido de criar uma organização nacional marxista de luta armada, dentro do esquema leninista preconizado em *Que Fazer?* Em linhas gerais, Lênin preconizava, nesse texto, a formação de um partido de abrangência nacional, cuja militância seria composta por revolucionários profissionais e deveria manter um órgão central, um jornal ou uma revista, que funcionariam como “organizadores coletivos” da massa.

Se, por um lado, as relações entre os COLINA e a organização de São Paulo se aprofundavam, a direção em São Paulo deu início a uma série de contatos com pequenos grupos

proponentes da luta armada no Rio Grande do Sul. Wilson Fava se deslocou para aquele estado com o objetivo de contatar um amigo antigo de Lamarca e acabou conhecendo o grupo de secundaristas liderado pelo militante “ICO”. Alguns estudantes universitários e bancários, como Félix da Rosa Silveira Neto, também estreitaram relações com a organização que vinha realizando ações de impacto em São Paulo. No transcurso de 1968, os laços com estes militantes do Sul se fortaleceram e os encontros tornaram-se mais frequentes.

Enquanto os contatos eram aprofundados, a organização intensificava as ações armadas e conquistava militantes para o seu interior. Após a retirada de 11 fuzis FAL do Hospital Militar do Cambuci, no dia 22 de junho, o general Carvalho Lisboa, do II Exército, desafiou a organização a realizar uma ação no quartel general. O comandante militar argumentava que a ação do hospital havia sido um ato de covardia e desafiou os “terroristas” a atacar o seu quartel se fossem corajosos. A direção da organização aceitou o desafio e no dia 26 de junho, o mesmo dia em que foi realizada no Rio de Janeiro a “Passeata dos Cem Mil”, a organização carregou de explosivos a mesma caminhonete utilizada na ação do Hospital Militar e lançou-a contra o Quartel General do II Exército. A sentinela Mário Közel Filho não percebeu um aviso colado no veículo para não se aproximar e morreu com o impacto da explosão.

Inúmeros militantes da organização estiveram envolvidos em manifestações estudantis bem como no conflito entre estudantes da Maria Antônia da USP e os membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) do Mackenzie. Num veemente ato das oposições, encetado na comemoração do 1º de Maio de 1968 na praça da Sé, a organização, conjuntamente com quadros da ALN, posicionou no topo de alguns prédios vários quadros armados com metralhadoras e coquetéis *molotov*, além de granadas para um eventual combate, o que efetivamente não ocorreu. O palanque foi quebrado e incendiado e o governador Abreu Sodré, presente no ato, foi atingido no rosto ao subir no palanque. Apesar da intensidade da manifestação, o aparato repressivo não foi utilizado para conter a fúria popular e, após a ofensiva dos manifestantes na praça da Sé, a multidão saiu em passeata se dirigindo à Praça da República, no centro de São Paulo, onde a manifestação foi encerrada.

Já no mês de agosto, a organização contava em seu currículo de ações armadas com cerca de três bancos “expropriados”, um arsenal de armas e uma quantidade razoável de dinamites retiradas de duas pedreiras.

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por João Quartim de Moraes a Fábio André G. das Chagas no dia 19 de setembro de 1999 na cidade de São Paulo.

### **1.3 Osasco: O Componente Operário da VPR e a Perspectiva de Trabalho Político nas Cidades.**

Conforme mencionamos anteriormente, a organização recrutou alguns operários da região do ABC paulista em 1968, os quais já mantinham contato realizando trabalho político com quadros da POLOP desde anos antes. Destacamos que o mais importante na relação entre a organização e esses operários, mais importante até que o ingresso de cerca de seis militantes que engrossariam os quadros da organização, foi uma consistente rede de apoio que foi montada naquela região pelo seu intermédio. Entretanto, o trabalho político mais importante da organização com operários ocorreu na cidade de Osasco, região limítrofe de São Paulo.

A pesquisa com as fontes bibliográficas e orais que tivemos oportunidade de analisar, nos permitiu conhecer a trajetória dos movimentos estudantil e operário de Osasco ainda antes do golpe civil-militar de 1964. Neste sentido, percebemos a mudança qualitativa das concepções tanto do movimento operário quanto do estudantil. Abona nossa percepção, por exemplo, o caso da criação do Círculo Estudantil de Osasco (CEO) em substituição à União Estudantil de Osasco (UEO), e da criação das Comissões de Fábrica, mais particularmente a da indústria metalúrgica Cobrasma. A concepção daqueles movimentos deixou de ser a simples representação política das bases e passou a ser a de se constituírem como órgãos de contestação capazes de organizar e conduzir o movimento de oposição ao regime. Essa concepção mantinha uma sintonia entre os movimento operário e estudantil, entre outros fatores, pelo fato de que, naquela cidade, muitos dos operários que durante o dia trabalhavam como metalúrgicos estudavam à noite, pelo que ficaram conhecidos como os *operários-estudantes*. Tal fenômeno implicava muitas vezes numa dupla militância, estudantil e sindical. Segundo Orlando Miranda, a mudança na concepção de luta fez com que as mobilizações deixassem de ser meramente táticas e reivindicatórias como em 1963 e passassem a ser de enfrentamento e contestação ao regime partir de 1967.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de Capricórnio*. SP: Global, 1987.

Através de contatos mantidos há alguns anos com os operários de Osasco, os ex-polopistas “Jacques Dias”<sup>69</sup> e Pio Chaves, que participaram do processo de formação da organização, abriram o caminho para a inserção da futura VPR no seio daquele movimento.

Antônio Roberto Espinosa, ex-metalúrgico e ex-estudante de Filosofia da USP, nos relatou que os militantes de Osasco simpatizaram com a organização pelo fato de que aquela já vinha realizando ações armadas e aqueles militantes desejavam partir para uma forma de luta mais contundente, no caso, pela via das armas. Outro fator importante que permitiu o entrosamento entre a organização e as lideranças de Osasco foi a inexistência de uma política clara da organização para o movimento operário e de massas em geral.

Segundo Espinosa:

*Eles não tinham uma proposta clara para nos fazer, façam isso ou façam aquilo. Eles se enturmaram e nos ajudaram a fazer aquilo que a gente já estava fazendo, a gente já controlava o sindicato, as entidades estudantis da cidade, a greve já vinha num processo de preparação acelerado e ao contrário deles, os militantes de outras organizações que se aproximavam tinham o único objetivo de ganhar um ou outro.*<sup>70</sup>

A afirmação de nosso entrevistado é reiterada em um trabalho produzido por “Jacques Dias” em 1972, no exterior, no qual ele resgata a visão que vinha amadurecendo o Setor Urbano sobre o significado da experiência de Osasco para a VPR. Neste trabalho, “Dias” observou que as organizações revolucionárias,

*En su totalidad eran esencialmente foquistas y defendían la tesis de la guerrilla rural como su tarea estratégica ... Si ellos llegaron a jugar un rol importante en la conducción del movimiento de masas en 1968, fue por otras razones y esto no fue resultado consciente de sus análisis políticas.*<sup>71</sup>

Neste mesmo sentido, Celso Frederico afirmou que a luta armada foi concebida, decidida, preparada e deflagrada sem que ocorressem aquelas mobilizações estudantis e operárias contra a ditadura, pois o movimento de massas não constava dos prognósticos iniciais da esquerda armada.<sup>72</sup>

Desde 1965, vários operários desenvolviam em Osasco uma política de formação de *Comissões de Fábrica*, com o objetivo de reunir os ativistas mais combativos num comitê

<sup>69</sup> Em verdade, “Jacques Dias” chamava-se Alípio. Este importante dirigente da organização deixou o Brasil devido ao acidente com sua mulher num “aparelho” da VPR que a levou à morte. O jornalista Luiz Maklouf em seu livro *Mulheres que Foram à Luta Armada*, procura insistentemente revelar o episódio, sem, no entanto, descobrir o nome da companheira de “Dias” devido a um pacto de silêncio entre os militantes que conhecem o fato. Com a saída de Alípio do Brasil, João Quartim de Moraes é elevado ao posto de coordenador do “Setor Urbano”.

<sup>70</sup> Entrevista com Antônio Roberto Espinosa realizada no dia no dia 17 de abril de 2000 na cidade de Osasco - SP.

<sup>71</sup> DIAS, J. *El movimiento de Osasco*. Sus luchas, sus actores, s.n.t. jul./dez., 1972, p. 7.



clandestino. Esta política decorria da necessidade de organizar os trabalhadores fora da estrutura sindical controlada pelos órgãos governamentais, não obstante a perspectiva daqueles operários de participar do sindicato, inclusive dos pleitos eleitorais. Também chamada de *Vanguarda de Fábrica*, a estrutura paralela chegou a reunir cerca de 250 a 300 operários das diversas fábricas e funcionava como uma espécie de diretório do movimento metalúrgico. Espinosa declarou que a orientação e a condução política do movimento partiam daquelas reuniões informais.

Elevados à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, o “grupo do Ibrahim” - como ficou conhecida a parcela de operários que em pouco tempo se ligaria à organização - deflagra uma greve de metalúrgicos nos primeiros dias de julho, sob forte inspiração da política adotada pelos ativistas na greve de Contagem, em Minas Gerais. Neste contexto, os militantes da organização encarregados do trabalho de Osasco procuraram definir o tipo de ações armadas que poderiam executar para dar cobertura à greve no caso de eventuais enfrentamentos, portanto, a ajuda da organização fundamentalmente seria a de oferecer um anteparo militar aos grevistas.

O ingresso dos ativistas dos movimentos operário e estudantil de Osasco foi gradativo até a irrupção da greve em julho de 68, porém, com o advento de uma escalada repressiva encetada naquela cidade, inúmeros militantes rapidamente entraram para a organização e passaram à clandestinidade.

No interior do Setor Urbano, em virtude da experiência que tiveram com o trabalho político junto aos operários de Osasco, germinava uma concepção de trabalho político cujo objetivo era criar uma estrutura de participação para aquelas massas na guerra revolucionária. Concebia-se que a ação revolucionária nas cidades deveria ter um alcance estratégico e não se limitar a apoios táticos e logísticos. Esta posição contrariava as premissas foquistas, as quais apontavam para o teatro rural como o vetor estratégico da guerra revolucionária, resignando um tipo de ação nos centros urbanos limitado a levantar infra-estrutura para a manutenção da organização, à distração e dispersão das forças inimigas e ao recrutamento de quadros para a guerrilha rural. Com princípios estratégicos e táticos que relativizavam o foquismo debraysta, evitando o isolamento da guerrilha no campo, propunha-se a definição de formas de luta específicas para as cidades pautadas na construção, passo a passo, de instrumentos políticos e militares que não tivessem como único objetivo lograr o crescimento da organização, mas principalmente, desenvolver uma estrutura que facilitasse a participação daquelas massas, em longo prazo, na guerra revolucionária.

A perspectiva de trabalho nas cidades, esboçada por alguns quadros do Setor Urbano, era a de que deveriam ser criados núcleos de trabalhadores em bairros operários e até mesmo dentro das

---

<sup>72</sup> FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, 1964-1984, SP: Novos Rumos, v.1, 1987.

empresas. O caráter destes núcleos deveria ser o de uma frente política, pois se fossem constituídos como uma estrutura parapartidária, não chegariam a se tornar organismos de massa. Os núcleos deveriam ser clandestinos e estruturados de forma centralizada visando definir posições políticas comuns e estruturas orgânicas semelhantes com outros núcleos.

A ação política dos operários organizados estava orientada a realizar um forte trabalho de agitação e propaganda, auxiliado pela distribuição de imprensa revolucionária com alguma regularidade. Outro aspecto da ação política dos núcleos era que deveriam alcançar o nível das lutas legais e ilegais e, enquanto não fossem auto-suficientes, a organização se responsabilizaria pela estrutura material dos núcleos.

No interior da organização, pouca ou nenhuma vida política interna existia, fundada em debates mais “políticos” sobre as definições de luta revolucionária. Com efeito, cada um dos diferentes setores criava sua “própria linha política” devido à heterogeneidade política que caracterizava a organização. Pouco se debatia sobre a conjuntura e praticamente nada de teoria política no seio da futura VPR. O conjunto da militância discutia, naquele momento e quase que exclusivamente, os aspectos imediatos e práticos das tarefas que a organização propunha. Assim, os debates eram basicamente sobre as ações que seriam realizadas e o seu planejamento, exatamente porque aquele ainda era um período de amadurecimento da organização, pois o debate de idéias só irromperia apenas mais tarde, quando da realização do primeiro congresso da organização.

Consideramos que a experiência de Osasco desempenhou um papel significativo na relação, não sempre pacífica, que contrapunha os elementos “políticos” e “militares” na orientação das deliberações e, cuja dialética, acompanharia a trajetória da organização. Entendemos que a experiência de Osasco consubstanciou a perspectiva de realizar trabalhos com as massas nas cidades conforme indicava a formação dos ex-polopistas. Esta perspectiva permitiu a formação de um pensamento crítico na organização em relação ao caminho que vinha sendo trilhado, o qual baseava-se essencialmente na realização de ações armadas.

Parece-nos que nossas considerações encontram sua confirmação quando analisamos o transcurso do segundo semestre de 68, fortemente marcado por uma série de ações armadas realizadas à revelia da direção política da organização. Neste sentido, a Futura VPR já começava a dar os primeiros passos na direção da irrupção do conflito “político X militar”.

#### **1.4 A Tensão entre os Setores da “Organização”**

A heterogeneidade política, sobretudo no âmbito da origem e da formação dos quadros pertencentes à organização, em pouco tempo revelou alguns tipos de conflitos entre os setores constituídos daquela que, em dezembro, viria a se tornar a Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Apoiados em depoimentos de ex-militantes que pertenceram à distintos setores da organização, percebemos a existência de conflitos que não se caracterizaram unicamente por motivações político-ideológicas.

Os setores da organização que se envolveram no conflito que marcou o segundo semestre de 1968 foram a “Logística” e uma parcela estudantil do “Setor Urbano”. No caso dos operários egressos do ABC paulista e de Osasco, havia, conforme depoimentos, o respeito de todos pelo fato de estarem se relacionando com militantes pertencentes à classe social definida por Marx como a “classe revolucionária”.

Ana Matilde, militante do setor estudantil da organização revelou-nos em entrevista que alguns conflitos eram naturais por se tratar de um grupo com sedimentos sociais diferentes, no caso os ex-militares e os estudantes. Contudo, observa que o conflito não se dava tanto por questões ideológicas, porque afinal, os estudantes, ainda no movimento estudantil, já se preparavam para fazer coquetéis *molotov*, aprendiam a se defender da agressão policial e ansiavam participar de ações armadas.

Com efeito, os ex-sargentos Pedro Lobo e José Nóbrega revelaram que havia um preconceito no interior da organização em relação aos ex-militares. Costumeiramente, a parcela mais intelectualizada utilizava a expressão “sargentão” para caracterizar os combatentes egressos das Forças Armadas, cuja formação teórica, se comparada aos demais militantes, era notoriamente inferior.

O “anti-teoricismo” e a ação como princípios de unidade imprimiram sua marca no bojo dos conflitos entre os setores da organização. Os militantes da “Logística”, pela sua origem militar, estavam naturalmente mais preparados para a consecução das ações armadas, não obstante o fato de que alguns civis conseguiam se destacar naquelas ações. Para os ex-sargentos, os militantes egressos do movimento estudantil e com formação mais intelectual enquadravam-se no grupo dos “revolucionários de pena”, ao passo que para si próprios, cabia o enquadramento no grupo dos “revolucionários de gatilho”. Num contexto marcado pela recusa às discussões teóricas, obviamente, os quadros de ações armadas supostamente desempenhariam um papel primordial na organização.

O professor João Quartim de Moraes, protagonista de vários conflitos com a “Logística”, afirma que “havia a tal da prova dos nove, não tinha só letrado, todo mundo tinha que pegar e

correr aquele risco, tinha que ter aquela iniciação moral, que, aliás, não era vista com uma corvéia”.<sup>73</sup>

O grande interlocutor entre os sargentos e o “Setor Urbano” durante aquele período foi Wilson Egídio Fava. Este quadro, na medida em que planejava a maior parte das ações e participava em muitas delas, ganhou rapidamente a confiança dos ex-militares. Deste modo, o papel de Wilson Fava junto aos sargentos permitiu que a organização atravessasse o ano de 1968 unida sem dissensões.

O nível dos conflitos estendia-se também à defesa intransigente de militantes dos respectivos setores que eventualmente sentissem a necessidade de se manifestar. O ex-sargento Darcy Rodrigues nos contou que:

*Eu cansei de defender companheiros de origem militar de forma emocional, subjetiva, então, por exemplo, tinha aquelas pessoas que não erravam, eu não admito que o Nóbrega é louco, que o Pedro Lobo é louco, que o Onofre é louco, era uma defesa que a gente fazia porque nós entendíamos que era o pessoal mais disposto e que alguns erros circunstanciais não poderiam ter peso.*<sup>74</sup>

A tensão entre os quadros de origem militar da “Logística”, proponentes de uma postura mais “militarista”, e os quadros mais intelectuais da organização que vislumbravam um tipo de trabalho de massa vinculado à luta armada, foi se agudizando no transcurso do segundo semestre de 68. Naquela época, já se definiam vagamente os campos divergentes em torno das posições que deveriam ser adotadas. Um dos blocos, por exemplo, tinha à sua cabeça João Quartim e os militantes Antônio Roberto Espinosa e Wilson Fava, todos oriundos do “Setor Urbano”. O outro campo fora liderado pelo ex-sargento Onofre Pinto, acompanhado por José Raimundo da Costa, o “Moisés”, e Cláudio de Souza Ribeiro, o “Pará”, contando ainda com o importante apoio de Ladislau Dowbor, o “Jamil”, que mais tarde acabaria se tornando o principal quadro teórico da VPR.

No 1º semestre de 68, durante um contato de Renata Guerra com o grupo de militares de Quitaúna, estes comentaram sobre a possibilidade de uma ação espetacular a partir da deserção da base da organização daquele quartel. Segundo nos informou Renata Guerra, em entrevista concedida no Rio de Janeiro, eles afirmaram que a ação partiria de uma coincidência na qual o capitão Lamarca seria o oficial do dia e Darcy Rodrigues, o cabo Mariane e o soldado Zanirato participariam da ação porque também estariam trabalhando no quartel naquele dia. O grupo de

<sup>73</sup> Entrevista concedida por João Quartim de Moraes a Fábio André G. das Chagas no dia 19 de setembro de 1999 na cidade de São Paulo.

<sup>74</sup> Entrevista concedida Por Darcy Rodrigues a Fábio André G. das Chagas no dia 10 de junho de 2000 na cidade de Bauru/SP.

Quitaúna advertia que a ação somente podia ocorrer numa data específica, portanto, não poderiam perder tempo.

Inúmeros militantes, sobretudo o ex-sargento Onofre Pinto, ficaram muito entusiasmados com aquela possibilidade, decidindo levar à frente a idéia de realizar a ação espetacular. Amadureceram a idéia propondo que, junto à deserção do grupo de Quitaúna, fosse empreendida uma ofensiva na cidade de São Paulo sabotando redes de eletricidade, bombardeando o Quartel General do II Exército, a Academia de Polícia Militar, localizada na Cidade Universitária da USP e invadindo o aeroporto de pequeno porte, do Campo de Marte, com cinco militantes da VPR a fim de sabotar as aeronaves e impedir que alguma delas fosse usada pelos militares.

Acreditamos que esta proposição motivou a irrupção de um embate entre os grupos que já se configuravam como “militaristas” e “massistas” dentro da organização. Naquele ano de 1968, questionou-se muito a oportunidade de fazer a ação no quartel de Quitaúna, pois um setor apontava que naquelas circunstâncias, seria inapropriado realizar uma ação daquela envergadura com o único objetivo de “dar o exemplo”, conforme preconizava Debray e desestabilizar a cidade de São Paulo. Para os “políticos”, aquele feito provocaria uma grande repercussão sem que a organização tivesse uma estrutura adequada para suportá-la.

Algumas ações armadas, realizadas à revelia da direção da organização nos últimos meses de 68, intensificaram o latente conflito interno que se configurava. Entre outras, destacamos uma ação em meados de setembro de 68 que visava “expropriar” a arma de uma sentinela no quartel da Polícia Militar – localizado no bairro paulistano do Barro Branco - a qual, após se mostrar inadequada operacionalmente, ainda assim foi realizada provocando a desnecessária morte da sentinela, sem que a metralhadora que empunhava fosse “capturada” pelos militantes.

Alguns quadros do “Setor Urbano” se lançaram à crítica em torno das ações levadas à efeito sem qualquer consulta prévia à direção política da organização. Observou-se que nem mesmo Onofre Pinto conseguia controlar seus militantes mais afoitos, chamados por alguns de “tropa de choque” do “Setor logístico”.

Segundo nos informou João Quartim de Moraes:

*Era a política do fato consumado como a ação do Barro Branco, para alguns a militância era fazer ação. O refluxo das mobilizações de massa traz quadros que ficam sem espaço de atuação e se tornam descrentes na atuação do trabalho de massa e se interessam mais pelas ações de outra natureza. O político fica para um segundo plano, os que vieram do refluxo argumentavam que a etapa da luta era diferente convergindo para tendência militarista.<sup>75</sup>*

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida por João Quartim de Moraes a Fábio André G. das Chagas no dia 19 de setembro de 1999 na cidade de São Paulo.

Para o dirigente do “Setor Urbano”, muitos militantes, até mesmo os mais adeptos do debrayismo, percebiam um excesso naquelas ações armadas, porque o objetivo político da organização não podia ficar reduzido a matar sentinelas na cidade, numa prática perigosamente próxima à do banditismo urbano.

Entretanto, a VPR não realizou apenas ações armadas à revelia da direção política da organização. Entre algumas ações que o “grupo de fogo” da VPR levou a cabo sob a consideração da direção política foi o “justiçamento”<sup>76</sup> do capitão do Exército dos EUA Charles Rodney Chandler, veterano da guerra do Vietnã. No mesmo dia em que os estudantes eram presos no congresso da UNE realizado em Ibiúna, São Paulo, um comando articulado da VPR com a ALN, abateu a tiros o capitão Chandler em frente à garagem de sua casa, no bairro do Sumaré, em São Paulo, na manhã do dia 12 de outubro de 1968.

### **1.5 O Congresso da Praianada: a cristalização do conflito “Político x Militar”**

O final do ano de 1968 marcou para a organização a necessidade de definir os rumos do encaminhamento da luta armada no Brasil. Conforme destacamos no item referente à formação da organização, o processo de fusão entre os grupos se efetivou fundamentalmente sobre a necessidade de partir para a ação imediata postergando o debate político-ideológico. Passados alguns meses desde que foram iniciadas as ações armadas, a “Organização” já havia se envolvido nas manifestações estudantis e alcançado com êxito o recrutamento de operários de Osasco. Definindo-se como um grupo de vanguarda que apontava para o meio rural como palco principal da luta revolucionária, tornava-se necessário definir um programa mais consistente da organização através de uma reunião de caráter mais congressual.

Argumentava-se, de um lado, que a organização não poderia se limitar às expropriações de armas e dinheiro, mas que devia definir uma estratégia para alcançar o objetivo que era a deflagração da guerrilha rural. Renata Guerra de Andrade relatou-nos que:

*Precisava definir rumos né, até porque a gente tava começando a ter consciência de que a gente tava se enrolando nessas ações, a gente tava fazendo ação por ação e que isso nunca ia acabar na coluna móvel estratégica que a gente preconizava. Talvez o que tenha determinado mesmo a necessidade do congresso foi essa indefinição de idéias.<sup>77</sup>*

<sup>76</sup> O termo “justiçamento” refere-se à uma postura em matar pessoas cujas práticas eram abominadas pelas organizações clandestinas. Entre algumas práticas, destacamos a destinação de dinheiro para grupos paramilitares de direita, a prática de torturas, bem como a instrução sobre técnicas de tortura mais eficazes.

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Renata Guerra a Fábio André G. das Chagas no dia 1º de maio de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

Por volta do dia 10 ou 11 de dezembro, cerca de 20 militantes se deslocaram para a praia do Perequê Mirim, situada no litoral norte de São Paulo, a fim de realizar o primeiro congresso da organização. Ressaltamos que os militantes de origem militar em nenhum momento se recusaram a realizar o congresso, ainda que fossem os mais resistentes às discussões de cunhos teórico e político. Para este congresso, segundo relatos, não foram produzidos documentos de discussão. Algumas definições, como o caráter socialista da revolução, assim como a adoção do nome “Vanguarda Popular Revolucionária”, sugerido por João Quartim de Moraes, foram homologadas sem maiores problemas.

As divergências afloraram durante a discussão sobre as definições das formas de luta para o devir da revolução. Num primeiro momento, João Quartim de Moraes advertiu sobre o equívoco que cometiam alguns militantes ao se preocuparem demasiadamente com o impacto que as ações causavam na grande imprensa. Para ele, a militância deveria se preocupar àquela altura em consolidar a organização, em criar vínculos mais sólidos nas bases sociais, ao invés de partirem para um aprofundamento das ações armadas.

No transcurso do congresso, militantes da “Logística” executaram uma ação de expropriação de armas, retirando da Casa Diana, no centro de São Paulo, um vultoso estoque de armas no dia 11 daquele mês. Seguramente, esta ação reforçou o propósito daquela parcela da organização desejosa de intensificar e aprofundar as ações armadas, sobretudo, aqueles que enfatizavam a repercussão propagandística que teria a ação mais espetacular: a ação do 4º RI. A perspectiva de realizar esta ação foi um divisor de águas na VPR, pois a tensão entre os setores fundava-se exatamente no problema da execução da “ação pela ação”, sem qualquer subordinação ao comando político.

João Quartim de Moraes foi o crítico mais severo daquela iniciativa, quando já se percebia o encaminhamento para a consecução da ação. O membro da Coordenação Geral pelo “Setor Urbano” preconizava que seria mais vantajoso para a organização se Lamarca permanecesse no interior das Forças Armadas, continuando com o trabalho de cooptação e politização dos militares. Ademais, diante da ofensiva do aparato de segurança do governo que recairia sobre a organização, afirmou que esta não possuía uma estrutura capaz de abrigar Lamarca e os demais militares que desertariam da corporação militar com ele em janeiro de 1969.

Renata Guerra sustentava que a coincidência pela qual Darcy, Zanirato, Mariane e outros estariam presentes no quartel durante o turno como chefe de guarda de Lamarca era algo que acontecia periodicamente e, portanto, a ação não precisaria ser realizada com a urgência com que se anunciava. Bastaria esperar e, no momento que realmente fosse necessário à organização, tudo

seria feito. Entretanto, Onofre Pinto defendia a posição para a qual aquela seria uma oportunidade única para realizar a ação espetacular.

À medida que se desenvolvia o congresso, a situação ia ficando mais tensa, sobretudo no momento em que João Quartim, apoiado por Wilson Fava, Renata Guerra e Maryse, lança a defesa de um recuo estratégico da organização, o qual consistiria num retraimento operativo da VPR, um recolhimento e proteção dos quadros e a limitação das operações táticas na zona urbana à um mínimo indispensável de seqüestros de armas e bancos. Onofre Pinto, diante das sucessivas vitórias conquistadas pelos defensores da proposta do recuo estratégico, lançou-se à ofensiva declarando que não acataria decisões como aquelas, pois no caso de a organização assumir aquelas proposições, levaria irremediavelmente à destruição da VPR. Para Onofre e os demais companheiros que comungavam com a sua posição, aquelas proposições significavam a retomada da tradição reformista dos Partidos Comunistas.

Segundo nos relatou o ex-sargento Darcy Rodrigues apoiando a decisão de Onofre Pinto, os defensores do recuo estavam naquele momento mais vacilando do que qualquer outra coisa:

*Que me perdoem o Quartim e o Wilson, mas eu acho que o primeiro questionamento foi vacilação, o primeiro questionamento não foi político, foi vacilação. No segundo momento não, no segundo começa a haver (...) no congresso da Var Palmares já tem uma posição política estruturada.<sup>78</sup>*

Na visão dos “recuístas”, o grande sucesso histórico daquele momento teria sido permanecer para montar uma organização, com forte estrutura clandestina, capaz de golpear contundentemente o inimigo. Uma organização clandestina solidamente estruturada com braço militar muito forte, entendendo que a operação estratégica militar seria no campo. O recuo pautava-se na idéia de que a dinâmica da luta de massas deveria determinar o ritmo e a direção política que seguiria a organização, pois o movimento de massas, nesse momento, encontrava-se em franco refluxo e a organização deveria sobreviver face à escalada repressiva do aparato militar do regime.

No retorno do congresso, no dia 13 de dezembro de 1968, durante uma parada para consertar o pneu furado do veículo que os transportava e aproveitar para um descanso dos militantes, escutaram pelo rádio a leitura do texto que impunha à sociedade brasileira o fechamento completo do regime: o Ato Institucional 5 (AI-5). Como em relação à análise de outros fatos, ante este tampouco houve consenso: Para alguns, reforçava-se a necessidade de intensificar o ritmo das ações armadas, enquanto para outros, confirmava-se a análise de que o período subsequente seria

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Darcy Rodrigues a Fábio André G. das Chagas no dia 10 de junho de 2000 na cidade de Bauru/SP.



de uma perseguição implacável às organizações armadas e, que, portanto, era necessário recuar para preservar os quadros.

Parece-nos oportuno neste momento tecer algumas considerações acerca deste congresso e seu desfecho. Primeiramente, cabe-nos questionar porque os ex-polopistas, formados na tradição do “fazer político” pelo trabalho de massas, não romperam com a organização quando do desligamento compulsório imputado à João Quartim de Moraes, Renata Guerra Maryse e Wilson Fava. Consideramos que o momento histórico vivido por aquela militância não admitia a posição de recuo sob pena de ser considerado um abandono da luta armada, desencadeada como forma de ruptura com o reformismo e o imobilismo.

Naqueles anos, a oposição vivia sob um intenso *frenesi* pela luta armada. Uma parcela da organização empolgava-se com a possibilidade de uma ação daquela envergadura, em que 400 fuzis seriam retirados do quartel, ainda que a VPR não dispusesse de *400 braços* para empunhá-los. Com efeito, os militantes de origem militar sofriam com o agravante de não poderem viver na legalidade, com algumas exceções. Aqueles ex-militares já vinham há muito tempo enfrentando a vida na clandestinidade, eram considerados pelos seus antigos camaradas de armas “traidores à pátria e à corporação”, com sua deserção eles tinham dado um passo sem retorno, para eles qualquer recuo seria inimaginável e até impossível. Some-se a isso, o peso da figura de Onofre Pinto, o qual inspirava confiança em militantes de todos os setores. Apesar de algumas decisões formais, as pessoas, em geral, se alinhavam com Onofre. Neste sentido, a ação do 4º RI seria executada com ou sem aprovação do congresso.

Em verdade, alguns relatos ressaltam que o maior comandante da VPR, Onofre Pinto, participou daquele congresso porque na condição de comando não podia se recusar a participar, mas que a diretiva que ele dera aos “militaristas” transcendia qualquer decisão congressual. Renata Guerra consubstancia nossa afirmativa ao relatar sobre aquela contenda que “eles já tinham decidido fazer de qualquer maneira, com ou sem aprovação. A gente achou que aquilo era uma ação desesperada e a gente não ia segurar a peteca com a repressão de jeito nenhum, como não segurou”.<sup>79</sup>

Por fim, observamos que no decurso do segundo semestre de 68, João Quartim de Moraes, segundo relato que nos concedeu, vislumbrou a possibilidade de romper com o grupo mais “militarista” do setor logístico da organização. Roberto Espinosa nos contou que João Quartim chegou a estruturar um pequeno grupo armado dentro do “Setor Urbano” que deveria substituir o

---

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Renata Guerra de Andrade a Fábio André G. das Chagas no dia 1º de maio de 2000, na cidade do Rio de Janeiro.

grupo extremista da “Logística” ante a possibilidade de excluí-los da VPR ou em um racha encetado pelo “Setor Urbano” e a posterior constituição de uma nova organização.<sup>80</sup>

Findo o congresso, os militantes opositores à realização da ação do 4º RI lançaram-se numa tentativa de convencer os quadros da organização a fim de impedir que aquela operação se consumasse, conforme nos declarou Renata Guerra:

*Eu entrei em desespero quando vi que eles iriam fazer a ação do quartel, então resolvi jogar todas as fichas, fui falar com as pessoas e explicar que aquela não seria a única ocasião coisa nenhuma, isso pode ser feito em qualquer outro momento, desde que o Lamarca continue no Exército, o Darcy e essas pessoas continuem lá.<sup>81</sup>*

Ladislau Dowbor, alinhado às decisões de Onofre Pinto, muito mais por não considerar viáveis algumas proposições de João Quartim de Moraes, declarou sobre a contenda em torno da ação do 4º RI:

*A gente nunca soube avaliar o que representava em termos de terremoto político no Brasil, a saída do caminhão de armas de um quartel junto com um capitão exemplar. E também a coisa do II Exército (...) eu acho que eles tinham toda a razão, eu não tinha experiência política nem o Onofre.<sup>82</sup>*

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida por Antônio Roberto Espinosa a Fábio André G. das Chagas no dia no dia 17 de abril de 2000 na cidade de Osasco.

<sup>81</sup> Entrevista concedida por Renata Guerra de Andrade a Fábio André G. das Chagas no dia 1º de maio de 2000, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Ladislau Dowbor a Fábio André G. das Chagas no dia 29 de junho de 2000, na cidade de São Paulo.

## Capítulo 2

### CONGRESSOS, FUSÕES E RACHAS:

#### A FORMAÇÃO DA VAR-PALMARES E OS PRESSUPOSTOS DA VPR RECONSTITUÍDA PARA A LUTA REVOLUCIONÁRIA.

##### 2.1 O fluxo de “quedas” e os encaminhamentos para o Congresso de Abril.

O ‘Congresso da Praianada’ fora encerrado sem que quaisquer decisões consensuais ou formulações estratégicas se efetivassem. Onofre Pinto, derrotado nas votações, encetou um “golpe” na organização e rechaçou as proposições do grupo ligado à João Quartim de Moraes.

No transcurso do mês de janeiro de 1969, a VPR ainda seria marcada pelos derradeiros momentos da luta travada entre os futuros “desligados” da organização e o Setor Logístico. De um lado, aprofundava-se a campanha tentando impedir a realização da ação do 4º RI. Por outro, a preparação do operativo para levá-la a cabo chegava aos últimos acertos. Poucos dias antes da data programada para realizar aquela que seria a ação mais espetacular da luta armada até aquele momento, Onofre Pinto, revestido de amplos poderes, designa um militante para comunicar aos quatro “indisciplinados” (João Quartim de Moraes, Renata Guerra de Andrade, Wilson Fava e Maryse) as respectivas expulsões do grupo guerrilheiro. O motivo para o afastamento fora atribuído ao comportamento indisciplinar por manter contatos com outros setores diferentes dos seus próprios, atitude que feria as normas de segurança da organização. Os quatro “desligados” seriam amparados materialmente pela organização até que conseguissem sua própria manutenção.

Definida a data do operativo para o dia 26 de janeiro, apenas faltava à organização terminar a pintura de um caminhão com as cores e símbolos do Exército que seria usado para retirar as armas, granadas, munições e morteiros do 4º RI de Quitaúna. No entanto, a desconfiança de alguns moradores quanto àquela movimentação extraordinária de pessoas estranhas, somada a um incidente com um garoto do bairro<sup>83</sup>, atraiu a Força Pública<sup>84</sup> até a chácara de Itapecerica da Serra, onde o caminhão era pintado. O tratamento áspero ao menino curioso custou, naquele dia 23 de janeiro, a prisão de Pedro Lobo, Hermes Camargo Batista, Antônio dos Santos e Ismael Antônio

---

<sup>83</sup> Consta que o garoto, por curiosidade, aproximou-se do local onde os militantes pintavam o caminhão.

<sup>84</sup> Força Pública foi a denominação da Polícia Militar do estado de São Paulo até 1970.

de Souza. Este seria o início de um fluxo de “quedas” que só se estancaria por volta de abril daquele ano. José Nóbrega, o único que conseguiu escapar daquelas prisões, alertou o comando da organização que deveria suspender os preparativos da ação porque, em poucas horas, a “repressão” tomaria conhecimento dos planos e impediria sua realização com pesadas perdas para a organização. Nóbrega e Darcy Rodrigues ainda tentaram recuperar um carro carregado de explosivos num estacionamento na Vila Mariana, porém, a polícia já os esperava e travou-se um violento confronto entre os militantes e a polícia.

O capitão Lamarca, saturado da vida no Exército, por sua vez, não admitia entrar para a clandestinidade de “mãos vazias”. Assim, orientou para que o cabo Mariane e o soldado Zanirato permanecessem no quartel pelo fato de não serem conhecidos pelos militantes presos e que, por isso, não correriam o perigo de ter os seus nomes “abertos”.<sup>85</sup> Lamarca, no dia 24 de janeiro, um dia após as prisões em Itapeceira da Serra, deslocou-se até o quartel com uma Kombi e retirou de lá 63 fuzis FAL, mais algumas armas e munições. Zanirato e Mariane insistiram em desertar para passar, eles também, à clandestinidade. As prisões de militantes da VPR continuaram se sucedendo, sobretudo facilitadas pela delação e pelos serviços prestados à repressão por Hermes Camargo Batista, um dos responsáveis pela “Logística”. Hermes revelou tudo o que sabia passando a colaborar ativamente com o regime.

No dia 25, Dulce Maia foi presa na sua casa e, no mês de fevereiro, Roque Aparecido e José Ibrahim correram também foram presos. Neste mesmo mês, no dia 11, o militante da VPR Hamilton Fernando da Cunha, o “Escoteiro”, foi fuzilado na rua, próximo ao seu local de trabalho, por agentes do DOPS. Outras prisões continuariam ainda ocorrendo até o mês de abril. No dia dois de março “Robertão” era preso e, dois dias após sua prisão, foi a vez de Diógenes Carvalho de Oliveira, experiente quadro que tinha recebido treinamento em Cuba. Onofre Pinto, líder máximo da VPR, foi preso nos primeiros dias de março, levando a organização à beira do colapso orgânico.

A VPR, neste momento em que a quase totalidade da organização necessitou entrar para a clandestinidade, dispunha de escassos recursos econômicos para bancar essa situação. Carlos Lamarca, implacavelmente perseguido pelos órgãos de segurança<sup>86</sup>, não teve outra alternativa senão se esconder num “aparelho” da ALN, enquanto que as armas retiradas do 4º RI, inicialmente escondidas numa casa no bairro da Lapa, em São Paulo, foram finalmente guardadas por Carlos Marighella. A situação foi se agravando na medida em que muitos militantes perderam totalmente

---

<sup>85</sup> A expressão “abrir” significa revelar aquilo que se sabe. Muitos militantes sob tortura “abriram” nomes e localizações de esconderijos de outros militantes.

<sup>86</sup> Ele foi perseguido com especial sanha pelas forças da repressão, tinha desertado da corporação militar para lutar em contra, num ato considerado “traição à pátria”.

o contato com a organização e, aquela rede de aliados que deveria brindar suporte logístico precisamente nestes casos, assustada com a escalada repressiva do regime, foi se desmantelando.

No meio da crise e ante a ameaça de desaparecer enquanto organização, Valdir Sarapu, o único dirigente em liberdade, convocou Roberto Espinosa e José Campos Barreto a improvisaram rapidamente uma nova direção. Os novos dirigentes incumbiram-se de programar algumas ações de numerários em curto prazo. Algumas destas ações, nos conta Espinosa<sup>87</sup>, resultaram em verdadeiro fracasso do ponto de vista do valor “expropriado”. Mas, por outro lado, aquelas que renderam os frutos esperados foram suficientes para que a VPR pudesse sobreviver materialmente por mais algum tempo. Ainda assim, longe de normalizar a situação interna da organização, Valdir Sarapu, membro da direção, desliga-se da organização. A atitude de Valdir foi objeto de fortes críticas sob o argumento de que ela decorreria de “vacilação ideológica”. Outro dirigente, José Campos Barreto, segundo Espinosa, vinha tendo atitudes que colocavam em risco sua segurança, e, por conseguinte, a da organização. Dentro deste cambiante quadro, militantes ligados à “Logística”, incitaram Roberto Espinosa a assumir com “pulso firme” a direção da VPR a fim de estancar o fluxo de prisões e superar os problemas de segurança. Espinosa aceitou a sugestão e propôs que, tão logo os problemas fossem superados, assumiriam o compromisso de realizar um congresso da VPR.

## 2.2 O Congresso de Abril

Como numa espécie de “golpe interno”, Espinosa imediatamente implementou fortes medidas de segurança, definiu como objetivos imediatos algumas ações de numerários e, principalmente, retomar os contatos com aqueles militantes que haviam perdido a comunicação com a organização. A VPR mantinha a direção, porém, sob um comando único, o qual definiu que os encontros entre militantes, os “pontos”, não ultrapassariam o tempo de cinco minutos, além de se realizarem em movimento e não mais em lugares fixos. O militante só poderia ter algum tipo de encontro com os companheiros de sua própria célula, sendo vetado o contato entre células diferentes.

O conjunto de medidas resultou eficaz na medida em que muitos militantes foram novamente contactados e a organização sobreviveu à crise estancando o fluxo de “quedas”. Em meados de março iniciou-se, então, a fase preparatória para o congresso que se realizaria no mês de abril. Roberto Espinosa nos relatou que a direção da VPR solicitou aos militantes que quisessem

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Antônio Roberto Espinosa a Fábio André G. das Chagas no dia 08 de maio de 2000 na cidade de Osasco/SP.

manifestar suas posições, que o fizessem por escrito e encaminhassem a direção para que os textos fossem copiados e distribuídos ao conjunto da organização.

Em verdade, a produção de documentos para aquele congresso foi muito pequena. Enquanto a direção elaborou um documento mais voltado para a análise de conjuntura e balanço da organização, Lamarca, já contatado pela organização, escreveu um outro de natureza essencialmente técnica, definindo táticas de cerco à um quartel, etc. Neste período apareceu o primeiro documento de “Jamil”, nome de guerra do professor Ladislau Dowbor, criticando a perspectiva de trabalho de massas nos moldes pensados anteriormente.

Durante quatro ou cinco dias de trabalho e contando com cerca de 25 militantes, 20 deles delegados eleitos pelas células, o *Congresso de Abril* transcorreu sem conflitos em torno de posições divergentes porque, segundo relatos, havia consenso em torno das proposições colocadas em discussão e os militantes viviam um momento de forte união. Neste congresso, o termo “foco” foi substituído pela expressão “coluna móvel estratégica”, a qual seria a forma principal de luta, combinando-se com guerrilhas irregulares<sup>88</sup> fora da área estratégica. Definiu-se por um trabalho de massas articulado com a guerrilha urbana e o caráter da revolução que, para a VPR, conforme havia sido proposto no “Congresso da Praianada”, seria socialista. A nova direção da VPR formada por Roberto Espinosa, Carlos Lamarca, Fernando Mesquita, Mário “Japa” e Cláudio de Souza Ribeiro teve como objetivo político imediato a retomada e o aprofundamento dos contatos com os COLINA de Minas e da Guanabara, com o intuito de cristalizar uma fusão para ampliar nacionalmente a luta revolucionária. Esta função foi delegada à Iara Iavelberg, quem já vinha realizando esta tarefa desde fins de dezembro de 1968. A nova estrutura da VPR abarcou um “Setor de Campo” e um “Setor Urbano”, subdividido em setor operário, setor estudantil e grupo armado, este último englobando a antiga “Logística”.

Em verdade, o chamado “Setor de Campo”, desde que foi constituído em 1968, consistiu num minúsculo grupo composto por cerca de quatro militantes cuja função foi a de estudar as características de regiões que se prestassem à instalação de escolas de treinamento ou para a instalação da futura coluna guerrilheira. O professor Ladislau Dowbor nos relatou<sup>89</sup> que o objetivo do “Setor de Campo” foi também dar início a um trabalho político com camponeses localizados essencialmente na região Nordeste do país.

---

<sup>88</sup> As guerrilhas irregulares se inspiravam no modelo revolucionário vietnamita e chinês e consistiam numa atividade militar inconstante, cujos guerrilheiros, durante o dia trabalhavam como camponeses e à noite saíam para combater o inimigo.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Ladislau Dowbor a Fábio André G. das Chagas no dia 29 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

Os contatos com os camponeses ocorreram basicamente durante o primeiro semestre de 1969, mas foram muito insuficientes diante da quase inexistência de trabalho político anterior com aquelas populações. Ladislau Dowbor afirma que,

*Havia relações que eram significativas e que a gente tentou captar que era, por exemplo, com o pessoal das Ligas. A gente teve reuniões com eles e isso abriria contatos com pessoas que tinham migrado para o Maranhão, Goiás, Taguatinga (...) eram contatos esparsos, eram ilhas de trabalho político. Fomos para áreas onde não havia tido trabalho político com camponeses e aí era terrível para o pessoal aderir a um negócio radical.<sup>90</sup>*

Entre abril e julho - mês que se fundiria aos COLINA e demais grupos para constituir a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) -, a VPR realizou ações armadas tanto de numerários como de “expropriação” de armas. Uma das ações mais bem sucedidas, com o fim de ampliar o arsenal da organização, foi o ataque ao Quartel da Força Pública em São Caetano, na região do ABC paulista. Nesta ação, realizada no mês de junho, foram incorporados 90 fuzis, 15 metralhadoras, inúmeras caixas de revólveres e vários cunhetes de munição.

As ações de numerários foram freqüentes, sendo algumas mal sucedidas. Em uma destas ações o próprio Lamarca participou ativamente. A VPR, no dia 9 de maio, empreendeu uma ação de numerários na qual atacaria simultaneamente as agências do banco Mercantil de São Paulo e do banco Itaú, a menos de duzentos metros de distância um do outro. Atrás de uma das agências situava-se um quartel da Guarda Civil Metropolitana. Deste quartel, saiu o guarda civil Orlando Pinto Saraiva que logo percebeu o que estava acontecendo. Tentando impedir a ação dos revolucionários o guarda apontou a sua arma para Darcy Rodrigues, mas recebeu um tiro na cabeça disparado por Lamarca. O guarda civil receberia ainda um segundo tiro no rosto, assinalando a primeira ação armada na que Lamarca participava.<sup>91</sup> Além da indesejável morte do guarda civil, a organização pouco se satisfiz com o valor “expropriado”, considerado muito abaixo das expectativas. Esta foi uma das poucas ações que a VPR entrou em confronto.

No concernente ao objetivo político definido no congresso de abril, no qual a direção ficara incumbida de recuperar os contatos que mantinha com grupos proponentes da luta armada, a VPR coroou com êxito o seu intento. No Rio Grande do Sul, um dos principais contatos recuperados foi com o médico gaúcho Carlos Brasil, para quem a organização forneceu recursos para que o mesmo iniciasse um trabalho de levantamento de áreas para a guerrilha no Maranhão. Carlos Brasil montou um consultório médico naquela região, incumbido de estruturar uma pequena serraria, cujo objetivo era servir de fachada para o trabalho da organização naquela região. Algum tempo

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. SP: Global, 1987.

depois, a organização ficaria sabendo que Carlos Brasil não pertencia a VPR, como esta mesma imaginava, mas sim ao grupo de Carlos Franklin Paixão Araújo, quadro revolucionário do Sul do país que vivenciou uma importante experiência política com operários, conforme nos relatou Carlos de Ré, ex-militante do movimento estudantil e da VPR gaúcha:

*As pessoas que militavam em torno do Araújo tinham uma militância ligada aos operários e demais trabalhadores pelo fato de o pai dele ter sido um dos primeiros advogados trabalhistas de Porto Alegre. Eles começaram a trabalhar com sindicatos e isso é interessante, porque depois é isso que ilumina a visão política deles. Então eles tinham um trabalho sindical forte, clandestino, mas bastante forte, bastante representativo e já tinham rompido com o PCB, com a visão do PCB, já há algum tempo, antes inclusive do Congresso.<sup>92</sup>*

Dentre o leque de articulações e contatos que a VPR retomou, o mais significativo deles desenvolvia-se com os COLINA. Em verdade, a organização apenas intensificou os contatos que já mantinha com os COLINA. Aquela organização, a exemplo da VPR, perdeu muitos militantes em Belo Horizonte, entre eles, o dirigente, Ângelo Pezzuti, uma das principais lideranças dos COLINA naquele estado<sup>93</sup>. A saída para os COLINA foi o deslocamento de dezenas de militantes de Minas para a Guanabara. No dia 6 de março, João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica e instrutor de cursos de fabricação de explosivos para os COLINA e para a VPR, é morto em Belo Horizonte após quatro meses de prisão. Outro quadro dos COLINA morto nesse primeiro semestre de 69 foi Severino Viana Colon, entre os dias 24 de maio e 6 de junho.

Iara Iavelberg, deslocada para a Guanabara, ficou responsável pelos contatos entre as duas organizações, levando documentos de São Paulo e trazendo documentos da Guanabara. As respectivas direções das organizações passaram a se encontrar com alguma frequência, realizando duas importantes reuniões de cúpula, a primeira, pouco depois do congresso de abril, e a outra, que foi a mais importante de todas, realizada no mês de julho. Alguns remanescentes da dissidência universitária do PCB de São Paulo (DI-SP), entre eles, Sônia Lafoz, Chael Charles Schreier e Fernando Borges de Paula Ferreira, o “Fernando Ruivo”, que não ingressaram na ALN, tomaram parte no processo de fusão que formaria a VAR-Palmares.

É importante destacar que parte dos militantes dos COLINA não concordavam em juntar-se com a VPR pelo fato de recusarem o seu “militarismo sem fim”, além de desconfiar que um quadro como Lamarca, compondo uma direção política, levaria a futura organização a um

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Carlos Alberto Tejera De Ré a Fábio André G. das Chagas no dia 09 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS.

<sup>93</sup> DANIEL, Herbert, *Passagem para o Próximo Sonho*, 1982, p. 19.



“militarismo extremado”.<sup>94</sup> Dilma Rousseff Linhares, importante quadro dos COLINA responsável pelo encontro de lideranças das organizações, enquadra-se no grupo de militantes com a posição anti-militarista acima referida.

Entretanto, outros quadros importantes dos COLINA consideravam que o único caminho para continuar com a realização do projeto revolucionário, era constituir uma organização de alcance nacional. Entre aqueles encontrava-se Maria do Carmo Brito quem, no depoimento que nos concedeu, reafirma aquela percepção:

*A gente entendia que ia ser a salvação da lavoura, realmente criar alguma coisa de caráter nacional, porque já tinha o RS, já não era só aquela coisa do eixo Rio-Minas-SP, já tinha crescido um bocado. Tanto que tinha ainda o pessoal COLINA de Goiás que nunca chegou a ser exatamente COLINA, eram uns remanescentes ainda de um trabalho que eu e o Juarez fizemos em Goiás em 63.*<sup>95</sup>

O processo de discussões para formar uma organização de abrangência nacional foi amadurecendo e conquistando a adesão de pequenos grupos em outros estados como Goiás e Bahia. Entre algumas questões levantadas no processo de discussão entre os vários grupos, a VPR levava à frente uma proposta de constituição de *Organizações Para-Partidárias*, as OPPs. Conforme os depoimentos de Roberto Espinosa, Maria do Carmo Brito e Mário “Japa”, as OPPs, consistiam num modelo de estrutura organizacional que visava reunir os simpatizantes e os grupos de apoio das organizações armadas, chegando mesmo a realizar pequenas ações. Maria do Carmo Brito informou-nos:

*A idéia era que para permear a sociedade você não poderia arrastá-la toda, então, em vez de você trazer as pessoas para a organização, você estabelecia um tipo de vínculo que não era o formal orgânico, mas que tinha uma relação, e, por isso parapartidário.*<sup>96</sup>

As organizações e demais grupos proponentes de uma fusão para constituir uma organização que abrangesse vários estados convergiam quanto ao caráter socialista da revolução e, em princípio, com a luta armada, cuja forma de luta principal seria a guerrilha rural. No entanto, veremos mais adiante que esses pressupostos comuns, longe de cimentar nos grupos da almejada organização, ocultavam divergências que se mostrariam irreconciliáveis.

<sup>94</sup> PATARRA, Judith L. *Iara: reportagem biográfica* e Entrevista com Ana Matilde realizada no dia 04 de maio de 1999 na cidade de São Paulo.

<sup>95</sup> Entrevista concedida por Maria do Carmo Brito e Mário Japa a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de abril de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>96</sup> Idem.

### 2.3 A “Reunião de Julho” e a formação da VAR-Palmares

O ponto culminante para formalizar a fusão dos grupos envoltos nas discussões desde princípios de 1969 assinalou-se nos primeiros dias do mês de julho daquele ano. Naqueles dias, no município de Mongaguá, no litoral paulista, reuniram-se as direções formais da VPR e dos COLINA e alguns membros dos grupos independentes de outros estados, como de Goiás e do grupo de Carlos Paixão Araújo, do Rio Grande do Sul, acompanhado do médico gaúcho Carlos Brasil. Da direção dos COLINA compareceram Carlos Alberto Soares de Freitas e Herbert Eustáquio de Carvalho por Minas Gerais e o casal Juarez Guimarães e Maria do Carmo Brito pela Guanabara. A VPR enviou Roberto Espinosa, Carlos Lamarca e Cláudio de Souza Ribeiro.

Sem qualquer grandiosidade, a reunião de julho foi marcada pela quase inexistência de definições programáticas e menos ainda por definições político-estratégicas ou considerações táticas. A direção mineira dos COLINA, na pessoa de Carlos Alberto Soares de Freitas, opunha-se frontalmente à fusão formal que se encaminhava naquela reunião. Entretanto, a direção da Guanabara convenceu Herbert Daniel a votar favoravelmente à fusão, formando-se, então, a organização que passaria a se chamar Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), homenageando o quilombo mais importante e símbolo da resistência dos escravos africanos no Brasil colonial.

Conforme depoimentos, a reunião transcorreu rapidamente, durando cerca de quatro dias, pelo fato de que o objetivo principal naquela reunião era consumir uma fusão formal, pois as respectivas direções saíram de suas bases autorizadas, caso necessário, a efetivar a fusão. Maria do Carmo Brito contou-nos que a direção dos COLINA levantou a proposta que há muito vinham estudando e que se tratava da execução de uma grande ação que renderia muito dinheiro. Os fundos arrecadados com a “grande ação” seriam suficientes para que a nova organização se dedicasse exclusivamente às ações de cunho político e não mais de cunho logístico, deixando de arriscar a vida de seus militantes e “desviando esforços” que deveriam canalizar-se para ação revolucionária. Segundo nossa entrevistada, a realização da grande ação não foi consensual, sendo que foram obrigados a votar de forma que a aprovação da ação ganhou por apenas um voto de diferença.

Na reunião de julho, que dava surgimento à uma organização de projeção nacional, foram discutidas análises de conjuntura internacional e nacional, chegando-se sem maiores problemas a posições consensuais. Entretanto, algumas posições quanto ao peso do trabalho de massa nas

idades foram levantadas, sem, no entanto, serem levadas à alguma definição mais consensual. Militantes de ambas organizações concebiam, por um lado, a necessidade imediata de se deslocar para o campo, dedicar-se um tempo à preparação e a partir de um momento deflagrar a guerrilha rural. Por outro lado, germinava uma concepção que indicava a necessidade de combinar outras formas de trabalho com a massa, ainda que de forma clandestina, com a guerrilha rural e a guerrilha urbana. Este momento é importante porque nele começava a se definir um grupo favorável à concepção de um trabalho estritamente político com a massa com um viés essencialmente armado. Referimo-nos à concepção de relação da vanguarda com a massa proposta nas teses de “Jamil”, as quais abordaremos mais adiante.

As posições que se mostravam antagônicas foram, de uma certa forma, abafadas pelo fato de que naquele momento a maioria dos militantes presentes ambicionava a constituição de uma organização do porte que seria a VAR-Palmares. Ao final da reunião definiu-se um comando composto por seis pessoas, foram elas: Roberto Espinosa, Carlos Lamarca, Cláudio de Souza Ribeiro, Juarez Guimarães Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Franklin Paixão Araújo.

Encerrada a reunião no final da primeira semana de julho, a VAR-Palmares empreendeu uma forma de estrutura organizacional que se dividia em Comando de Lutas Principais (CLP) responsável pelo trabalho na área rural, e Comando de Lutas Secundárias (CLS) que correspondia à organização de todo trabalho que não fosse rural. Militantes foram enviados para toda parte do Brasil a fim de estruturar os vários grupos que aderissem à VAR-Palmares nesses moldes. Conforme fora aprovado naquela reunião, a nova organização empreenderia uma ação cuja soma seria vultosa o bastante para que o conjunto da militância se dedicasse exclusivamente ao trabalho de cunho político. No dia 7 de julho, um informe da VAR-Palmares é encaminhado ao conjunto da militância reunida em torno da nova organização no qual é formalizada a fusão dos grupos clandestinos de esquerda. O ponto central do informe consistia na comunicação da fusão: “Acabamos de dar um passo importantíssimo para a Revolução Brasileira com o aparecimento da organização que corresponde à fusão da ex-VPR e do ex-COLINA”.<sup>97</sup> De acordo com o informe, mantendo o nome VPR na nova organização daria a idéia de uma integração simples integração de outros grupos à VPR, enquanto o nome COLINA não correspondia à linha política daquele grupo, na medida que se definia pelo caráter socialista da revolução. Daí o nome VAR-Palmares.

---

<sup>97</sup> ‘Informe Sobre a Fusão VPR-COLINA’, assina, VAR-Palmares em 07.07.69. Arquivo Pessoal do professor João Quartim de Moraes.

### 2.3.1 A “Grande ação”

Nos primeiros meses de 1969, um simpatizante dos COLINA, o estudante secundarista Gustavo Buarque Schiller, informou ao dirigente daquela organização, Juarez Guimarães Brito, a existência de oito cofres com dólares que pertenciam a Adhemar de Barros, falecido quatro meses antes, que se encontravam sob a guarda de uma tia sua, Ana Guimol Benchimol Capriglione. Ana Benchimol fora pessoa de intimidade do ex-governador paulista e ficara conhecida nos meios políticos pelo pseudônimo de “Dr. Rui”. Após um intenso trabalho de levantamento da área, identificação do número de empregados etc., a VAR-Palmares resolveu executar a ação que supunha render uma boa quantia.

Planejada em seus mínimos detalhes e contando com a participação de cerca de 15 militantes de várias partes do país, a ação seria comandada por Juarez Guimarães Brito, o “Juvenal”. Às 15:30 do dia 18, os quadros da organização chegaram em carro *Aero Willys*, uma *Veraneio Chevrolet C-14* uma caminhonete *Rural* à mansão onde morava o cardiologista Aarão Burlamaqui Benchimol, irmão de Ana Benchimol, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Vestidos de terno e gravata, o estudante Wellington Moreira Diniz, Juarez Brito e o ex-sargento José Nóbrega apresentaram-se no portão da mansão exibindo um mandado de busca e apreensão, a serviço de um general, com o objetivo de apreender documentos subversivos em poder do Dr. Aarão. Após o ingresso na casa sem dificuldades, os militantes renderam os 11 empregados que se espalhavam pela propriedade e o operário Jesus Parede Sotos, recrutado de Porto Alegre para cuidar da parte técnica da ação, rapidamente localizou o cofre. O prosseguimento da ação não transcorreria conforme o planejado porque algumas pranchas de madeira usadas para deslizar o cofre não suportaram o peso e quebraram, o que levou os militantes a fazer o cofre deslizar pela escadaria da mansão e depois carregá-lo até o veículo que o transportaria para o “aparelho” da organização.

A VAR-Palmares montou para esta ação um esquema de atendimento médico clandestino para o caso de alguém sair ferido, fato que não ocorreu. No caminho até o “aparelho” onde o cofre seria aberto com um maçarico, um guarda de rua abordou o veículo e disse aos guerrilheiros que o defunto que eles carregavam deveria estar muito pesado. Darcy Rodrigues retrucou as palavras do guarda dizendo que aquilo não era um defunto, mas tão somente um cofre cheio de dólares que tinham acabado de roubar, o guarda por sua vez, respondeu à “brincadeira” desejando que o cofre estivesse cheio e que então eles tirassem bom proveito do dinheiro. De fato, a VAR-Palmares

tiraria proveito daquela que foi ação mais rendosa de toda a luta armada naqueles anos, pois, o cofre, quando aberto, exibiu a quantia de US\$ 2,596 milhões.<sup>98</sup>

A surpreendente quantia arrecadada com a ação do cofre, acelerou o processo de preparação para o primeiro congresso da VAR-Palmares, tendo em vista que ainda no período de fusão sentiu-se que existiam divergências significativas e que somente se resolveriam, ou não, num processo de ampla discussão, no caso, o congresso. O programa da nova organização, bem como as definições tático-estratégicas ficariam então para o mês de setembro, quando do congresso da VAR-Palmares. Neste sentido, lança-se a diretiva de realizar conferências regionais onde houvesse militantes que reivindicassem a organização, neste momento, nos estados da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

As conferências regionais resultaram de pequenas reuniões de células dos setores da organização que elegiam seus delegados. Estes delegados reuniam-se, a seguir, numa conferência setorial, que então elegia delegados para a conferência regional. Das conferências regionais, após as discussões em torno dos documentos produzidos, votava-se e eram eleitos delegados para o congresso nacional a realizar-se em setembro. Paralelamente às conferências regionais, o novo comando da organização definiu que Carlos Lamarca permaneceria escondido em “aparelhos”, impedido de participar de ações armadas. Esta medida decorria do fato que os órgãos de segurança vinham intensificando as prisões e o cerco à procura dos revolucionários, sobretudo Carlos Marighela e Lamarca. Sugeriu-se ainda que Lamarca fizesse uma cirurgia plástica para modificar o rosto e dificultar sua identificação pelas fotos sua e de outros militantes espalhadas em cartazes por todo o país. Por intermédio do médico José Dutton Ferreira, Lamarca realizou uma cirurgia plástica no Rio de Janeiro que modificou o formato de seu nariz. Lamarca ainda modificou sua arcada dentária com a extração de boa parte de seus dentes e o subsequente implante de uma prótese no lugar daqueles.

---

<sup>98</sup> Uma leitura mais ampla acerca da ação do cofre pode ser encontrada em VILLAMÉA, Luiza. “A verdadeira história do cofre do Dr. Rui trinta anos depois”, Revista *ISTO É*, 21.07.99.

## 2.4 O Congresso de Teresópolis: “Massistas”, “Militaristas” e a Reconstituição da VPR

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1969, cerca de 33 militantes da VAR-Palmares se deslocaram gradativamente para uma chácara no município de Teresópolis, onde se realizaria o primeiro congresso daquela organização. Entre o final do mês de julho e durante todo o mês de agosto, alguns militantes encarregados de garantir a infra-estrutura do congresso realizaram algumas viagens para o local, levando consigo alimentos e materiais básicos para a manutenção dos militantes que estariam presentes. Estas medidas visavam não chamar a atenção dos comerciantes nos arredores, tal como ocorrera, por exemplo, no Congresso da UNE em Ibiúna.

Os militantes presentes dividiam-se em torno de 17 delegados eleitos pelas conferências regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás, enquanto os demais se dividiam entre seguranças, infra-estrutura e quadros da direção. A maior bancada entre os estados representados foi a do Rio Grande do Sul, pelo fato de os gaúchos estabelecerem critérios diferentes para definir o que seria um militante da organização. Ao contrário da definição de um militante para a organização em São Paulo ou no Rio de Janeiro, por exemplo, um simpatizante da organização no Sul era contabilizado como militante. Mário “Japa”, quadro de muita responsabilidade na VPR, em entrevista nos narrou que, “eles eram a maioria absoluta, eles contavam nós temos 100, 300, para a gente aqui em São Paulo e Minas era absurdo, a gente contava às dezenas de militantes (...) então, claro, eles vinham para ser a maioria”.<sup>99</sup>

Na pauta das discussões para o congresso que havia sido programado para durar cerca de sete dias, constavam tópicos como análise da situação internacional, análise da situação nacional, discussões sobre estratégia e a tática, balanço crítico da organização, linhas específicas sobre coluna guerrilheira, guerrilhas irregulares e uniões operárias e camponesas. Sob um forte calor naquele período, os congressistas transitavam e discutiam sempre muito à vontade, sem camisa, de calção e chinelos, deixando suas respectivas armas de lado. As discussões iniciavam-se sempre por volta das 7 da manhã e acabavam somente em torno de 23 horas ou meia noite.

De acordo com depoimentos concedidos a nós e também a outros pesquisadores, constatamos que de uma forma geral, as questões levantadas no congresso foram conduzidas de forma divergente. Algumas discussões especificamente sobre a tática foram subdivididas e resultaram na formação de pequenas comissões para estudar e redigir os textos. Entretanto, não tardaria para que os primeiros conflitos aparecessem. Num primeiro estágio de conflitos que identificamos, apontamos a polêmica em torno dos documentos lançados para a discussão.

---

<sup>99</sup> Entrevista concedida por Maria do Carmo Brito e Mário Japa a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de abril de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

Os textos de “Jamil”, segundo Maria do Carmo e Mário “Japa”, foram impedidos de circular em função de uma manobra regimental encetada pelo grupo de Espinosa e Carlos Araújo. Nossa entrevistada relatou que “houve um processo de seleção dos documentos que seriam discutidos e aí então já se configurou uma manobra. O que se fez foi excluir o documento do ‘Jamil’ que para mim era considerado básico”.<sup>100</sup>

Mário “Japa”, integrante do grupo que “rachou” no congresso para reconstituir a VPR, ao endossar a opinião de Maria do Carmo, contou-nos que os documentos de “Jamil” “eram um divisor de águas, porque para o pessoal da VAR isso modificava muito as coisas, o pessoal achava que era foquista, era militarista, porque justificava tudo isso, daí houve um divisor de águas com o pessoal da VAR que falava isso é foquismo”.<sup>101</sup>

Roberto Espinosa, ativo defensor das propostas de cunho “massista”, por sua vez, relatou que tal procedimento não ocorrera daquela forma simplesmente porque, naquele período, os textos de Jamil não tinham importância para a maioria dos militantes. Espinosa nos assegurou que,

*Ninguém lia aquilo e o “Jamil” não conseguiu nem ser eleito para a Conferência Regional de São Paulo que preparou o congresso, o “Jamil” não foi ao congresso de Teresópolis, ninguém defendia a tese do “Jamil” no congresso de Teresópolis e, por unanimidade, quando havia alguma referência do “Jamil” era para fazer brincadeira.*<sup>102</sup>

Neste mesmo sentido de críticas às teses de “Jamil”, não propriamente no congresso da VAR-Palmares, o ex-militante da VPR gaúcha, João Carlos Bona Garcia, afirmou no depoimento que nos concedeu, que os textos de “Jamil” foram motivo de brincadeiras no Sul do país, devido à formação marxista mais sólida do seus companheiros que os levava a interpretar aquelas teorizações jamilistas como uma deformação do marxismo.<sup>103</sup>

No bojo dos primeiros conflitos, ainda tênues se comparados aos que viriam dias depois, a direção da organização reuniu-se para concluir que o congresso, estimado para durar no máximo uma semana, se estenderia no mínimo por mais doze dias. Esta redefinição implicava num sério problema na medida que alguns membros da VAR haviam estabelecido um contato numa embaixada, onde ficara guardado o dinheiro proveniente do cofre da ex-íntima de Adhemar de Barros, o qual deveria ser retirado em dez dias no máximo, prazo impossível de cumprir conforme a nova previsão para o término do congresso.

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Entrevista concedida por Antônio Roberto Espinosa a Fábio André G. das Chagas no dia 08 de maio de 2000 na cidade de Osasco/SP.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por João Carlos Bona Garcia a Fábio André G. das Chagas no dia 12 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS. Bona Garcia refere-se essencialmente às definições de “Jamil” sobre o papel importante que os marginalizados do processo produtivo desempenhariam no processo revolucionário. Veremos quando da apresentação das teses de “Jamil” que este autor não fugia ao marxismo quando teorizou sobre os marginalizados.

Chael Charles Schreier, acompanhado por Maria do Carmo Brito, dirigiram-se para o Rio de Janeiro no exato momento em que o aparato de segurança do regime vasculhava a cidade inteira em busca dos seqüestradores do embaixador americano Charles Burke Elbrick. À entrada da cidade do Rio de Janeiro, integrantes do DOI-CODI e da polícia do estado pararam o carro em que viajavam os quadros da organização. Perguntados sobre o que carregavam na bolsa, Maria do Carmo, portando uma pistola naquela, respondeu que carregavam apenas algumas armas. Os guardas sinalizaram para que os dois prosseguissem viagem.

Um dos fatores que fortaleceu o descontentamento do grupo mais “militarista” na primeira semana do congresso foi a notícia do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no dia 4 de setembro, realizada pela ALN e o MR-8. Em meio às discussões acerca da análise internacional, um militante da organização que se encontrava fora do local e chegava naquele momento para o congresso, posicionou-se entre os congressistas e gritou que enquanto perdia-se tempo com todas aquelas discussões, outros revolucionários estavam lá fora fazendo a revolução. Roberto Espinosa, lembrando aquele episódio, contou-nos que aqueles dizeres impactaram como uma rajada forte nos brios dos “militaristas”, em alguns mais ainda porque havia uma certa concorrência entre a VAR-Palmares e a ALN.

No que concerne à produção de documentos para aquele congresso, excetuando-se os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por Ladislau Dowbor, apenas um dos grupos em atrito acabou produzindo alguma coisa. A parcela da VAR-Palmares pró-trabalho de massa, no período que se estendeu da formação da nova organização até seu primeiro congresso, produziu documentos e discutiu suas posições durante as conferências regionais. Espinosa afirmou-nos que da parte dos “militaristas”, nem mesmo no regional São Paulo, onde atuava Ladislau Dowbor, aquelas teses tiveram receptividade, pois não havia ninguém que apoiasse os documentos e se dispusesse a defendê-los em Teresópolis.

Maria do Carmo Brito, em entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 1986, justificou a ausência de documentos para aquele congresso:

*Nós tínhamos que fazer a luta armada e deixamos a organização do congresso na mão do Espinosa e do Carlos Araújo, porque a gente não tinha tempo (...) nós fazendo procurando áreas de treinamento, eu voava o Brasil inteiro procurando área para o Lamarca, nós tínhamos muito trabalho, nós não tínhamos tempo para ficarmos sentados fazendo documento nenhum, nem conversa nenhuma.<sup>104</sup>*

A mesma dirigente reiterou-nos pessoalmente esta afirmação acrescentando que ainda tinham o trabalho de deslocar pessoas procuradas para outros estados, escondê-las e sustentá-las. A



ex-dirigente relatou-nos que “nós, muito bobos, assumimos a tarefa de manter a organização, enquanto os outros faziam os documentos, as reuniões e os contatos”.<sup>105</sup>

As proposições em torno das quais reuniam-se Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Araújo e Roberto Espinosa apontavam para o caráter socialista da revolução, tendo como estratégia a formação da coluna guerrilheira que se combinaria com guerrilhas irregulares e com um trabalho de massas nas cidades, definido sob a forma de “União Operárias”. As “União Operárias” consistiam numa forma de organização não oficial que trabalharia como entidade de oposição às organizações representativas formais, tais como os sindicatos. Funcionando clandestinamente, as uniões deveriam assumir um perfil de organização de massa político-militar, chegando mesmo a realizar algumas pequenas ações.

Esta concepção de trabalho com a massa deita raízes na experiência que já se desenvolvia na região metropolitana de Porto Alegre sob a coordenação do grupo de Carlos Araújo. A experiência extraída do trabalho de comissões de fábrica em Osasco consubstanciou e enriqueceu a concepção do trabalho de massa proposto por aquele grupo “massista”. Caberia ainda à “União Operária” editar um pequeno jornal cujo objetivo seria o de denunciar os fatos ocorridos contra os operários no dia a dia das fábricas, divulgar a luta armada e incitar os trabalhadores a assumir posições radicais em seus locais de trabalho.

O grupo divergente, denominado “militarista”, apoiava-se essencialmente nos documentos que Ladislau Dowbor havia produzido até aquele momento. Partindo da necessidade de aprofundar a luta revolucionária, encaminhando o eixo estratégico, no caso a guerrilha rural, os “militaristas” entendiam que as cidades desempenhariam um papel tático no sentido de recrutar pessoas, sustentar a base logística da organização e realizar dois tipos de ações armadas nas cidades: uma delas consistia em ações de sabotagens com o intuito de paralisar o inimigo distraíndo-o nas cidades para dificultar a concentração de suas forças sobre o campo. A outra seria um conjunto de ações armadas de cunho político, capazes de manter um tipo de relação estritamente político com as massas. Definia-se assim a *Propaganda Armada* como a forma de relação com as massas, em substituição ao trabalho político proposto pelos “massistas”, na medida em que se intensificava o cerco repressivo nas cidades e os militantes viviam em total clandestinidade.

A realização de um trabalho com as massas conforme preconizavam os “massistas” foi interpretado pelos “militaristas” como o caminho inevitável para a prisão e o massacre da

---

<sup>104</sup> Entrevista concedida por Maria do Carmo Brito a Marcelo Siqueira Ridenti e a Daniel Aarão Reis Filho no dia 27 de janeiro de 1986 na cidade do Rio de Janeiro. Arquivo Edgar Leuenroth.

vanguarda e da base que a organização tentasse trabalhar. Argumentava-se também que a proposta de “União Operárias” consumiria os efetivos da organização nas cidades, quando deveriam se concentrar no campo, além de demandar um alto custo para a manutenção daquele tipo de trabalho. A ação armada de cunho político, voltada para os interesses mais específicos das massas, fora denominada “Propaganda Armada Vinculada” (PAV), cujo teor dependeria da capacidade da vanguarda para interpretar o sentimento e os interesses da massa.

Advertimos, no entanto, que no transcurso do congresso as concepções “militaristas” não foram debatidas. Mário “Japa”, pertencente ao grupo “militarista”, nos asseverou em entrevista, os documentos que expressavam as teses da sua tendência foram barrados por meio de manobras discriminatórias. Por sua vez, Roberto Espinosa, comprometido com a tendência “massista”, asseguro-nos que aquelas teses não foram debatidas simplesmente porque não havia tais propostas “militaristas” formalizadas em documentos, nem tampouco em discussões.

A partir de depoimentos que nos foram concedidos, constatamos no Congresso de Teresópolis a existência de algumas outras posições que foram levadas naquela oportunidade ao centro dos debates. Duas destas propostas conseguimos recuperar e reconstruir em suas linhas mais gerais. Uma delas teria sido defendida pelo ex-dirigente do COLINA, Apolo Heringer. Este quadro criticava a formação prioritária da coluna móvel estratégica por considerar que aquela não fugia aos princípios do foquismo. Em substituição à coluna móvel estratégica, Heringer mantinha a preeminência estratégica do teatro rural, mas defendia a implantação inicial de guerrilhas irregulares que, com o tempo, com seu avanço estrutural em várias partes do país, viriam a se transformar posteriormente em colunas. No seio da organização, alguns militantes, inclusive Lamarca, satirizavam Apolo denominando sua proposta como o “floquismo”.<sup>106</sup> Outra proposta, que poderíamos considerar “insurrecional”, teria sido colocada por um militante conhecido pelo codinome “Tom”. Ao insistirmos com Maria do Carmo Brito para que lembrasse algumas das posições confrontadas no congresso, nossa entrevistada rememorou a deste militante:

*O “Tom”, que era um menino do Rio que entrou nessa época e a origem era a Dissidência, ele achava que, não sei se levou um documento escrito, mas pelo menos a formação da idéia era a de que no Brasil iria haver “cordobaços”, de que tinha havido um negócio de massas em Córdoba que tinha tomado características violentas, então eu me lembro que ele levou para Teresópolis a idéia de que no Brasil*

<sup>105</sup> Entrevista concedida por Maria do Carmo Brito e Mário Japa a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de abril de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>106</sup> Informações fornecidas por Antônio Roberto Espinosa em entrevista realizada no dia 08 de maio de 2000 na cidade de Osasco e também retiradas de uma entrevista do mesmo ex-militante concedida à Marcelo Ridenti em 20 de janeiro de 1986. Essa entrevista e algumas outras de militantes da VPR encontram-se no Arquivo Edgar Leuenroth, sendo acessível tanto o áudio como a transcrição da entrevistas.

*produziria-se vários “cordobaços”, e eu me lembro que a gente perdeu dias discutindo os “cordobaços”.*<sup>107</sup>

O quadro de tensão interna entre os grupos divergentes em Teresópolis ganhava cada vez mais contornos dramáticos. Cerca de três militantes presentes no congresso haviam saído da chácara sem regressar no tempo estabelecido, conforme ditavam as normas de segurança. Diante da possibilidade de o congresso ter “caído”, implementou-se um planejamento tático de retirada de emergência, pois a qualquer momento os membros da organização poderiam ter que enfrentar um cerco de proporções inimagináveis. Neste quadro assustador, Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Araújo e Roberto Espinosa retiraram-se da chácara para se abrigar em motéis da região. O ex-capitão Carlos Lamarca, perseguido implacavelmente por todos os órgãos de segurança do país, permaneceu no local, pois, segundo a versão oferecida por Maria do Carmo, ele alegava que seria mais útil ficando na chácara para enfrentar a “repressão”. Maria do Carmo lembra que,

*Durante uns dois dias o pessoal retirou da casa e colocou nos motéis de Teresópolis algumas pessoas que eles consideravam que deveriam preservar e o mais engraçado é que não levaram o Lamarca nessa, e a gente ficou. Eu creio que foi o começo do fim mesmo da VAR-Palmares, porque a gente ficou muito revoltada de você não preservar o Lamarca e aí o Lamarca brincava e dizia assim ‘ué, é muito melhor eu ficar aqui porque eles não sabem dar um tiro, quem vai defender sou eu mesmo, eu sou muito mais útil aqui’.*<sup>108</sup>

Como decorrência das tensões cada vez mais intensas, por volta do oitavo e décimo dia de congresso, quatro integrantes da segurança e três delegados reuniram-se durante a madrugada, separadamente dos demais militantes presentes no congresso, e decidiram reconstituir a VPR. Eram eles: Carlos Lamarca, Liszt Benjamin Vieira, José Araújo Nóbrega, Darcy Rodrigues, Cláudio de Souza Ribeiro e Celso Lungaretti. O pequeno grupo de militantes entendeu que as proposições defendidas pela parcela majoritária dos militantes distanciaria a organização do propósito da luta armada e mais ainda da guerrilha rural.

Logo pela manhã, no local onde era servido o café, os sete dissidentes chamaram Roberto Espinosa e comunicaram a notícia do “racha”, exigindo que aquele também se desligasse da VAR-Palmares e ajudasse a reconstituir a VPR. Espinosa relatou-nos que os sete insistiram na idéia de que aquele pessoal não levaria à frente o projeto guerrilheiro no país, que os verdadeiros revolucionários não tinham mais tempo a perder, porque a questão que se colocava era a imediata inserção no campo para deflagrar a guerrilha rural. Ainda perplexo com a notícia, Espinosa argumentou que aquele grupo não tinha autoridade, nem tampouco legitimidade para reconstituir a

---

<sup>107</sup> Entrevista com Maria do Carmo Brito e Mário Japa concedida a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de abril de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

VPR, pois esta organização havia sucumbido no processo de fusão com outros grupos. Ainda neste primeiro momento, configurou-se um princípio de tumulto sob forte troca de acusações e ameaças, próximo mesmo de levar a um conflito mais sério naquela manhã, pois alguns mais exaltados ensaiaram sacar suas armas.

A notícia tomou conta do congresso tornando a situação ainda mais incontrollável. Durante toda a tarde daquele dia, prosseguiram as reuniões com o intuito de resolver uma questão muito importante: o arsenal de armas e a fabulosa quantia do cofre. Lamarca e Cláudio exigiam 250 mil cruzeiros, todo o arsenal de armas retirados do 4º RI e mais a metade do arsenal retirado do quartel da Força Pública em São Caetano.

Lembrando daquele episódio durante a entrevista que nos concedeu, Espinosa conta que a VAR-Palmares ofereceu os 250 mil em dólares porque achava que em cruzeiros os dissidentes permaneceriam pouco tempo com dinheiro “em caixa” ante os propósitos de deflagração da guerrilha rural. Entretanto, no que concerne às armas, não houve acordo. Prosseguindo seu depoimento, Espinosa disse-nos “aquilo foi uma provocação, porque parecia que nós não queríamos fazer a luta armada”.<sup>109</sup> O acordo em relação às armas acabou não acontecendo.

Outra dissidência, porém de impacto menor, se configurou no mesmo congresso. Apolo Heringer “rachou” carregando consigo um pequeno grupo de militantes que não concordavam com as resoluções da VAR, nem tampouco com a perspectiva da “nova” VPR. Este grupo formaria então a Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Em poucos dias, Juarez Guimarães Brito, Maria do Carmo Brito e Wellington Diniz romperiam com a VAR-Palmares para se juntar ao “racha dos sete”. No final daquele fatigante dia, mais à noite, o clima tornou-se mais ameno e o grupo dissidente dirigia-se aos demais militantes com um tom de despedida. Iniciava-se o processo de reconstituição da Vanguarda Popular Revolucionária.

A partir de alguns depoimentos que conseguimos obter, chegamos à conclusão de que as motivações que levaram ao processo de reconstituição da VPR transcenderam o âmbito exclusivo das divergências em torno das proposições. O ex-sargento José Araújo Nóbrega, por exemplo, um dos sete primeiros a “rachar”, na entrevista que nos concedeu imputa à voracidade de poder e a desconfiança pessoal dentro da organização como um dos principais motivos do racha:

*Aquele grupo que se dizia militarista era um pessoal que estava dando tudo de si para a revolução e não queria se projetar pessoalmente (...) queria era ver o movimento crescer e nós tínhamos sérias desconfianças de pessoas que vinham e se intitulavam, que falavam bonito e que recitavam teoria (...) aquele racha que houve no Congresso*

---

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Entrevista concedida por Antônio Roberto Espinosa a Fábio André G. das Chagas no dia 08 de maio de 2000 na cidade de Osasco/SP.

*de Teresópolis foi mais em razão de um grupo querer dominar o que tinha sido conquistado, que era o dinheiro que tinha, o poder que tinha sido conquistado e nós tínhamos sérias dúvidas a respeito da seriedade dessas pessoas que queriam dominar a organização (...) o que havia por trás disso tudo era uma falta de confiança política nas pessoas que queriam dominar a organização<sup>110</sup>*

Ana Matilde, ex-militante do movimento universitário e proponente de uma política de massas nas cidades, nos reiterou no seu depoimento parte o argumento de Nóbrega:

*Havia uma forte desconfiança de que a VAR não iria fazer a coluna estratégica e que ia se perder nos meandros de uma política de massas. Isso fica claro no congresso da VAR lá em Teresópolis, quando aí juntou todo mundo, e aqueles que racharam, os sete primeiros, levantaram esta questão em termos e uma desconfiança.<sup>111</sup>*

Nossa interpretação acerca do “racha” que se instaurou no Congresso de Teresópolis vai no sentido de considerar que, após um ano e meio de luta armada, cristalizaram-se proposições em nível estratégico e tático quanto às formas de luta a empreender contra a ditadura. Essas proposições formariam duas correntes de opinião que, quando amadurecidas, impossibilitariam a coexistência pacífica numa mesma estrutura organizacional.

Uma delas, insistia na necessidade de redimensionar o papel das cidades na luta guerrilheira a partir de um trabalho político clandestino com as massas. Neste sentido, a cidade desempenharia mais do que uma função tática de fornecimento de fundos e efetivos à guerrilha rural. Para esta posição político-estratégica, caberia à vanguarda organizar as massas nas cidades paralelamente à condução da forma principal de luta que se travaria no campo.

Por outro lado, ante o fechamento dos espaços de participação política, somado a intensificação do cerco repressivo nas cidades, a outra corrente consubstanciava a perspectiva de diminuir a importância tática da cidade para concentrar esforços no objetivo estratégico, a guerrilha rural. A parcela da vanguarda que permanecesse nas cidades desenvolveria ações de cunho logístico e de cunho político com duas ressalvas: não se vincularia às massas organicamente e orientaria a ação política sempre pelo princípio bélico, no caso, a Propaganda Armada e a Propaganda Armada Vinculada.

## **2.5 Da “Tijuca” à crise abril: as definições teórico-práticas da nova VPR.**

<sup>110</sup> Entrevista concedida por José Araújo Nóbrega a Fábio André G. das Chagas no dia 17 de janeiro de 1999 na cidade de Jacupiranga/SP.

<sup>111</sup> Entrevista concedida por Ana Matilde Sampaio a Fábio André G. das Chagas no dia 04 de maio de 1999 na cidade de São Paulo.

Entre os meses de setembro e novembro de 1969, logo após o congresso da VAR-Palmares que culminou em alguns “rachas”, o pequeno grupo dissidente que planejava reconstituir a VPR encaminhou uma política para retomar os contatos com alguns militantes e intensificou o trabalho de campo. O trabalho de levantamento de áreas para instalar campos de treinamento guerrilheiro ou para posteriormente deflagrar a guerrilha rural, que já ocorria há algum tempo, ganhou caráter de urgência e mais força ante a perspectiva de deslocamento imediato para a zona rural.

Poucos dias após o “Congresso de Teresópolis”, a organização, que ainda buscava meios para “juntar seus pedaços” e levar à cabo a guerrilha rural, lançou uma diretiva pela qual ordenava que “Mário Japa” deveria viajar para fora do país para articular cursos de treinamento guerrilheiro na Argélia, em Cuba e em alguns outros países. Fundamentalmente, “Japa” deveria se articular com os ex-dirigentes Onofre Pinto e José Ibrahim, da VPR, que estavam em Cuba naquele período. No entanto, naquele país, ainda se encontrava um grupo de marinheiros que havia se deslocado para treinar guerrilha e que em seguida se juntaria à Onofre para estruturar um pequeno núcleo da VPR em Cuba.

No Brasil, enquanto Iara Iavelberg ficara incumbida de articular a organização em São Paulo, Maria do Carmo viajava por alguns estados, como o Rio Grande do Sul, levantando áreas de campo. Naquele estado, Maria do Carmo fortaleceu as relações que mantinha com um militante de origem italiana e que cuidava da montagem de uma base de treinamento na cidade gaúcha de Três Passos, a mesma cidade de onde partiu a coluna comandada pelo ex-coronel Jefferson Cardim. Em Três Passos, iniciava-se a montagem da “Companhia Pesqueira do Alto Uruguai”, que serviria de fachada para as atividades que a VPR pretendia desenvolver na região. Sobrevoando algumas regiões, Maria do Carmo fotografou a região de Sete Quedas e percorreu de barco o rio Uruguai.<sup>112</sup> Carlos Alberto de Ré, ex-militante secundarista no Rio Grande do Sul disse-nos que a escolha por Três Passos deveu-se ao fato de que

*É uma região que militarmente se presta muito para essa questão da guerrilha pela proximidade da fronteira, ou seja, aquele sonho antigo de você ter uma rota de fuga possível como também, se der certo, você ter condições de espreiar para o outro lado. E chegou a se montar um esqueminha bem interessante lá.<sup>113</sup>*

Sobre este tema, Ubiratan de Souza, militante gaúcho deslocado para a área de treinamento do Vale do Ribeira, contou-nos que a base de Três Passos seria um dos pontos de onde se

<sup>112</sup> PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*: reportagem biográfica. RJ: Rosa dos Tempos 1992.

<sup>113</sup> Entrevista concedida por Carlos Alberto Tejera De Ré a Fábio André G. das Chagas no dia 09 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS.

deflagrariam os grupos táticos de guerrilha.<sup>114</sup> Naquela região, a VPR ainda conseguiu constituir uma pequena base nos arredores de Passo Fundo, cujos militantes, em número muito reduzido, posteriormente deslocaram-se para a base de Três Passos.

João Carlos Bona Garcia, dissidente do POC, relatou-nos que, com a fachada da companhia pesqueira, carregavam armas num caminhão de transporte de peixe, “mas era uma coisa muito incipiente, não tinha nada enraizado, a gente tava dando os primeiros passos, era um início. Era uma área inclusive para onde viria o Lamarca”.<sup>115</sup>

A VPR gaúcha ainda conseguiu constituir uma pequena célula da organização no município de Santa Maria. A estruturação desta célula foi fruto da atitude pessoal de um ex-militante do movimento operário que se ligou à VPR. Conforme de Ré nos contou em entrevista, “em Santa Maria a gente tava tentando uma base, de começar a organizar, Santa Maria é uma cidade universitária muito forte, a nossa idéia era aproximar do movimento estudantil e do operário, porque o velho era operário”.<sup>116</sup> A base de Santa Maria teve vida curta, durando basicamente entre julho e dezembro de 1970. Esta base teve pouco êxito porque dois membros daquela foram recrutados para a capital gaúcha e os demais, com a prisão do “velho”, se perderam porque somente aquele tinha o contato.

A região escolhida para a montagem da escola de treinamento guerrilheiro da VPR foi a do Vale do Ribeira. Em virtude de uma outra área comprada no estado do Mato Grosso ter-se mostrado inviável pela distância, o desconhecimento do terreno e sérias dúvidas quanto aos problemas de segurança, optou-se pela área comprada no Ribeira. A área do vale do Ribeira oferecia algumas vantagens práticas como a proximidade às cidades onde a organização concentrava a maior parte da sua militância, era uma região de vasta floresta que facilitava a camuflagem das tropas guerrilheiras e era provida de muita caça, além de ser pouco povoada. Todo o trabalho da organização deveria manter-se clandestino, portanto, evitar-se-ia qualquer trabalho político na região. Em pouco tempo, os primeiros militantes começariam a chegar para dar início ao treinamento que os prepararia para a guerra de guerrilhas. Neste contexto, Carlos Lamarca produziu um documento estritamente técnico trazendo algumas definições sobre as várias formas de guerrilha. Entre alguns dos conceitos desenvolvidos por Lamarca,

---

<sup>114</sup> Entrevista concedida por Ubiratan de Souza a Fábio André G. das Chagas no dia 11 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS.

<sup>115</sup> Entrevista concedida por João Carlos Bona Garcia a Fábio André G. das Chagas no dia 12 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS.

<sup>116</sup> Entrevista concedida por Carlos Alberto Tejera De Ré a Fábio André G. das Chagas no dia 09 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS.

encontravam-se o de guerrilha irregular, dos comandos de sabotagem, da guerrilha irregular vinculada e da guerrilha urbana.<sup>117</sup>

### 2.5.1 O “Congresso da Tijuca”

A Vanguarda Popular Revolucionária, com a perspectiva do desenvolvimento de um trabalho imediato na zona rural e da elaboração de formas de trabalho político e militar nas cidades, reuniu-se para realizar um congresso no mês de novembro de 1969 no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de intervir adequadamente na realidade que se vivia, marcada pelo isolamento crescente das massas, a VPR propôs-se a teorizar sobre a guerrilha e definir uma orientação política e estratégica que permitisse superar os impasses que permeavam as organizações clandestinas de esquerda.

O período que antecedeu o congresso, conforme nos declarou Maria do Carmo, foi muito produtivo do ponto de vista de formulação de propostas, ainda que não as tivessem registrado em documentos escritos. Pelo clima pacífico existente no seio da organização, sem desgastes e acusações - segundo nossa entrevistada -, vários militantes dedicaram-se a refletir sobre a situação vivida no país naquele período. Durante cerca de quatro dias, o congresso foi realizado sob um forte esquema de segurança, pois o aparato repressivo do regime comemorava a morte de Carlos Marighella, o revolucionário mais procurado no país naquele momento.

O conjunto das discussões tomava como base de trabalho os documentos escritos por “Jamil” no transcurso de 1969, retificando e ampliando algumas questões. Conforme nos declarou o próprio “Jamil”, presente no congresso de novembro de 1969,

*a gente entrou com aqueles documentos e definiu um programa mais amplo, justiça social, democratização, distribuição de renda, eixos e não socialismo para isso e para aquilo. Definimos pela busca de uma articulação mais ampla com diversos setores.*<sup>118</sup>

Erigiu-se uma leitura na qual se vislumbrou o processo revolucionário brasileiro em um longo prazo e com uma visão política mais ampla, não obstante a permanência do campo como prioridade dos esforços.

A VPR definiu como modelo da sua estrutura organizacional uma vanguarda operacional e militarizada. Postulava a formação de pequenos grupos de ação com autonomia que fossem

---

<sup>117</sup> “Caminhos da Guerrilha”, assina CID em outubro de 1969, BNM Anexo 777.

<sup>118</sup> Entrevista concedida por Ladislau Dowbor a Fábio André G. das Chagas no dia 29 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.



capazes de levar adiante ações de guerrilha nos seus campos de atuação.<sup>119</sup> Em linhas gerais, o modelo contemplava que a estrutura político-militar da VPR seria formada por combatentes subordinados à hierarquização de comandos e com *Unidades de Combate* com autonomia tática. Estas unidades deveriam conciliar centralização político-estratégica com descentralização orgânica e tática: encaminhar a atividade político-militar autonomamente, subordinando-a ao planejamento estratégico global da VPR.<sup>120</sup> Criar-se-ia ainda um sistema de informações e de inteligência.

No que concerne à estrutura do comando, concluiu-se que seria em número de três, eliminando a idéia das funções específicas a cada membro do comando. Tratava-se de um comando político-militar com capacidade operativa e de mobilização para se deslocar para onde fosse necessário. Tal definição advinha da constatação empírica de que a divisão de um comando por setores, tal como havia na VPR anterior à formação da VAR-Palmares, estimulava os conflitos entre setores ligados à cidade ou ao campo.

O congresso da Barra da Tijuca em sua etapa final sofreu uma inesperada interrupção. Foi ocasionada por parte de um vizinho, quem alertou os militantes que estavam seccionando sobre a presença suspeita de alguns homens nos arredores que cercavam o local. Naquele momento, o congresso foi interrompido e iniciou-se o procedimento de retirada para furar um eventual cerco da polícia. Na saída do local, a poucos metros, encontrava-se um caminhão atravessado na rua e uma outra caminhonete com alguns homens simulando obras na rua. Percebendo que se tratava de um cerco, os quadros da VPR optaram por fazer outro caminho para retornar ao Rio de Janeiro, conseguindo escapar sem que nenhum militante fosse preso.

Em fins de 1970, a organização produziu um material intitulado “O Caminho da Vanguarda”, no qual reproduzia os documentos de “Jamil” com algumas retificações, fruto de uma discussão desenvolvida no congresso. O objetivo, conforme é assinalado na introdução, seria o de fornecer uma idéia do processo de discussão travado no seio da esquerda armada brasileira, e mais particularmente, apresentar o processo de construção da teoria da VPR. O material dividiu-se em “Introdução”, “Nossa Teoria Revolucionária”, “O Caráter da Revolução”, “Quem São as Massas”, “Luta Armada e Conjuntura Política”, “Ditadura do Proletariado” e “A Vanguarda e as Massas na Primeira Fase da Revolução”.<sup>121</sup>

<sup>119</sup> DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982, p. 53.

<sup>120</sup> “Informe nº 1”, assina Comando em novembro de 1969. BNM Anexo 780, p. 1. Arquivo Edgar Leuenroth

<sup>121</sup> Este último texto encontra-se sob a forma de documento da VPR em REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

### 2.5.2 As Teses de “Jamil”

Ladislau Dowbor, na entrevista que nos concedeu, lembrava que, pouco mais de seis meses depois de haver retornado ao Brasil para ingressar na “Organização”, solicitou à direção daquela um afastamento porque entendeu que precisava desse tempo para refletir sobre o processo revolucionário brasileiro. Face ao fechamento dos canais de participação política e à escalada repressiva que despontava em fins de 1968, “Jamil” empreendeu um esforço teórico a fim de erigir propostas para a realidade que se apresentava ao movimento revolucionário. Dowbor disse-nos que todos vislumbravam a coluna guerrilheira, tinham lido Debray e “Che” Guevara, mas que os órgãos de inteligência também haviam lido-os e então, facilmente presumiam os passos que dariam as organizações clandestinas. Diante desta simples constatação, empenhou-se em formular e amadurecer propostas tendentes a resolver fundamentalmente os problemas práticos da revolução.<sup>122</sup> Advertimos que não nos empenharemos aqui em analisar os aspectos da teoria jamilista, mas tão somente nos propomos apresentá-la de forma que seja possível apreender os pressupostos teórico-práticos da VPR a partir do “Congresso da Tijuca”.<sup>123</sup>

A influência de teóricos como André Gunder Frank e Frantz Fanon é notória em seus textos. Outros autores como Lênin, Guevara, Celso Furtado, Otavio Ianni, Marx e Engels são perceptíveis ao longo de suas formulações. O ponto de partida da teoria “jamilista” analisava o marxismo essencialmente como um método de análise, não obstante considerar que as leis gerais erigidas por Marx permaneciam, na medida em que se ligavam à estrutura do capitalismo vigente. A insistência de “Jamil” se dava no plano da definição da estratégia de luta, esta sim, passível de mudanças, porque circunscritas às conjunturas específicas de cada realidade. Para este autor, a não observação destes aspectos é que levava o PCB à análises transpostas mecanicamente de outros países e em outras épocas.

“Jamil” partia da análise de que o capitalismo nos países subdesenvolvidos não poderia se desenvolver dada sua condição de dependência às matrizes imperialistas. A ditadura representava o instrumento que mantinha o país sob o jugo do imperialismo. Decorreu daí que somente a luta armada poderia derrubá-lo, dentro de um movimento revolucionário de longo prazo.

---

<sup>122</sup> Entrevista concedida por Ladislau Dowbor Fábio André G. das Chagas no dia 29 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

<sup>123</sup> Recomendamos aos interessados em uma análise sobre os pressupostos teóricos de “Jamil” o artigo de Marcelo Ridenti, intitulado “A Vanguarda e as Massas na Revolução que não Ocorreu”. Ressaltamos que as menções que eventualmente fizemos ao trabalho de Ridenti não se referem ao artigo recomendado e sim à uma brochura do trabalho que foi apresentado no Encontro Anual da ANPOCS – 1986 (Grupo de Trabalho: Partidos e Movimentos de Esquerda) cedida pelo professor João Quartim de Moraes.

No que concerne ao caráter da revolução, “Jamil” concebia as classes dominantes no país como sendo unicamente gerentes da sucursal do imperialismo no Brasil. Portanto, seria impensável qualquer projeto revolucionário que considerasse a participação da burguesia nacional. Este pressuposto, aliás, se aplicaria para qualquer país capitalista dependente do mundo. Em sua crítica, encetada à definição do PCB pelo caráter de libertação nacional em aliança com a burguesia local, repousava a tese de que aquele partido concebia o imperialismo como um fenômeno externo ao desenvolvimento capitalista brasileiro. O imperialismo, para o PCB, figurava como um empecilho ao desenvolvimento capitalista nacional autônomo.

Dowbor considerava que a luta só poderia ser colocada simultaneamente em termos interno e externo. Quando se referia ao caráter de libertação nacional da luta, o colocava no sentido de uma luta tática, ou seja, uma luta de oposição interna entre uma burguesia local e seu proletariado. Pelo fato de as burguesias nacionais representarem os interesses imperialistas, elas se constituíam em inimigo imediato, enquanto o imperialismo representava o inimigo principal, e, por isso, a luta seria simultaneamente de libertação nacional e socialista.

“Jamil” sustentava que:

*No plano histórico, é pois absurdo falar em burguesia nacional, como é absurdo falar em aliança de classes contra o imperialismo. Hoje só há duas opções, e todo anti-imperialismo é objetivamente socialista. Qualquer país africano, mesmo que não disponha de proletariado, se verá forçado a seguir o caminho socialista mesmo que não o queira imediatamente (...) concluímos daí ser absurdo colocar no plano histórico a discussão quanto ao caráter da revolução sob forma de alternativa socialista ou de libertação nacional.<sup>124</sup>*

A forma pela qual enfrentaria o inimigo imediato que se apresentava sob a forma de ditadura seria o desenvolvimento de uma tática de propaganda política em torno das bandeiras de liberdade, justiça econômica e social e independência. Segundo o documento:

*Pelo seu caráter de ditadura, fere os direitos democráticos e as liberdades individuais mais elementares: é o caráter repressivo do regime que o torna evidentemente mais vulnerável (do ponto de vista político, pois militarmente se reforça) do que qualquer legalidade burguesa; neste ponto devemos atacar violentamente o regime pelas arbitrariedades cometidas e exigiremos todas as liberdades indispensáveis à dignidade humana. Pelo seu caráter de direita, utiliza a violência para transferir partes maiores da renda para o imperialismo, esmagando as camadas de renda mais fraca; nossas exigências e propostas se dirigirão contra a injustiça econômica e social, ao mesmo tempo em que denunciaremos a corrupção e gastos supérfluos. Por ser uma classe funcionária que vive para o estrangeiro, por ser um grupo traidor e vendido, podemos abalar este regime*

<sup>124</sup> JAMIL, *O Caminho da Vanguarda*, 1970, p. 16. Os grifos são do autor. Arquivo Daniel Aarão Reis Filho – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

*tirando-lhe as bases políticas a fim de isolá-lo, de reforçar as nossas próprias bases políticas e de paralisar o inimigo, aproveitando a existência deste gênero de ‘vendidos’ que se dizem nacionalistas; atacaremos o não cumprimento das leis por empresas estrangeiras, publicando, por exemplo, as faltas destas empresas e desafiando o regime a aplicar as leis brasileiras.*<sup>125</sup>

Um dos aspectos marcantes das teses de “Jamil” versava sobre o papel das camadas sociais marginalizadas do processo produtivo. O operariado constituía uma parcela muito pequena da população que vivia em condições tais, se comparáveis à maioria da população, que se constituía em camada privilegiada do capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas atingia um nível técnico fantástico, levando a um crescente processo de automação que, por sua vez, absorvia parcelas cada vez mais reduzidas de mão de obra. Neste sentido, “Jamil” afirmava que o proletariado não poderia mais ser considerado como a única classe com objetivos revolucionários. O restante da população, excluída do processo produtivo, desempenharia também um papel revolucionário. Com efeito, Dowbor criticava organizações como a POLOP e a VAR-Palmares pela propaganda destinada estritamente à classe operária:

*Dogmaticamente presos à conceitos que recobrem uma realidade profundamente diferente, chamamos uma minoria a lutar contra outra minoria insignificante, esquecendo a imensa maioria do povo que vive no desespero, e cuja participação no processo revolucionário é cada dia mais entendida como indispensável. No Brasil, o capitalismo não cava sua própria cova por constituir um proletariado, mas por impedir a sua constituição.*<sup>126</sup>

No entanto, engana-se quem afirme que “Jamil”, ao enaltecer o papel das massas economicamente marginalizadas, desdenhava *in toto* a importância do proletariado brasileiro. Pelo contrário, seria o proletariado a classe que forneceria o cimento ideológico, dirigiria o processo e desempenharia um importante papel estratégico na medida em que poderia atingir a burguesia em seu ponto mais vulnerável, a produção:

*Não queremos imaginar aqui um proletariado que inexistente como força revolucionária. Tentamos, isto sim, analisar a modificação de sua posição estratégica face à existência da marginalização econômica criada pelo imperialismo moderno.*<sup>127</sup>

Acerca da leitura que se fazia da conjuntura política naquele período, apontava-se a existência de contradições dentro das classes dominantes que deveriam ser exploradas pelos revolucionários. Assim, para efeitos de mobilização, preconizavam uma forma capaz de dividir a burguesia e o aparato repressivo na medida em que incidissem sobre a contradição entre a prática, no caso a

---

<sup>125</sup> Idem, p. 17-18.

<sup>126</sup> Idem, p. 21

<sup>127</sup> Idem, p. 25

ditadura militar que vigia e o que se tentava inculcar ideologicamente, o discurso da democracia. A violação de direitos elementares do homem provocaria uma revolta em setores da própria classe dominante, possibilitando o início de uma contestação e divisão interna. Diante disso, o proletariado teria alguma aceitação da luta armada.<sup>128</sup> Interpretava-se que

*O governo, ao escolher a solução da fôrça, tem que cumprir seu desafio e resolver efetivamente o problema político criado pelos revolucionários, pela fôrça. Vencendo os revolucionários, pela fôrça o regime pode em seguida liberalizar-se, adquirindo certa estabilidade. Mas se a solução pela fôrça não dá certo, o governo se desmoraliza ao voltar atrás e restituir as liberdades democráticas exigidas pelos próprios revolucionários que têm então moral para exigir mais liberalização, mais direitos de organização para os operários etc., forçando o governo a voltar à militarização num ciclo político que o desgasta tremendamente e o faz aparecer como o único responsável de toda a desordem. Assim a estratégia se constrói através da precisão tática, e o movimento revolucionário se torna realmente alternativa de poder.*<sup>129</sup>

Finalmente, “Jamil” teorizou sobre a questão da atuação revolucionária na conjuntura de 1969. Ao refletir sobre a perspectiva de trabalho de massa preconizado pelos “setores políticos” das organizações armadas, a VPR constatou que aqueles não conseguiram oferecer alternativas concretas às massas as quais se dirigiam. Esta organização considerava que as ações de expropriação, com o objetivo de obtenção de material tinham passado a constituir a atividade revolucionária que introduziu a esquerda armada na arena política, ganhando o aplauso da população, e, aos poucos, transformando-se na única oposição real à ditadura.<sup>130</sup> A organização defendia que, naquela conjuntura, dever-se-ia abandonar o trabalho de massas visando ao enquadramento daquelas numa estrutura orgânica partidária, fazendo o único trabalho de massas realmente eficaz do ponto de vista do processo revolucionário para a fase vivida, no caso, a Propaganda Armada.<sup>131</sup>

Em seu texto *A Vanguarda e as Massas na Primeira fase da Revolução*, “Jamil” destacou o problema de como apresentar a luta às massas, pois as ações se multiplicavam sem que o povo as entendesse como um processo revolucionário. Partindo da constatação que constituíam uma vanguarda minúscula, defendia a realização de ações que fizessem o povo entender a luta, sem que a vanguarda empreendesse esforços para organizar a participação das massas desde o início do processo.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> Idem, p. 32

<sup>129</sup> Idem, p. 33

<sup>130</sup> Idem, p. VII

<sup>131</sup> Idem, p. VIII

<sup>132</sup> REIS FILHO & SÁ, Jair Ferreira, *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 224.

Para “Jamil”, enquanto a luta de massas atingia rapidamente uma grande repercussão política, crescendo e paralisando o país, tão rapidamente perdia as forças requeridas para sustentar um movimento pelo tempo necessário para desagregar o regime, pois a contra-ofensiva do inimigo obrigava o movimento a desenvolver outras formas de luta, sobretudo militares, ocasionando o refluxo e a derrota. Este seria o *impasse militar da luta de massas*. Com efeito, a luta armada, ao passo que resolvia o problema da subsistência militar, não alcançava uma repercussão política capaz de desgastar e desafiar concretamente o regime. Por sua vez, o desgaste militar do regime logo seria recomposto com a ajuda militar e econômica externa. Este constituía o *impasse político da luta armada*. O movimento revolucionário daquele período entendia como necessário “atingir o ponto a partir do qual o inimigo não nos possa tolerar e nem nos destruir militarmente”.<sup>133</sup>

Para romper os impasses que se apresentavam naquela conjuntura, o movimento armado deveria conseguir uma repercussão política nacional, projetando-se como alternativa de poder capaz de defender os interesses da maioria; promover o desafio armado direto com ações de conseqüências econômicas e militares para atingir a segurança do regime e mostrar sua vulnerabilidade; e, repercutir profundamente nas áreas em que existissem condições físicas e políticas para iniciar a guerrilha rural. Estes objetivos inseriam-se no que “Jamil” definiu como “Defensiva Estratégica” da qual decorreria a “Tática Global”, utilizando a propaganda armada, a guerrilha tática e a coluna guerrilheira estratégica.

A formação prematura de um partido fora condenada veementemente, pelo fato de que aquele, nas circunstâncias vividas, abriria mão de seus objetivos políticos para preservar sua existência, realizando alianças, concessões e conchavos com a burguesia. Afirmava-se que “o instrumento de luta deve ser desenvolvido à medida em que, pela estrutura e pelas armas, somos capazes de assegurar a sua sobrevivência física ativa, qualquer que seja a força de repressão.”<sup>134</sup>

Acerca das formas guerrilheiras, a VPR definiu que a *guerrilha tática irregular* só poderia se efetivar em zonas rurais onde houvesse um claro apoio popular na região. Esta forma teria uma importância reduzida na primeira fase da guerra revolucionária, porque a “repressão” poderia chegar aos guerrilheiros facilmente na eventualidade de não existir um amplo apoio popular.

A *guerrilha tática regular* consistia na formação de grupos guerrilheiros permanentes que realizariam sabotagens econômicas e militares para atrair e paralisar o inimigo, sem buscar diretamente a repercussão junto às massas, como a propaganda armada na cidade. A guerrilha

---

<sup>133</sup> Idem, p. 225.

<sup>134</sup> Idem, p. 228.

tática regular visava desgastar e desmoralizar o regime, revelando sua impotência ante a hostilidade de pequenos grupos armados.

Ao conceber a cidade como o palco principal da vida econômica e política do país e o *locus* cujo apoio popular não seria possível transformar em força organizada permanente na primeira fase, “Jamil” destacava que o objetivo na cidade seria o de “criar uma vanguarda politicamente aceita e não criar uma força para ganhar uma batalha militar”.<sup>135</sup>

*Nunca se tratou de ‘optar’ por um ou pelo outro, pela propaganda armada ou pelo trabalho de massas. Trata-se de definir o alcance de cada um, a sua importância no processo global e os seus impasses (...) o problema não é fazer ou deixar de fazer um trabalho. Trata-se de saber qual o trabalho de massas é necessário nas cidades e na 1ª fase, e qual o instrumento e o conteúdo que o torna politicamente mais eficaz.*<sup>136</sup>

As ações de propaganda armada consistiriam em ações destinadas a criar situações de tensão e agitação, como a destruição de centrais elétricas; ações para identificar o inimigo aos olhos do povo denunciando o imperialismo e atingindo consulados; ações para obter a simpatia popular, em alguns momentos, como seqüestrar personalidades para trocar pela liberdade de presos políticos. Além das ações com estes objetivos, destacava-se uma outra forma de propaganda armada ligada aos interesses mais imediatos das massas:

*É indispensável a realização de ações voltadas para os interesses das massas como a distribuição de víveres, ações que obriguem o governo ou os patrões a pagar salários atrasados ou aumentos salariais. É desse último tipo de ações que a vanguarda verá aumentar seu ‘time’ e não somente a sua torcida.*<sup>137</sup>

A estrutura para a efetivação da tática da VPR deveria fundar-se em *Serviço de Inteligência e Informação* para orientar e analisar a repercussão das ações junto às camadas da sociedade. Dever-se-ia constituir redes de apoio e de aliados de forma que contribuíssem para o serviço de inteligência e, conseqüentemente, para uma maior eficácia da propaganda armada. Ao *Setor de Imprensa* caberia trabalhar junto com as ações armadas para garantir o melhor aproveitamento possível da divulgação dos operativos. O *Grupo de Fogo* seria numericamente o menos importante dentro de uma Unidade de Combate pelo fato de que a capacidade de luta da organização estaria mais num sistema rápido de informações corretas. Pressupunha-se que vinte homens seria o número máximo para constituir o *Grupo de Fogo*.

A articulação eficaz entre aqueles componentes da estrutura orgânica da organização, somado à uma política de relações com outras organizações e grupos avançados, levaria o movimento

<sup>135</sup> Idem, 234.

<sup>136</sup> Idem, p. 235.

<sup>137</sup> Idem, p. 242.

revolucionário a atingir seus objetivos nas cidades. Ressaltava-se que o objetivo da organização de vanguarda armada não seria o de radicalizar as massas e levá-las à luta a fim de se tornar um braço armado da luta de massas, pois, neste caso, a dinâmica da luta revolucionária seria ditada pelo nível da luta das massas. O objetivo seria o de levar as massas a entenderem a luta armada organizada como a única saída para os seus interesses, logo, devendo submeter-se à dinâmica do desenvolvimento da guerra revolucionária. Definia-se que

*A guerra do povo não significa que as organizações armadas se colocam ao lado dos movimentos de massa e os apoiam, e sim que o povo se organiza para o sustento e o desenvolvimento dos grupos armados hoje, e amanhã do exército popular (...) assim, ao mesmo tempo que a vanguarda submete sua luta aos objetivos das massas, estas submetem sua participação ao desenvolvimento do instrumento de tomada de poder.<sup>138</sup>*

A estrutura da organização de vanguarda para a VPR seria político-militar, sem que isso significasse a justaposição de setores políticos de um lado e setores militares do outro. Concebia-se que “o conjunto de sua estrutura obedece às exigências militares e o conjunto da sua atividade obedece a objetivos políticos (surge assim o conceito de organização segundo critérios de eficiência no desenvolvimento da luta)”<sup>139</sup> A primeira fase da evolução seria ultrapassada, segundo a VPR, quando as organizações armadas se transformassem em vanguardas políticas e iniciassem a organização do apoio popular na guerra revolucionária.

### 2.5.3 Encaminhamentos da estratégia e a crise de abril

Definidas as formulações teóricas da VPR, dever-se-ia, então, concentrar esforços para levar à prática seus novos pressupostos. Lançava-se a diretiva de estruturar a VPR com hierarquização de comandos e com Unidades de Combate (UC) dotadas de autonomia tática. Às UCs, caberia conciliar centralização política com descentralização orgânica.<sup>140</sup>

No Rio de Janeiro, a militância da organização foi dividida em pequenos grupos, que, juntos, formariam as UCs. A primeira UC que a VPR formou foi a Unidade de Combate João Lucas Alves

<sup>138</sup> Idem, p. 246.

<sup>139</sup> Idem, p. 246.

<sup>140</sup> “Informe nº 1”, assina comando/VPR em novembro de 1969. BNM Anexo 780. Arquivo Edgar Leuenroth.



(UCLJA), em homenagem ao ex-sargento da Aeronáutica e militante dos COLINA, assassinado sob tortura pelo aparato repressivo do regime em 6 de março de 69. Em seguida, no mesmo estado, formar-se-ia uma segunda UC, esta denominada Severino Viana Cólón (UCSVC) homenageando outro militante dos COLINA que também fora assassinado sob tortura em 24 de maio de 69. Dirigida por Juarez Guimarães Brito, esta UC contaria com cerca de dez militantes e um grupo de 30 secundaristas que, em pouco tempo, se afastaria por não reunir condições para ingressar em “grupos de fogo” ou oferecer apoio mais direto à luta armada.<sup>141</sup> No Rio Grande do Sul, em pouco tempo formou-se a Unidade de Combate Manoel Raimundo Soares<sup>142</sup> (UCMRS), constando ainda segundo depoimentos contraditórios, a existência de uma outra UC, mas que não identificamos o nome e nem mesmo a existência.

De acordo com a proposta da VPR de se articular com outras organizações a fim de romper os impasses da luta naquele período, em fins de 1969, procurou reunir alguns grupos clandestinos em torno da idéia de formar uma “Frente”. Anteriormente ao “Congresso da Tijuca”, quando a organização não detinha ainda um comando, mas tão somente uma *Comissão Reestruturadora Nacional da VPR*, três quadros foram designados para procurar a ALN e marcar uma reunião para o dia 06 do novembro. No entanto, Marighella havia sido assassinado e Joaquim Câmara, (“Toledo”), sucessor de Marighella no comando da ALN, encontrava-se no exterior, prejudicando a reunião para a formação da pretendida Frente. Apesar disso, formalizou-se a primeira frente VPR/ALN em São Paulo, sem que as questões referentes à luta no campo fossem abordadas.

Em dezembro do mesmo ano, a Frente estendeu-se às organizações Resistência Democrática (REDE) e ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), mas ainda restrita a São Paulo. Em janeiro de 1970 decidiu-se que a Frente formaria uma comissão composta por um representante de cada organização, sendo que a VPR forneceria dinheiro a outras organizações para que a discussão evoluísse para além das ações de numerários e partisse para discutir ações políticas.<sup>143</sup>

A VPR iniciava o ano de 1970 com a chegada ao Vale do Ribeira de militantes das Unidades de Combate de São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul. Na cidade, Iara Iavelberg encarregava-se de distribuir à organização um documento esperançoso escrito por Lamarca. Nele, o ex-capitão deseja “que ano de 1970 seja o ano da guerrilha urbana, o ano da guerrilha rural, o ano do rompimento do isolamento político entre a vanguarda e as massas no Brasil”.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981, p.135.

<sup>142</sup> Manoel Raimundo Soares foi preso em março de 1966 em Porto Alegre e seu o corpo apareceu boiando com as mãos e os pés amarrados às costas no rio Jacuí em 24 de agosto daquele ano. Algum tempo depois instaurou-se uma CPI para na Assembléia Legislativa para apurar o caso sem que ninguém fosse punido.

<sup>143</sup> “FRENTE - A Grande Tarefa”, assina Cláudio em 30.10.70, nº 30-Z-160-9603 DEOPS/SP. – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>144</sup> “Ano Novo”, assina Cláudio em janeiro de 1970, p. 2. BNM, Anexo 829. Arquivo Edgar Leuenroth

Enquanto uma parte da militância se preparava para a deflagração da guerrilha rural, na zona urbana empreendia-se o desenvolvimento de um sistema de inteligência para orientar as ações de Propaganda Armada (PA). O informe do comando da VPR, de janeiro de 1970, determinava que a PA seria executada como forma de fustigar o aparato repressivo do governo, que deveria aparecer como odioso se reagisse às ações da vanguarda e ridículo se não tomasse alguma atitude.<sup>145</sup> Propunha-se ainda, no âmbito da propaganda armada, realizar “ações armadas de expropriação de delegacias, eliminação de carrascos locais, julgamento daqueles que exploravam favelas, justicamento de policiais que exploravam ou torturavam prostitutas e o rapto de empresários que negavam salários”.<sup>146</sup>

Além do levantamento dos objetivos para a execução da PA propugnou-se um trabalho para identificar importantes executivos de multinacionais, diplomatas e pessoas de grande visibilidade para que fossem seqüestradas quando da prisão de militantes da organização. O estudo daquelas pessoas potencialmente seqüestráveis consistia no levantamento de endereços, hábitos de horários e atitudes, meios sociais que freqüentavam e o grau de vulnerabilidade às ações de seqüestros.

Em verdade, o seqüestro teve como objetivo para a VPR a libertação dos militantes que sofriam com as torturas, mas principalmente a libertação de *quadros estratégicos* que, ao chegarem no exterior, preparar-se-iam para retornar ao Brasil e reforçar o movimento revolucionário. Herbert Eustáquio de carvalho (Herbert Daniel), em seu livro de memórias, definiu o objetivo dos seqüestros:

*Queríamos realmente soltar nossos companheiros e este era o objetivo fundamental da ação. Considerávamos que entre eles estavam os melhores dentre nós e que liberados podiam começar a militar no exterior para melhorar nossa situação –principalmente voltar depois de uma boa preparação (...) Falávamos em criar condições para receber no Brasil aqueles companheiros que já teriam tão grande experiência revolucionária, inclusive preparados militarmente noutros países.<sup>147</sup>*

Enquanto prosseguiam os levantamentos na cidade, também evoluía o trabalho na escola de treinamento do Ribeira. Localizada na altura do quilômetro 510 da Rodovia Régis Bittencourt, a base de treinamento era mantida sob o disfarce de um bucólico rancho no qual residiam Tercina Dias de Oliveira, a “Tia”, seus três filhos e José Lavechia, passando-se por uma família pobre de lavradores da região. Tão logo se completara o grupo que deveria iniciar o treinamento, foram estruturadas duas bases na mata, uma delas batizada de “Carlos Roberto Zanirato” e outra de

<sup>145</sup> “Informe nº 2: A campanha de PA”, assina comando/VPR em janeiro de 1970, nº 30-Z-8692-8785 DEOPS/SP.- Arquivo Público do estado de São Paulo.

<sup>146</sup> Idem, p. 3.

<sup>147</sup> DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982, p. 57.

“Eremias Delizoikov”, ambos militantes da VPR mortos em 1969.<sup>148</sup> A primeira base seria comanda por Darcy Rodrigues tão logo chegasse ao local, enquanto o comando da segunda base caberia ao técnico em eletrônica, Yoshitame Fujimore. O conjunto das bases formava o “núcleo Marighella”.<sup>149</sup>

Providos de poucas armas e munições para realizar o treinamento no Ribeira, Lamarca solicitara o envio de metralhadoras INA e carabinas 30. A exigência de Lamarca foi atendida nos meses de janeiro e fevereiro, quando algumas ações foram montadas para atacar três quartéis no Rio de Janeiro sob o comando de Darcy Rodrigues. Uma das ações consistiu em um ataque simultâneo contra a Companhia de QG do I Exército e contra a Companhia de Intendência do I Exército, uma em frente à outra. A segunda ação foi contra o Rádio Farol de Manguinhos e realizada pelo *Comando João Lucas Alves*, fato que resultou na adoção deste nome para a Unidade de Combate, a UCJLA. Nesta ação, os militantes chegaram fardados como soldados da Aeronáutica e renderam todos os militares presentes no quartel. Realizada essa ação no 28 de fevereiro, foram recolhidas as armas sem qualquer dificuldade e, logo a seguir, Darcy Rodrigues se deslocaria para assumir o comando de uma das bases montadas no Vale do Ribeira.

Os contratempos ao trabalho que vinha se desenvolvendo com sucesso não tardaram a aparecer. Na primeira semana do mês de março, retornando do ABC paulista e trazendo consigo documentos, mapas, rotas militares e munição, “Mário Japa”, membro da Coordenação regional de São Paulo, capotou o carro que dirigia. Primeiramente confundido com ladrões de automóvel, rapidamente foi conduzido ao DEOPS, quando a polícia encontrou o material “subversivo” no carro. A situação ficava cada vez mais tensa na medida que se calculava quanto tempo demoraria ainda para “Japa”, sob tortura, revelar a existência e a localização da área de treinamento. Diante deste perigo, Lamarca decidiu desativar a casa que servia de fachada à base de treinamento. O comando da organização lançou-se à escolha de algum militar, empresário ou diplomata que pudesse ser seqüestrado às pressas para salvar o “Japa” da morte, e a VPR do aniquilamento. Na tarde do dia 11 de março de 1970, o *Comando Antônio Raimundo Lucena*, homenagem ao quadro da VPR morto em combate, liderado pelo dirigente da VPR Ladislau Dowbor e atuando articuladamente em “Frente” com Eduardo “Bacuri” do REDE e Devanir José de Carvalho do MRT, seqüestraram, em São Paulo, o Cônsul japonês Nobuo Okuchi.<sup>150</sup>

---

<sup>148</sup> Zanirato se suicidou no dia 29 de junho de 1969 se jogando contra um ônibus na avenida Celso Garcia, na zona Leste de São Paulo quando se encontrava em poder da “repressão”. Eremias Delizoikov foi morto a tiros no dia 16 de outubro de 1969 quando reagiu a um cerco montado pelo DOI-CODI na Vila Cosmos no Rio de Janeiro. Informações extraídas do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964.

<sup>149</sup> JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. SP: Global, 1987, p. 68-9.

<sup>150</sup> Anos depois, o cônsul japonês seqüestrado escreveu sobre o seqüestro. OKUCHI, Nobuo. *O Seqüestro do Diplomata*. SP: Estação Liberdade, 1991.

Sob divergências internas quanto ao número de militantes que deveriam exigir, resolveu-se, por razões de urgência, que cinco seriam os nomes trocados pelo cônsul. No dia 15 de março, quatro dias após o seqüestro, chegavam ao México “Mário Japa”, Diógenes Carvalho, Otávio Ângelo, madre Maurina Borges da Silveira e Damáris Lucena com seus três filhos pequenos. À exceção de madre Maurina, os demais libertados voaram diretamente para Cuba pensando em se preparar para retornar quanto antes à luta no Brasil. A base de treinamento do Vale do Ribeira mantinha-se preservada e a VPR retirava da prisão cinco militantes. Entretanto, o segredo sobre a escola do Ribeira tinha sido quebrado.

No Rio Grande do Sul, a VPR vinha realizando algumas ações de numerários e se mantendo sem grandes “quedas”. Sob a diretiva do comando nacional, a VPR gaúcha, em conjunto com a VAR-Palmares, tentou seqüestrar o cônsul dos Estados Unidos Curtiss Cutter na noite do dia 5 de abril. Atacado por um fusca e dirigindo um carro demasiadamente mais forte, o veterano de guerra, mesmo ferido no ombro pelos tiros disparados pelos revolucionários, conseguiu desvencilhar-se destes e fugir. Malgrado o seqüestro, iniciava-se um período sombrio de repressão no Sul do país que, em pouco tempo, aniquilaria a quase totalidade das organizações lá existentes.

O mês de abril de 1970 assinalou para a VPR um período de muitos revezes em termos de prisões, mortes e desestruturação de seus planos. Naquele ano, no dia 20 de fevereiro, a organização perdera Antônio Raimundo Lucena num confronto com a Polícia Militar em Atibaia. No final da primeira quinzena de abril, o comando da VPR composto por Maria do Carmo, Ladislau Dowbor, Carlos Lamarca e Juarez Guimarães Brito<sup>151</sup>, reunido em Peruíbe, buscava definir uma data para seqüestrar o embaixador alemão, cujo planejamento havia algum tempo já estava concluído.

A consecução do seqüestro se daria em conjunto com o pequeno grupo do ex-major Joaquim Pires Cerveira, a Frente de Libertação Nacional (FLN), que seria responsável pelo esconderijo para onde seria levado o embaixador. Essa pequena organização tinha em seu interior dois agentes infiltrados, os quais desencadeariam um processo de prisões em cascata no Rio de Janeiro, abalando seriamente o MR-8, a FLN e a VPR. Dentre os presos da VPR estava Celso Lungaretti, o único militante reprovado no Ribeira por inadequação. Não tardou para Lungaretti entrar em crise sob o forte impacto da tortura e delatar a área minuciosamente, inclusive passando a colaborar com os órgãos de segurança do regime.

---

<sup>151</sup> Indagada sobre a inserção de Juarez Guimarães Brito no comando composto apenas por três desde o “Congresso da Tijuca”, Maria do Carmo revelou-nos em entrevista que Juarez participava porque a VPR tinha um *Staff* de comando, cabível àquele quadro da organização.

Terminada a reunião do comando, por volta do dia 17 de abril, Lamarca decide desmobilizar por completo a área de treinamento no dia 18, quando retorna para o Ribeira. Maria do Carmo e Juarez Brito, de retorno ao Rio de Janeiro, buscavam saber o paradeiro do militante Wellington, o qual se escondera num sítio da FLN. Conforme havia combinado com Juarez, os dois vinham se encontrando num “ponto” em uma feira uma vez por semana, entretanto, no dia 18, quando Juarez e Maria do Carmo dirigiram-se ao local do “ponto”, constataram que Wellington já se encontrava nas “garras” da polícia. Decididos a libertar o companheiro, o casal ainda tentou passar uma arma à Wellington através de um garoto que entregava verduras na feira, porém, o cerco já estava montado, e, ao retornarem para o carro a fim de evacuar o local, Juarez e Maria do Carmo foram cercados pela polícia que não hesitou em abrir fogo contra os dois. Maria do Carmo foi ferida no braço e Juarez Guimarães Brito, resoluto em não se submeter à humilhação e as atrocidades das torturas, suicidou-se com um tiro na cabeça. A VPR perdera, naquele dia 18, um dos seus dirigentes mais importante em toda a sua trajetória.

No fluxo ascendente de prisões, “Jamil” foi capturado no dia 21 em São Paulo, quando se dirigia a um “ponto” de segurança que cumpriria com Joaquim Câmara Ferreira (Toledo). A movimentação de “Jamil” tentando escapar da prisão serviu para que “Toledo” percebesse o que ocorria e ele mesmo empreendesse a fuga, no que obteve êxito. As previsões eram catastróficas quanto à situação da VPR. Contabilizava-se entre quadros, aliados e simpatizantes no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul cerca de cem prisões.<sup>152</sup> No dia 23 de abril caía morto, numa emboscada montada pelo DOI-CODI/SP, o militante da VPR Joelson Crispim.

A VPR chegava ao primeiro grande momento de crise após as definições teóricas sobre o processo revolucionário brasileiro, definidas em novembro de 1969. À beira de um colapso estrutural capaz de inviabilizá-la enquanto organização restava ainda o desfecho do poderoso cerco militar imposto pelo II Exército aos combatentes da VPR que se encontravam no Vale do Ribeira.

---

<sup>152</sup> SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981, p. 154.

### **Capítulo 3**

#### **ASCENSÃO E DECLÍNIO: A EXPERIÊNCIA DO RIBEIRA, OS ÚLTIMOS LANCES E O OCASO DA VPR.**

##### **3.1 O Vale do Ribeira: O furo ao cerco e reafirmação da viabilidade guerrilheira**

No dia 21 de abril de 1970, tropas do II Exército chegaram à região do Vale do Ribeira para reprimir o grupo de guerrilheiros que treinava nessa região. Ante a ofensiva das forças governamentais, os revolucionários organizaram a retirada se dividindo em dois grupos para evacuar a área. Um grupo de oito militantes retirou-se da região sem quaisquer problemas, enquanto o outro grupo acompanhou o movimento das tropas da manhã de 21 de abril até a tarde do outro dia. Constataram a presença de um aparato constituído por tropas de infantaria, helicópteros, aviões, patrulhas fluviais, além de agentes à paisana.<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> “Ao Povo Brasileiro: do Vale do Jacupiranga ao Vale do Ribeira”, assina VPR em setembro de 70, nº 30-B - 152-175. DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo

José Lavechia e Darcy Rodrigues, perdidos do grupo guerrilheiro e já localizados pelas tropas, conseguiram escapar do intento de cerco daquelas em algumas oportunidades, mas finalmente foram capturados em 27 de abril.<sup>154</sup> Com as primeiras prisões, os revolucionários, reduzidos a sete homens, atravessaram a serra e chegaram à Barra do Areado no dia oito de maio. Sob o disfarce de caçadores perdidos, e já vestindo trajes civis, o grupo da VPR obteve informações sobre a movimentação das tropas e alugou um caminhão para alcançar a cidade de Eldorado Paulista.

O Exército promovia bombardeios aéreos em Barra do Turvo, Areado e Itapeúna com o objetivo de forçar a saída do grupo que se encontrava oculto na mata. Ao chegar em Eldorado Paulista, os guerrilheiros travaram seu primeiro confronto com um bloqueio da PM, provocando seis baixas no inimigo, enquanto o restante dos policiais empreendeu fuga. No mesmo dia, o grupo se deparou com um pelotão incompleto de 17 homens. Nas proximidades de Sete Barras, os revolucionários encontraram-se com um veículo C 14 e um caminhão do Exército. Novo combate foi travado, e este, apesar de breve, destacou-se pelo intenso tiroteio. Novamente a VPR saía vitoriosa do confronto, impondo como condições de rendição que as armas fossem trocadas, que a munição fosse apropriada e que o oficial responsável, o tenente Alberto Mendes Júnior se comprometesse a levantar o bloqueio montado no município de Sete Barras. Para espanto dos soldados, o grupo da VPR prestou socorro aos feridos e não maltratou ninguém.

Os guerrilheiros dirigiram-se a sete Barras, e, após perderem dois veículos em atoleiros, a coluna prosseguiu a pé com base na afirmação do tenente Mendes Júnior de que não havia qualquer bloqueio naquela cidade conforme havia verificado. Longe da verdade sobre o bloqueio, o que encontraram foi uma emboscada preparada para capturá-los. No entanto, ao perceber a operação montada, os guerrilheiros aproveitaram-se da mobilidade que possuíam para se retirar prontamente da linha de fogo do inimigo. Sob o clarão da luz de vários faróis direcionados à mata, os combatentes da VPR romperam o cerco debaixo de intermináveis rajadas de metralhadoras. Uma tropa do Exército que se deslocava na direção dos guerrilheiros com o objetivo de comprimi-los contra o bloqueio montado, acabou entrando em confronto com os próprios soldados do bloqueio, ferindo alguns militares. Neste episódio, José Araújo Nóbrega e Edmauro Gopfert se perderam do grupo durante a fuga do bloqueio para dias depois serem presos.

O restante da pequena tropa, reduzida aos combatentes Carlos Lamarca, Gilberto Faria, Yoshitame Fujimore, Diógenes Sobrosa e Ariston Lucena marchou durante dois dias e duas noites sem dormir, além de permanecer, por aproximadamente dez dias, próximos ao local onde o

---

<sup>154</sup> JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. SP: Global, 1987, p. 74.

Exército realizava as operações. Em um documento escrito por Lamarca em setembro de 1970 e dirigido à população daquela região, o ex-capitão afirma que no período que o grupo controlou os movimentos das tropas na região de Areado

*Assistimos os roubos que a tropa fazia nas plantações, e as humilhações porque passavam os trabalhadores da região (...) mataram dois camponeses e passaram com as viaturas por cima para que parecesse um acidente (...) temendo que a população nos apoiasse, passaram a bombardear com napalm grandes regiões, aterrorizando assim a população que passou a abandonar a área.<sup>155</sup>*

Neste momento, começava-se a discutir o problema da permanência do tenente Mendes junto ao grupo. A traição quanto à mentira sobre o bloqueio juntava-se à impossibilidade de continuar mantendo o oficial dentro do cerco estratégico em que se encontravam. A possibilidade de libertá-lo seria inviável porque em pouco tempo ele voltaria com as tropas para matá-los e a tentativa de pegar uma arma para libertar-se do grupo, fundamentaram a decisão dos revolucionários: sua execução sumária.

Meses depois, Lamarca escreveria sobre o tenente executado pelo grupo, a quem a ditadura elevava à condição de mártir e herói no combate à subversão. Lamarca afirmou que “o herói que querem fazer do tenente Mendes, não existiu - para restabelecer a verdade, só um inimigo avançou, foi o sargento Lino, que caiu ferido com três tiros”.<sup>156</sup>

Os combatentes da VPR rompiam o contato com as tropas com certa facilidade, todavia, em algumas oportunidades, famintos e fisicamente extenuados, precisavam se deslocar para obter alimentos. Este procedimento levou-os a encontros com pequenos grupos de militares, sendo que em todos eles, os guerrilheiros conseguiram escapar sem que ninguém fosse morto ou preso. Esta situação se prolongou até por volta do dia 30, quando então decidiram que o combatente Gilberto Faria, ainda não identificado pelos órgãos de inteligência, entrasse num ônibus para São Paulo para tentar fazer contato com a organização naquela cidade. Ainda restavam quatro guerrilheiros.

No dia 31 de maio, os combatentes da VPR organizaram uma emboscada e capturaram uma viatura do Exército na qual se encontravam um sargento e quatro soldados. Dirigindo-se até o município de São Miguel Arcanjo, a VPR ultrapassou o último bloqueio militar e se dirigiu rumo à São Paulo, onde os guerrilheiros abandonaram o caminhão com os militares amarrados em seu interior na noite daquele 31 de maio. Os combatentes que haviam se dirigido para o Ribeira unicamente para o treinamento guerrilheiro, após 40 dias de operações militares, rompiam vitoriosamente o cerco montado pelo exército.

---

<sup>155</sup> “Ao Povo Brasileiro: do Vale do Jacupiranga ao Vale do Ribeira”, assina VPR em setembro de 1970, nº 30-B-152-175, P. 2, DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo



Carlos Lamarca, em uma entrevista publicada no “Dossiê sobre o Brasil”, em janeiro de 1971, pelo *Centro d’Azione e Documentazione América Latina* ainda defendia a viabilidade da guerrilha rural no Brasil.<sup>157</sup>

### 3.2 O Seqüestro do embaixador alemão

A VPR prosseguia no encaminhamento das tarefas que definia como estratégicas para o desenvolvimento da luta revolucionária. Conforme assinalamos anteriormente, os seqüestros foram definidos como a forma de liberar da prisão aqueles militantes que, chegando no exterior, preparar-se-iam para retomar as atividades político-militares e fortalecer a luta. Com este objetivo, em junho de 1970, a organização propõe a ALN a realização de um seqüestro que vinham planejando há algum tempo. Com a prisão de militantes da FLN, a morte de Juarez Brito e a prisão de Maria do Carmo Brito, a planificação do seqüestro do embaixador alemão no Rio de Janeiro havia caído em poder do aparato repressivo. Alfredo Syrkis, em *Os carbonários*, observa que o seqüestro foi executado de acordo com o plano que a “repressão” tinha conhecimento, porque supunham que aquela não esperava que a ação fosse levada a cabo dentro dos mesmos procedimentos.<sup>158</sup>

A organização entra em contato com Joaquim Câmara Ferreira, comandante da ALN, e suscita a proposição do seqüestro. Joaquim Câmara envia dois dos melhores quadros de ações da ALN: Eduardo “Bacuri” e José Miltom Barbosa. O primeiro quadro, ex-VPR e ex-REDE, seria o comandante da operação. No final da tarde do dia 11 de junho de 1970, em uma rua do bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, o embaixador da Alemanha Ocidental Ehrenfried von Holleben foi seqüestrado numa ação cujo desfecho teve a morte do segurança Irlando de Souza Regis, quem tentou impedir a ação. Simulando um acidente de trânsito, o carro Mercedes que conduzia von Holleben foi interceptado por um automóvel Volkswagen e um opala azul no qual o seqüestrado foi conduzido até uma Kombi que já esperava para levá-lo a um aparelho.

Neste período, a VPR, que ainda se recuperava do impacto das prisões e mortes no mês de abril, conseguia reunir as Unidades de Combate “Severino Viana Cólón” e “João Lucas Alves” numa única que deu o nome ao comando que realizou ação do seqüestro, a Unidade de Combate “Juarez Guimarães Brito” (UCJGB).

---

<sup>156</sup> Idem, p. 1.

<sup>157</sup> JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. SP: Global, 1987.

<sup>158</sup> SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981, p. 169; DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982, pp. 55-56.

Em troca do embaixador alemão, VPR e ALN exigiam a libertação de 40 militantes presos e a leitura de um manifesto deixado na caixa de esmolas da igreja Santa Mônica, em Santa Teresa. O manifesto foi publicado nos jornais e lido nas rádios do Rio de Janeiro. Entre os 40 revolucionários que deveriam ser libertados, a maior parte dos militantes pertencia às duas organizações que executaram a ação, sendo outros quatro do MR-8 e um do PCBR.

Os militantes presos em abril foram todos libertados, inclusive os quatro militantes capturados na operação de furo ao cerco militar no Vale do Ribeira. Wellington e Celso Lungaretti, ambos presos em abril e militantes da VPR, não foram incluídos na lista. Lungaretti informou à polícia a localização da área de treinamento e passou a colaborar ativamente com os órgãos de segurança, inclusive indo à televisão declarar seu arrependimento e condenar a esquerda armada. Wellington informou o local e a data onde se encontraria com Juarez Guimarães Brito, fato que ocasionou a morte daquele dirigente.<sup>159</sup>

Alguns dias depois, voavam para Argel os 40 revolucionários exigidos em troca de von Holleben. A VPR, em conjunto com a ALN, dava um outro passo no sentido da consecução de seus objetivos. O embaixador alemão von Holleben, encaminharia, a pedido de alguns militantes que permaneciam com ele no “aparelho”, um documento que denunciava a situação das prisões e as práticas de tortura aplicadas no Brasil e o “documento de Linhares”.<sup>160</sup> Holleben faria chegar ao governo alemão, à ONU e à Cruz Vermelha Internacional os dois documentos.

### 3.3 A efetivação da linha política: os últimos “lances”

No transcurso do segundo semestre de 1970, a VPR conseguiu gradativamente recompor sua estrutura, sobretudo no Rio de Janeiro, e percorrer boa parte do semestre sem que militantes fossem presos. Um dos eixos de trabalho consistiu, sem nenhuma novidade, na realização de ações de numerários que possibilitasse posteriormente a realização de ações de propaganda armada.<sup>161</sup> Neste sentido, o ex-militante do movimento universitário, José Maurício Gradel, nos disse em entrevista:

*Naquela época, um pouco depois do alemão, a gente ficava tendo que fazer ações para a sobrevivência, as ações não eram de propaganda armada, eram para comer durante um tempo. Volta e meia a gente fazia*

<sup>159</sup> SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981.

<sup>160</sup> O “documento de Linhares” era um manuscrito produzido por Ângelo Pezzuti e outros membros dos COLINA sobre a penitenciária de Linhares onde se encontravam. Este documento revelava em detalhes as práticas de torturas aplicadas aos presos políticos.

<sup>161</sup> DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982, p. 58. Este ex-dirigente da VPR relata no livro que algumas ações, devido à ausência de um serviço de informação, resultaram em fracassos, tal como uma ação á companhia telefônica que rendeu pouco mais e mil cruzeiros e quilos de fichas telefônicas.

*uma ação um pouquinho maior e aí dava para liberar para fazer política.*<sup>162</sup>

Outro eixo de trabalho definido pela VPR foi o empenho em fortalecer a Frente de organizações revolucionárias de acordo com as definições do “Congresso da Tijuca”. Ainda em junho, conforme documento escrito por Lamarca, reuniram-se a VPR, a ALN, o REDE e o MRT para discutir sobre os problemas gerais da esquerda, entre eles, a necessidade de concentrar esforços e definir um comando urbano, proposta que foi rejeitada. Neste período o REDE já se encontrava em vias de ingresso na ALN, desistindo de se manter como organização autônoma.

No mês de agosto, VPR, ALN e MRT discutiram sobre a realização de ações conjuntas até quatro de novembro, mas ainda todas elas muito restritas a São Paulo. Nesta reunião convidaram o MR-8 para ingressar na Frente. O objetivo da Frente era constituir uma espécie de comando conjunto das organizações, que possuísse condições políticas e estratégicas para estabelecer um planejamento integrado que refletisse o planejamento geral de cada organização, pois até esse momento não haviam desenvolvido uma estrutura que permitisse implementar uma política de centralismo<sup>163</sup> nas decisões da Frente, postura que Lamarca se opunha.

Conforme as definições de trabalho nas cidades, à VPR não caberia recrutar militantes, mas tão somente, estabelecer alguns contatos de forma não orgânica. Neste sentido, a organização, pouco antes do seqüestro do embaixador alemão, retomara o contato com um grupo denominado “Grupo dos Proletas”. Tratava-se de um antigo contato da ALN com dois salva-vidas da praia de Copacabana, “Careca” e “Cavalo”, que, por sua vez, organizaram dois grupos situados, um, na zona rural da Guanabara, e outro, na Baixada Fluminense.

A organização, no início de 1970, já havia iniciado contatos para ampliar a sua esfera de influência, todavia, as prisões e mortes que se sucederam vertiginosamente, acabaram interrompendo os contatos. Por meio de um ex-secundarista simpático a VPR, o contato com o “Grupo dos Proletas” foi retomado e Alex Polari de Alverga ficou encarregado de prestar assistência ao grupo. O que se procurava, através do trabalho dado com os “proletas”, era o de montar uma estrutura logística baseada em oficinas de montagem, que tivesse condições operativas para construir e adaptar desde placas “frias” para os carros utilizados nos diferentes tipos de operativos até granadas e demais explosivos. Devido ao fato de terem uma vida legal, de

---

<sup>162</sup> Entrevista concedida por José Maurício Gradel a Fábio André G. das Chagas no dia 03 de maio de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>163</sup> O centralismo o qual nos referimos é o “centralismo democrático”, forma de exercício da democracia em partidos de estrutura leninista preconizado em *Que fazer?* A premissa do centralismo consiste na ampla liberdade de discussão, e, após a tomada de decisões, eliminam-se as divergências em prol da total unidade na ação.

“superfície”, teriam como tarefa atribuída, também, o levantamento de informações para o planejamento estratégico e a posterior execução das ações.<sup>164</sup>

No decurso do movimento armado, uma das constatações mais claras que se pode ter é o crescente isolamento das organizações clandestinas. Se por um lado “o milagre econômico” criava bolsões de contentamento, retirando o apoio que as camadas médias davam às atividades de oposição à ditadura, por outro, o terror provocado pelas notícias de torturas que chegavam aos setores simpatizantes e aliados das organizações afastava-os daquelas. Observamos que, além dos problemas destacados acima, ensaiou-se um processo de autocrítica no interior da VPR em que se focalizavam principalmente as falhas cometidas no trato político do relacionamento com os aliados. Criticava-se duramente a negligência, o desprezo e a visão utilitarista com que tinham tratado aos seus aliados. Toda organização clandestina necessita das informações fornecidas por aqueles que mantém mobilidade na superfície, depende do oferecimento de casas “limpas” dos simpatizantes para acolher aqueles quadros que estejam passando por situações adversas. Por isso, com a autocrítica atacava-se duramente a postura de desprezo que a militância vinha tendo em relação aos simpatizantes não combatentes, levando a que muitos deles fossem se afastando da organização em virtude do desrespeito com que se sentiam tratados pelos militantes, mas comprometidos. Advertia-se que:

*Deve-se levar em conta os erros cometidos pelas organizações que levaram muitos quadros a se desligar e, também, a incapacidade destes de compreender o papel revolucionário de quadros que não chegarão a combater, mas podem participar decisivamente do Exército revolucionário.*<sup>165</sup>

O quadro desfavorável, marcado pela “milagre econômico” e pelo temor em relação à tortura, não desencorajou alguns pequenos grupos a procurar as organizações armadas para se engajar na luta. Constatamos, por exemplo, a existência de três pequenos grupos na Guanabara que procuraram a VPR para colaborar de forma discreta com a luta. De uma forma geral, acenavam com a possibilidade de fornecer para a organização, de forma muito discreta, apoio logístico, traduzido em auxílio de infra-estrutura e informações.

Em um informe do comando, datado em agosto, é possível compreender a interpretação que a VPR fazia da conjuntura que se vivia naquele momento. A ditadura, para a organização, buscava conquistar apoio nas bases da sociedade com o objetivo de liquidar com a esquerda armada no plano político, pois militarmente, apesar das constantes prisões e mortes, o movimento se

---

<sup>164</sup> Entrevista realizada concedida por Zenaide Machado de Oliveira a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

mantinha. Na avaliação do comando da organização a “repressão” buscava apoio popular naquela conjuntura “aproveitando-se inteligentemente de um momento de euforia com a vitória esportiva, onde a pequena burguesia canalizava suas frustrações, a ditadura saiu com suas bandeiras nacionalistas”.<sup>166</sup> Portanto, a análise de conjuntura da VPR apontava que:

*A esquerda revolucionária enfrenta seu primeiro grande desafio político; se até hoje o seu problema de sobrevivência ficava, em termos, mais estrito aos aspectos militares, agora só poderá sobreviver se responder ao plano político do inimigo*.<sup>167</sup>

No quadro de problemas apontados para superar o delicado momento vivido, um dos aspectos destacados referia-se à necessidade de qualificar a formação dos quadros da organização. Em verdade, conforme os documentos que conseguimos levantar, esta é uma discussão que permeia os debates desde os primeiros meses de 1970 até o final da organização. Sobre este aspecto é ilustrativa a crítica de Iara Iavelberg quanto à sugestão de formar os quadros unicamente pela leitura de livros e organização de cursinhos, quando, primordialmente, deveriam interpretar e transformar a realidade concreta do Brasil em 1970. Para aquela militante a “Atualização é fator básico que levará à atuação concreta. Através dos veículos de comunicação da burguesia podemos coletar dados para serem investigados e aprofundados”.<sup>168</sup>

Zenaide Oliveira corrobora nossa observação quanto aos problemas de formação que eram levantados internamente à organização. Durante a entrevista que nos concedeu, Zenaide disse-nos que os debates, no segundo semestre de 70, foram discussões sem grandes divergências, pautando-se mais pelos problemas da abertura de informações causados pelos militantes que caíam presos. Em sua memória, Lamarca era o mais severo nessa questão, atribuindo problemas de formação ideológica a postura delatária dos militantes.<sup>169</sup>

No bojo das escassas discussões internas na VPR, um grupo de sete militantes da UCJGB desliga-se da organização em setembro para ingressar no MR-8 alegando, para justificar o desligamento, discordância com a linha da organização. Algumas outras saídas individuais ampliaram os desligamentos da VPR naquele segundo semestre de 70. Inês Etienne Romeu, em uma conversa informal, nos revelou que a crítica do grupo que rompera com a organização foi

<sup>165</sup> “Relatório 1 CN/VPR”, assina Comando em outubro de 1970, p. 5, nº 50 - Z - 9 - 16061. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>166</sup> “Informe Nº 4”, assina comando em 30.08.70, nº 50 - Z - 9 - 16044, p. 1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>167</sup> Idem, p. 2.

<sup>168</sup> “Conjuntura Orgânica”, assina Norma em agosto de 70, p. 2, BNM, Anexo 8480 - Arquivo Edgar Leuenroth.

<sup>169</sup> Entrevista concedida por Zenaide Machado de Oliveira a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

dirigida à proposta do recuo estratégico para o exterior levantada por Herbert Daniel e sustentada por este e Inês Etienne em 1971.<sup>170</sup>

No entanto, se, por um lado, alguns militantes abandonavam a organização, por outro, chegava de Cuba um ex-marinheiro, ativo nas mobilizações de subalternos das Forças Armadas em 1964, que havia recebido treinamento guerrilheiro na ilha. Pessoa de mais alta confiança de Onofre Pinto e incumbido de fortalecer o desenvolvimento de um trabalho no Nordeste, chegava ao Brasil o controvertido cabo Anselmo.

Neste momento a Frente realizava uma nova reunião para debater sobre a campanha do voto nulo e sobre a política de seqüestros. Davam-se os primeiros passos tendentes a superar aquelas discussões fundadas exclusivamente em cima de ações concretas. Decidiu-se nesta reunião pela campanha do voto nulo nas eleições para a Câmara dos Deputados que ocorreria em 15 de novembro de 1970. Neste período, também integravam a Frente o MR-8 e o PCBR.<sup>171</sup>

As eleições em novembro de 1970 despontavam como uma grande oportunidade para a esquerda armada conter a ofensiva nacionalista da ditadura. Apontava-se para a necessidade de chegar ao conjunto da população, desmistificando a “farsa eleitoral” que fervilhava naqueles meses. Na análise da organização sobre o processo eleitoral, acusavam o MDB de falsa oposição que fornecia sustentação ao regime, porém, ressaltavam que “talvez haja dentro do MDB alguns patriotas honestos e iludidos que se oponham diretamente à ditadura. Mas são apenas elementos isolados”.<sup>172</sup> Para a organização, a ditadura fazia o povo pensar “que o voto ainda é uma arma, pois sente que um número cada vez maior de brasileiros está compreendendo que só com a luta armada é possível derrubar a ditadura”.<sup>173</sup> Estes trechos transcritos não deixam dúvidas sobre a visão otimista que a VPR nutria quanto às perspectivas do movimento revolucionário, pois pressupunha que o povo tomava consciência a cada dia da necessidade da luta armada para acabar com aquele estado de coisas. Era preciso, então, dar forma concreta ao “descontentamento popular”.

As organizações que integravam a Frente definiram como linha de ação tática “desenvolver ações que repercutam politicamente sobre as massas. Conjugaremos as tarefas de panfletagem, colagem de ‘mosquitos’, palavras de ordem em notas de dinheiro, pequenas pixações com as ações de propaganda armada”.<sup>174</sup> Esta seria, na leitura da VPR, a chance de aparecerem e se firmarem

---

<sup>170</sup> Informações fornecidas por Inês Etienne Romeu em caráter informal no dia de julho de 2000 na idade de São Paulo.

<sup>171</sup> Informações recolhidas do documento “FRENTE - A Grande Tarefa”, assina Cláudio em 30.10.70, nº 30-Z-160-9603. DEOPS/SP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>172</sup> “Ao Votar Lembre-se da sua Miséria: Manifesto Contra a Farsa Eleitoral”, assina VPR em outubro de 1970, nº 30-Z-160-14629, p.1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>173</sup> Idem, p. 1.

<sup>174</sup> “Sobre a Campanha do Voto Nulo”, assinam VPR, MR-8, MRT e ALN, nº 50-Z-9-16044, p. 2. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

politicamente para o povo, mostrando o conteúdo e uma plataforma política, enfim, “aparecer enquanto força política reconhecida e atuante”.

Uma outra forma de explorar o processo eleitoral em outubro de 1970 seria a formação dos “Comitês de Denúncia da Farsa Eleitoral”. Esses comitês teriam como programa básico a denúncia da farsa eleitoral e a pregação do apoio à luta armada. Os objetivos básicos da campanha do voto nulo foram: isolar o governo e afirmar a luta armada como única alternativa; mostrar que o MDB e a ARENA não diferiam, pois defendiam o regime, porém ressaltando que no MDB haviam “iludidos honestos”; não ser contra o voto e sim mostrar o significado da eleição presente para organizar a parcela mais avançada da massa através dos “Comitês” com os descontentes com a ditadura. Neste sentido, um panfleto da VPR exclamava:

*Apoiaremos a formação em tôda parte, de COMITÊS DE DENÚNCIA DA FARSA ELEITORAL. Três amigos, dois mesmo, podem tomar a iniciativa, conversar com outros amigos, escrever nas paredes, fazer selinhos e colar em tôda a parte. Nas conversas, sem falar nos comitês, esclarecer o povo a respeito do significado das eleições. Reproduzir este manifesto (...) Só com pessoas de muita confiança se deve falar na organização dos comitês.*<sup>175</sup>

Os comitês teriam como palavra de ordem: “Voto nulo contra a ditadura, A luta armada é a solução. Voto nulo contra a tortura, o desemprego, a fome e o arrocho salarial”.<sup>176</sup> O panfleto da VPR, lançado no período da eleição, sugeria àqueles que simpatizavam com a campanha do voto nulo, que se aproximassem de um ou mais companheiros para seguir a orientação dos comunicados subsequentes. Os resultados concretos desta iniciativa ficaram aquém dos esperados: a situação de clandestinidade crônica e a perseguição incessante aos quadros das organizações armadas inibiu o desenvolvimento da campanha proposta pela Frente. As atividades mais elementares como pichações de muros e até mesmo a distribuição de panfletos somente poderia ser feita sob a proteção dos grupos de fogo, e, não raramente, os revolucionários tiveram que duelar à mão armada com patrulhas policiais.<sup>177</sup>

Sem precisarmos o efeito dessa convocatória para o voto nulo, observamos, porém, que a organização conseguiu concitar a atenção e mesmo foi procurada para estabelecer contato por grupos de simpatizantes em São Paulo, do mesmo modo como havia ocorrido na Guanabara conforme assinalamos anteriormente. Em São Paulo, a VPR abriu contatos durante a campanha do voto nulo. Um dos grupos que respondeu a essa iniciativa e convenceu-se a entrar na campanha foi

<sup>175</sup> Ao Votar Lembre-se da sua Miséria: “Manifesto Contra a Farsa Eleitoral”, assina VPR em outubro de 1970, nº 30-Z-160-14629, p. 2. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>176</sup> Idem, p. 2.

<sup>177</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed., SP: Ática, 1998, p. 219.

a Juventude Operária Católica (JOC). A posição que prevalecia dentro deste grupo era a de apoiar um candidato do MDB. A *Unidade de Combate Antônio Raimundo Lucena*, de São Paulo, registrou acerca dos grupos em seu relatório: “Foi estabelecido contato com dois grupos que faziam (fazem) trabalho de massa, um bastante conhecido e organizado com posições internas que contestavam o reformismo, e outro que se dedicava ao trabalho em bairros operários”.<sup>178</sup>

Se a Frente evoluía, ainda que timidamente, a relação entre as organizações que a constituíam não tardaria em se tencionar para que as divergências aparecessem. Na reunião realizada entre setembro e outubro, as organizações haviam tirado uma posição em Frente que visava simultaneamente a libertação de 200 combatentes e uma escalada de ações armadas, tanto em nível logístico como em nível político. A proposta consistia na realização de três seqüestros, possivelmente o de um grande capitalista brasileiro, um embaixador estrangeiro e um ministro do governo Médici.<sup>179</sup>

O primeiro seqüestro ocorreria na Guanabara, sendo que o MR-8 forneceria a infra-estrutura e a VPR executaria a ação. Em São Paulo seria operacionalizado pela VPR, o MRT e a ALN, e, em outro estado, na região Nordeste, a realização da ação ficaria sob a responsabilidade do PCBR. Esta grandiosa ação, aprovada em reunião da frente, denominar-se-ia *Quinzena Marighella*, homenageando o líder revolucionário assassinado um ano antes. Entretanto, no dia 23 de outubro, a polícia consegue capturar Joaquim Câmara em São Paulo, e, dois dias depois, é noticiada sua morte, provavelmente assassinado em “cativeiro”. Assim, com esse revés, diluía-se o plano para libertação dos 200 revolucionários. O MR-8 e a ALN recuaram da posição, mas a VPR e o PCBR empenharam-se em realizar, contando apenas com suas próprias forças e logística, pelo menos um dos três seqüestros planejados.

Internamente, a VPR conduzia em fins de novembro, o comandante em chefe da organização de um “aparelho” do MRT para o Rio de Janeiro. Lamarca, após meses trancado em uma casa, juntar-se-ia à sua companheira Iara Iavelberg num pequeno sítio em Rio D’Ouro, na periferia de Niterói, local que o cabo Anselmo acabaria visitando com o objetivo de participar de uma reunião. O reconhecimento da região por Anselmo implicava, dentro das rigorosas normas de segurança, na remoção dos quadros daquele local. Assim, Lamarca é deslocado do pequeno sítio para uma casa em Friburgo. Neste momento, a VPR já encaminhava os detalhes para a realização do seqüestro do embaixador suíço no Brasil.

---

<sup>178</sup> “Relatório sobre São Paulo” nº 30 - Z - 160 - 9603. (o documento possivelmente foi produzido em fins de 1970 devido as informações e referências nele contidas) DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.



### 3.4 O seqüestro do suíço e a irrupção da crise final da VPR

Terminado o planejamento para seqüestrar o embaixador suíço, o comando da organização contactou os militantes que fariam parte da ação e definiu o pequeno grupo que permaneceria no “aparelho”, para atender e custodiar o diplomata estrangeiro. Tragicamente, dois dias antes da realização do seqüestro, Yoshitame Fujimore e Edson Neves Quaresma, ambos militantes da VPR, são reconhecidos por uma patrulha do DOI-CODI/SP e metralhados em pleno bairro da Saúde em São Paulo. Àquela altura, Fujimore era o responsável pela organização em São Paulo, onde se vivia uma crise estrutural que já não se reverteria mais até a desintegração total da VPR.

Na manhã do dia 7 de dezembro de 1970, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro, três veículos da organização são utilizados para interceptar o carro no qual viajava o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. No decurso da ação, um dos guarda-costas do embaixador aponta sua arma contra Herbert Daniel, outro dirigente da VPR, com a intenção clara de eliminá-lo, quando a manobra é percebida por Lamarca, comandante da ação, quem prontamente assume a defesa de Herbert disparando e ferindo ao agressor. Poucos dias depois o guarda-costas morreria no hospital como resultado do ferimento, contabilizando a segunda morte em ações de seqüestro realizada pela VPR. Ao abandonar o local do seqüestro, a organização realizou uma atividade de propaganda armada deixando para a opinião pública o panfleto intitulado “Esclarecimento do Comando JGB”. Poucos minutos se passaram antes que o aparato de segurança do governo, por meio de um grande dispositivo policial-militar, interrompesse o fluxo de trânsito de automóveis com o objetivo de capturar os seqüestradores. No entanto, os quadros da VPR conseguiram ser mais rápidos que a repressão chegando em segurança ao aparelho no bairro carioca do Tacaratú.

O contingente de presos políticos exigido pela organização em troca pelo embaixador foi o mais numeroso de todos os seqüestros anteriores: 70 ativistas presos. Contrariamente à postura adotada nos outros três seqüestros, o governo mudou a orientação passando sistematicamente a recusar vários dos nomes arrolados nas sucessivas listas enviadas pela organização. As exigências de cunho político também foram negadas. A VPR exigia a passagem gratuita nos trens suburbanos do Rio de Janeiro por dois dias e a divulgação do “Manifesto do Povo Brasileiro”, de quatro em quatro horas, durante todo o tempo que durasse a negociação, mas em nenhuma destas

---

<sup>179</sup> Maria do Carmo Brito e Zenaide de Oliveira nos informaram em entrevista que o ministro em vista era Delfim Neto.

reivindicações foram atendidos. A embaixada da Suíça recebeu da organização um documento intitulado “Carta Aberta à Embaixada”.<sup>180</sup>

O primeiro comunicado enviado pela organização é ocultado pelo governo, quem utiliza os meios de comunicação como vetor estratégico de contra informação. Os jornais e demais veículos de comunicação noticiavam que os seqüestradores não haviam mantido nenhum contato ainda com o governo. Dois dias após a ação, o governo admite ter recebido um comunicado dos seqüestradores. No dia seguinte à ação do seqüestro, é noticiada a morte de um dos mais destacados quadros em ações armadas, Eduardo Collen Leite, o “Bacuri”.<sup>181</sup>

Da primeira lista o governo recusava alguns nomes, a organização elaborou uma nova e outros nomes também foram recusados, chegando a um total de 13 nomes recusados. Internamente, a VPR iniciava um processo de discussão sobre a atitude do governo que impingia condições aos revolucionários. Irrompia, neste momento, uma discussão sobre a eventualidade de o governo recusar mais nomes e endurecer ainda mais nas negociações. Dentro do “aparelho”, os militantes resolvem enviar um ultimato ao governo ameaçando matar o embaixador caso as exigências não fossem atendidas. Um dos pontos que defendia a morte do diplomata deitava raízes na análise que o seqüestro, enquanto instrumento de luta das organizações revolucionárias em toda a América Latina, não poderia ser “esvaziado” pela intransigência do governo. Mais ainda, a VPR não poderia sair desmoralizada daquela “queda de braço”.

Os militantes da organização que se mantinham fora do “aparelho” e do processo de negociações foram consultados sobre o impasse a que se chegava, e, majoritariamente, as opiniões apontavam para a execução de Giovanni Bucher.<sup>182</sup> A VPR protelou ainda mais a discussão, com a perspectiva de um acordo vantajoso com o governo, chegando a enviar cinco comunicados e uma terceira lista com novos nomes que deveriam substituir aqueles recusados, porém, novamente receberam, como única resposta do governo, a negativa.

No decurso do seqüestro, alguns quadros da VPR realizam no Rio de Janeiro uma das poucas ações propriamente de Propaganda Armada tal como se definia nos pressupostos da VPR para a ação revolucionária. A organização atacou um depósito de gêneros alimentícios no bairro de

<sup>180</sup> “Análise política do Seqüestro do Embaixador Suíço”, assina Vanguarda Popular Revolucionária em 30.01.1971, nº 30-Z-160-10039/38. DEOPS/SP. – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>181</sup> Bacuri se encontrava em poder dos órgãos de segurança desde o dia 21 de agosto de 70. No dia 25 de outubro noticiava-se que “Bacuri” havia fugido dois dias antes e ninguém sabia do seu paradeiro, até que no dia oito de dezembro noticiou-se a morte do revolucionário em um confronto com a polícia nos arredores da cidade litorânea de São Sebastião. Segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, o bárbaro assassinato de “Bacuri” foi motivado pelo seqüestro do embaixador suíço para tirar as condições e inclusão de seu nome na lista e presos a ser libertados.

<sup>182</sup> SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981; DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982.

Bonsucesso e obrigou os funcionários a encher um caminhão da empresa com alimentos. Levando o caminhão carregado, os revolucionários distribuíram os alimentos entre a população miserável da favela Braz de Pina, realizaram pichações e ensaiaram um discurso para àquela população, mas este surtiu pouco efeito. Paralelamente à ação, um “aparelho” reserva da VPR numa área rural da Guanabara foi descoberto pela polícia levando à prisão de quadros de um “esquema médico” da organização, e chegando mesmo a desembocar em cerca de dez prisões de revolucionários da VPR gaúcha.

Somente com o envio de uma quarta lista de nomes complementares aos outros recusados foi que o governo decidiu fechar acordo com a organização. Durante este período, a discussão sobre a execução ou não do embaixador dentro do “aparelho” em que se encontrava seqüestrado chegava ao ápice. A proposta a favor da execução daquele contava com a simpatia da imensa maioria dos militantes, enquanto a posição contrária detinha apenas dois votos. Inês Etienne, segundo Alfredo Syrkis, quando regressou a São Paulo, apoiou decididamente a posição pela preservação da vida do suíço. Lamarca, valendo-se do poder de veto que lhe outorgava sua posição, enquanto comandante em chefe da organização, decidiu contrariamente à execução de Bucher. Argumentou que se matassem o suíço, recairia o peso da intransigência sobre o revolucionários e 70 outros revolucionários permaneceriam nas cárceres da ditadura. Finalmente esta posição mostrar-se-ia como a mais correta. Com efeito, resultado das pacientes negociações, no trigésimo quinto dia de seqüestro, estavam voando para o Chile 70 presos políticos que, de acordo com as expectativas da VPR, muitos deles retornariam em breve ao Brasil para dar prosseguimento à luta guerrilheira no país. O embaixador Giovanni Bucher, após permanecer 40 dias seqüestrado em poder da VPR, era libertado, marcando o fim dos seqüestros realizados durante a luta armada e o início de uma crise que somente se encerraria com a desmobilização total da VPR no Brasil.

### **3.4.1 A “Tese do Recuo” X Ficar Para Lutar**

Findo o longo período de 40 dias que a VPR concentrou esforços para libertar boa parte de seus militantes e resolver de maneira menos trágica o desfecho do seqüestro do embaixador, a organização encontrava-se estruturalmente debilitada. Observamos anteriormente que no decurso do seqüestro a VPR gaúcha havia sofrido um fluxo de prisões que reduziu os efetivos da *Unidade de Combate Manoel Raimundo Soares* (UCMRS) a poucos militantes, enquanto que a base de campo de Três Passos já se encontrava desativada. Em entrevista que nos concedeu, Carlos De Ré informou sobre as prisões em Porto Alegre:

*Tava em plena negociação, final da negociação do embaixador suíço quando nós fomos presos, inclusive os nossos nomes chegaram a ser mandados para SP, mas as quedas aqui, segundo o pessoal da direção nacional estavam meio inexplicadas, eles queriam aguardar para ver e aí num próximo seqüestro nos incluiriam, aí depois no final de janeiro de 71 caiu o resto, aí foi assim para arrasar.<sup>183</sup>*

A situação da Unidade de Combate Antônio Raimundo Lucena era grave na medida que contava com apenas alguns quadros e não dispunham de condições para reestruturar-se. O comandante da UC, José Raimundo da Costa, o “Moisés”, necessitava cuidar de um pequeno trabalho que já vinha desenvolvendo algum tempo antes no Nordeste. Este trabalho dependia apenas de “Moisés” e de outro quadro.<sup>184</sup> A UCARL (SP) encontrava-se com uma pequena quantidade de armas e ainda havia perdido o contato que mantivera durante a campanha do voto nulo com dois grupos que desenvolviam trabalho de massa. Em função das sucessivas prisões e mortes haviam perdido contato com a maioria dos aliados, encontrava-se sem condições de operacionalidade e não dispunham dos diversos trabalhos de levantamento em que vinham trabalhando.<sup>185</sup>

Neste quadro desolador em que se encontrava a VPR, iniciou-se um processo de discussões procurando avaliar o resultado do seqüestro do embaixador suíço. Pelo que sabemos, esta discussão travou-se somente no Rio de Janeiro, onde se encontrava o comando da VPR.

Os documentos que analisamos buscavam discutir a concepção e o papel do seqüestro no momento político que vivia a esquerda armada. Esta discussão alcançou o âmbito da Frente de organizações armadas. Argumentava-se que a VPR ao realizar aquele seqüestro e não executar o diplomata havia “esvaziado o instrumento político”. Algumas organizações da Frente entendiam que o momento não era o de realizar seqüestros, mas tão somente de constituir uma infra-estrutura sólida para as organizações armadas encaminharem o processo revolucionário.

A VPR refutou os argumentos condenatórios à sua iniciativa, primeiramente porque entendeu que deveria responder à ofensiva da ditadura que se traduzia na propaganda nacionalista. A organização enxergou que se não reagisse à ofensiva da ditadura estaria impossibilitados mais cedo do que nunca de atuarem politicamente.<sup>186</sup>

Quanto à execução do diplomata, a VPR refutou a posição daquelas organizações afirmando que:

<sup>183</sup> Entrevista concedida por Carlos Alberto Tejera De Ré a Fábio André G. das Chagas no dia 09 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre.

<sup>184</sup> “Comunicado nº 3 - Aos Companheiros no Exterior”, assina comando/VPR em 07.08.71, nº 30-Z-160-10553. DEOPS/SP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>185</sup> “Relatório sobre São Paulo”, nº 30-Z-160-9603. DEOPS/SP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

*O justicamento seria uma atitude desesperada de efeitos totalmente negativos. Seria um comportamento emocional para provar que somos 'durões'. O lucro que daí adviria seria tão negativo que estaríamos assinando um atestado de óbito. A ditadura criaria contra nós um ódio popular verdadeiro<sup>187</sup>.*

Ressaltamos que internamente, a VPR divergiu sobre este ponto, pois um setor analisou que a organização havia saído desmoralizada ante a não execução do diplomata. Ainda refutando as críticas encetadas à sua iniciativa de seqüestrar o suíço, a VPR contra-argumentou sobre a premissa de que para realizar ações a esquerda armada necessitava *a priori* desenvolver uma sólida infra-estrutura em termos de “aparelhos” e ampliação do armamento dos grupos que compunham a Frente. Naquele período, a VPR concebeu que:

*Infra-estrutura não cria em hipótese alguma momento político nenhum. Por melhor que fossem as condições militares (armamento, dinheiro, infra, operacionalidade, etc.) a esquerda não teria condições de mudar o desfecho da ação, ou seja, de se apresentar mais forte do que realmente é e obrigar a ditadura a fazer concessões. Isto porque a força da esquerda não está em aparelhos com túneis ou legalidade perfeita, mas, única e exclusivamente no apoio efetivo da massa popular.<sup>188</sup>*

Observamos que apesar da redução dos quadros da organização e a quase inexistência de uma base logística satisfatória, foram produzidos documentos, entre fins de janeiro até meados de abril, que procuravam analisar a crise em que se encontrava a organização e também redefinir o tipo de ação que vinham realizando. Um dos eixos de discussão que se levantou naquele momento referia-se à importância dos militantes da VPR no exterior, mais particularmente no Chile. Vimos num documento produzido pela UCJGB que diante do processo de discussão que irrompeu na base da organização, dever-se-ia canalizar aquele potencial visando desenvolver a linha política da organização. Aquele processo não poderia ficar restrito à UCJGB ou mesmo à VPR somente no Brasil “O Pêso em que consiste a organização no exterior não pode se desprezado, tanto em têrmos proporcionais como em têrmos de qualidade e contribuição política.”<sup>189</sup> Efetivamente, os militantes da VPR no país alimentavam a idéia do retorno dos militantes do exterior e depositavam

<sup>186</sup> “Resistência à Que?”, assina Cláudio em 25.01.71, nº assina Vanguarda Popular Revolucionária em 30.01.1971, nº 30-Z-160-10045. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>187</sup> “Análise Política do Seqüestro do Embaixador Suíço”, assina Vanguarda Popular Revolucionária em 30.01.1971, nº 30-Z-160-10039/38, p. 3. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>188</sup> Idem, p. 1

<sup>189</sup> “Ao Comando da VPR”, assina Coord. da UCJGB em 16.03.71, nº 30-Z-160-12035, p. 3. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

uma grande esperança naqueles quadros: “os militantes tem nos companheiros que estão no exterior a resposta para as dificuldades de recrutamento”.<sup>190</sup>

Identificamos a Propaganda Armada como um dos eixos principais de discussão naquele momento. Buscava-se direcionar o sentido das ações armadas para uma maior inserção nas massas, chegando a exercer vinculações orgânicas, contrariamente às teses “jamilistas”. Entendeu-se que “a guerrilha só poderá se desenvolver através da formação de grupos de ação clandestina socialmente enraizados em seus bairros, favelas, fábricas, escola”.<sup>191</sup> O militante “Felipe” prossegue na crítica mordaz à definição de Propaganda armada:

*É objetivamente distorcida a linha da Org. ao se negar a vinculação orgânica com a vanguarda da massa. Concebe-se que a luta guerrilheira deve ser travada exclusivamente por uma organização de revolucionários profissionais sem nenhum enraizamento social e não pela vanguarda popular, ou seja, os setores avançados da massa.*<sup>192</sup>

Para a militante “Leila”, quando do seu pedido de desligamento, criticava na VPR: “nossa linha política não supera o foquismo, a não ser no aspecto de integração de diversas formas de luta de guerra de guerrilhas no setor rural, na luta urbana a propaganda armada é o foco travestido, com uma roupagem de palavrório genérico”.<sup>193</sup>

A falta de uma dinâmica interna na organização foi apontada como uma das grandes responsáveis pela não superação dos impasses que afligiam a VPR. Em alguns casos, chegou-se a atribuir a responsabilidade ao comando da organização devido à sua política de cúpula. A política de “cupulismo” estancava a criatividade e ainda contribuía para a deformação de quadros. Lamarca, num documento seu que analisamos, aponta que o problema residia no fato de que as discussões estariam ocorrendo somente na cúpula e, a partir disso, apontava para a necessidade de extinguir o “cupulismo” que retirava a criatividade da organização, que transformava as direções de representantes em megalomaníacos e a base militante em cumpridores de ordens.<sup>194</sup>

Para Ivan Mota Dias, o “Cabana”, o impasse residia na base da análise do movimento e, para tanto, via a necessidade de redimensionar a estratégia da organização:

*Veremos que o otimismo daquelas análises não correspondiam a realidade histórica e que estávamos nos orientando taticamente para um momento de ascenso quando o que há hoje é um descenso das*

<sup>190</sup> “Aos Companheiros da VPR no Chile”, assina Comando/VPR em 01.02.71, nº 30-Z-160-9603, DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>191</sup> “PA Vinculada e Trabalho Político no Seio da Massa”, assina Felipe em 09.01.71, nº 30-Z-160-9603, p. 10. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>192</sup> Idem, p.9

<sup>193</sup> “Aos Companheiros que Militam na VPR:”, assina. Leila - 01/04/71, nº 30 - Z - 160 - 10041, p 1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>194</sup> “Contra o Cupulismo”, assina Cláudio em 9,10 e 11/3/71, nº 30-Z-160-10056. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

*massas, da revolução (...) as massas estavam derrotadas em seu reformismo. As organizações armadas nasceriam desta derrota política, sem, no entanto, entenderem a extensão desta derrota, sem verem que tínhamos entrado num longo período de refluxo para o qual temos de nos adaptar.*<sup>195</sup>

Dentre as questões levantadas, seguramente a mais polêmica delas, na verdade decisiva, foi a proposta de um recuo estratégico da organização para realizar um congresso no exterior com o objetivo de avaliar o que se tinha feito até aquele momento e redefinir os rumos da VPR no movimento de luta armada daqueles anos. Essa proposta, levantada por Herbert Eustáquio de Carvalho, denominou-se a “Tese do Recuo”. Anos depois, Herbert rememorou em seu livro a proposta do recuo:

*A proposta argumentava – sem fornecer maiores dados, sem descrever a situação real da VPR no Brasil – que não era possível continuar na mesma trilha, mas que ainda haveria tempo para uma autocrítica. Caracterizava a militância da VPR como resultante duma ‘dinâmica da sobrevivência’. O documento que resumia este ponto de vista propunha um congresso, a ser realizado no exterior (é natural: como é que dez clandestinos iriam receber no Brasil os delegados dos banidos?), onde se definiria uma nova linha política que permitisse romper o círculo vicioso duma dinâmica que produzia, ao se reproduzir uma ideologia sem crítica. Era preciso ‘desmobilizar a O.’ – isto é, romper com uma política sem saída cuja finalidade era persistir, sobreviver.*<sup>196</sup>

Os debates acerca da necessidade em se realizar um congresso se inseriram num conjunto de posições divergentes quanto à forma, o local e as razões para que aquele fosse levado a cabo. Defendeu-se, de uma forma geral, o congresso como a forma de superar os problemas que atravessava a VPR em seus aspectos estruturais e sua ação revolucionária, o que rotineiramente denominavam “linha política”. O conjunto da organização aceitou a tese do congresso, porém divergiu em alguns pontos. O militante “Isaac”, por exemplo, em um documento que foi fruto de muitas críticas no seio da organização defendeu que

*As discussões atuais devem mudar a linha da Org. (ou aprofundá-la) no sentido de superar suas limitações e se tornar um guia para a prática futura. Discussões com estas características são o que chamamos de Congresso (...) Agora é isto que temos de fazer: o II Congresso da VPR.*<sup>197</sup>

De modo geral sinalizava-se positivamente para a realização do congresso da VPR, todavia com a ressalva de que aquele deveria ocorrer no Brasil e ser precedido por uma ampla discussão

<sup>195</sup> Idem, p. 5.

<sup>196</sup> DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982, p. 65.

<sup>197</sup> “Uma Proposição”, assina Isaac, sem data. nº 30 - Z - 160 - 12024 e 12023, p. 5-6. DEOPS/SP. - Arquivo Público do Estado de São Paulo. O autor Definiu como II congresso possivelmente por considerar que o primeiro havia sido o da Barra da Tijuca.

nas bases da organização. Esta proposta, conforme nos disse Inês Etienne Romeu, numa conversa informal, partiu de Carlos Lamarca. O ex-capitão e alguns militantes defenderam a discussão ampla nas bases porque entendiam que se apenas as teses dos dirigentes chegassem ao centro do debate, o congresso não teria muita importância.<sup>198</sup> No sentido das discussões pela base da VPR chegou-se a defender que não deveria haver congresso se a decisão não fosse determinada pela base:

*Nós não partimos da premissa que a linha da Org. deverá ser mudada ou transformada; essa premissa será determinada pela discussão nas bases. Não aceitamos discussão em função de um Congresso, mas discussão que determine ou não a necessidade de um Congresso.*<sup>199</sup>

Com efeito, Inês Etienne comentou que a posição em relação à discussão nas bases com produção de documentos era absolutamente inviável dado o nível de repressão que incidia sobre a organização. A ex-guerrilheira afirmou naquela época que antes mesmo de chegar às mãos da militância, os documentos caíam nas mãos da repressão.<sup>200</sup> Lamarca não poupou críticas à dirigente da organização e afirmou que:

*Se os documentos que caem são explorados pela burguesia, isto não nega a possibilidade de se travar luta política através de documentos, este é o único meio que disponho para discutir com os militantes, não vou deixar de escrever por esse motivo, nem vou tolher ninguém por isso, as necessidades políticas se sobrepõem às técnicas (...) Em momentos como esse, sempre adiei a luta política, para a concentração de esforços de superação de problemas imediatos. Tenho vivido esta situação sempre, desde a chegada do vale, repito sempre. Não é mais possível continuar remendando ou engatinhando à cata das condições, para criar condições, quando vai se solidificando uma prática deformada, prenhe de desvios ideológicos.*<sup>201</sup>

Algumas posições, como a do militante “Jacob” chegaram a contestar a necessidade do congresso na medida que entendia que aquele nada iria resolver. Pelo fato de um congresso discutir posições já elaboradas, de nada adiantaria porque o problema era justamente a elaboração de uma linha política.<sup>202</sup>

A defesa do congresso no exterior fundava-se na constatação da precariedade teórica e material dos militantes no Brasil, e destacava a qualidade e a experiência dos quadros no exterior. Propunha-se a realização no exterior por razões de segurança e para que contasse com a

<sup>198</sup> “Congresso - Solução Política e não de Honra”, assina Cláudio em 27.03.71, nº 30-Z-160-9603. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>199</sup> Doc. Sem título “,assina Adriana, em 24.01.71, nº 30-Z-160-12025, p. 5. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>200</sup> Informações fornecidas por Inês Etienne Romeu em caráter informal em julho de 2000.

<sup>201</sup> “Posição Sobre o Comunicado do Cmt A .”, assina Cláudio em 21.03.71, nº 50-D-26-3274, p.2. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.



participação de um número razoável de delegados. Afirmava-se que trazer os militantes para o Brasil seria inviável, dada a ausência de uma havia infra-estrutura adequada e o avanço da “repressão”. Propôs-se ao comando, a formação de uma “Comissão Preparatória” que criaria condições para levar membros para fora do país, seu recebimento lá e ainda prepararia a volta dos delegados.<sup>203</sup> Outra razão seria a produtividade, porque seria mais tranqüilo, haveria mais tempo e se contaria com organizações convidadas para aproveitar suas experiências. O número de delegados do Brasil seria maior que o do exterior (20 delegados - 12 do Brasil e 8 do exterior) pelo fato de que os que estavam no país vivenciavam a realidade atual do Brasil. O II congresso da VPR deveria contar com quadros de fora do país porque o objetivo daquele Congresso seria o de unir o coletivo espalhado pelo mundo e dele tirar os melhores frutos. “Se temos muita capacidade aqui no Brasil, temos também muitas limitações. E não podemos esconder, somos pouco preparados teoricamente”.<sup>204</sup>

Lamarca, José Raimundo da Costa e mais alguns militantes não acreditavam na possibilidade de realizar um congresso no exterior porque, no caso de decidirem pelo retorno ao Brasil, não acreditavam que os militantes regressariam. Prosseguia a proposta de realizar no Brasil com ampla discussão e circulação de documentos. Em verdade, a proposta de levar os documentos às bases da organização foi encaminhada, e, Lamarca produziu alguns documentos para serem rodados e distribuídos. Entretanto, quando os primeiros documentos seriam encaminhados para a distribuição, sob a responsabilidade de Gerson Theodoro de Oliveira, este militante, juntamente com Maurício Guilherme da Silveira, foram metralhados na avenida Suburbana, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de março. Os documentos, tal como previra Inês Etienne, caíram em poder da “repressão” antes de chegar à militância.

### 3.4.2 O Ocaso da VPR

O conflito entre Inês Etienne e Lamarca se agrava e esta ex-dirigente comunica seu desligamento do comando e sua retirada do país. Pouco antes de sua viagem para o exterior, Inês com última tarefa dirige-se à São Paulo para se encontrar com “Moisés” a fim de passar-lhe cinquenta mil dólares e alguns contatos que era responsável. No dia 5 de maio, os órgãos de segurança capturaram Inês Etienne quando de seu encontro com Moisés. Lamarca se desliga da

---

<sup>202</sup> “O Blá-Blá-Blá Enigmático”, assina Jacob em 07.04.71, nº 30 - Z - 160 - 9603. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>203</sup> “Ao Comando da VPR”, assina Coord. Da UCJGB em 16.03.71, nº 30 - Z - 160 - 12035, p. 3-4. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

organização em 22 de março por discordar da linha política da VPR, constatar desvios ideológicos e a deformação que acarreta em muitos quadros<sup>205</sup>, discordar do método de direção e da prática política que impede a liberação do potencial, não forma quadros, aliena militantes, deforma dirigentes, elimina a criatividade e impede a prática leninista.

O terceiro e único membro restante do comando da VPR encontrava-se afastado por problemas de saúde, o que significava concretamente que a VPR estava sem qualquer comando naquele momento. Diante desta grave situação, Zenaide Oliveira, José Raimundo da Costa, Alex Polari e Ivan Mota Dias assumiram o comando da VPR sob o nome de *Coordenação Provisória*.

Zenaide Oliveira nos disse, em entrevista, sobre a Coordenação Provisória:

*Nós seríamos não um comando, mas uma coordenação provisória, que na verdade iria responder aos papéis de um comando, mas nós não queríamos esse compromisso, não achamos que seria, porque o processo de constituição não foi através de um congresso, não tinha nenhum organismo nos outorgando essa responsabilidade.*<sup>206</sup>

Um dos membros desta Coordenação, Alex Polari de Alverga foi preso em seguida e pouco tempo depois Ivan Mota Dias (“Cabana”) também é capturado pelo aparato repressivo do governo. A VPR não detinha mais forças para manter escondidos seus quadros. Sua última ação efetiva fora realizada ainda em fevereiro, quando atacou um depósito de alimentos e se apropriou de dois caminhões que, quando carregados pelos funcionários da empresa, foram levados até a favela do Rato Molhado em Del Castilho, no Rio de Janeiro. Esta fora a segunda ação de Propaganda Armada, e praticamente das poucas, realizadas pela VPR. Contribuindo para agravar a situação da VPR, o grupo de apoio logístico, denominado como “Grupo dos Proletas”, cria sérios problemas para a organização que já se via às voltas de um colapso estrutural. Zenaide Oliveira disse-nos que alguns membros do grupo começaram a desviar o dinheiro que recebiam da organização para uso em proveito próprio. Alfredo Syrkis relata em seu livro que o líder daquele grupo, o “Russo”, armara uma traição para Alex Polari, responsável pela assistência ao grupo. “Russo” propusera a Alex a compra de vários fuzis FAL em uma favela e recolheu o dinheiro com o quadro da VPR. Ao chegar na favela, a polícia que já estaria informada por Russo, prenderia Alex como membro do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. No entanto, “Cavalo”, outro membro do “Grupo dos Proletas”, localizou Alex e alertou-o sobre a traição de “Russo”, fato que salvou o quadro da VPR naquele momento.

<sup>204</sup> “Uma Proposição”, assina Isaac, sem data, nº 30-Z-160-12024 /23, p. 9. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>205</sup> “Ao Comando da VPR”, assina Cláudio em 22.03.71, nº 30-Z-160-10043, p. 1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>206</sup> Entrevista concedida por Zenaide Machado de Oliveira a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

Neste quadro de visível desmantelamento da organização, a tese do recuo ganha força, ainda que assimilada com algumas variações. Zenaide, por exemplo, disse-nos que sua posição era a de que *Coordenação Provisória* tinha que preparar condições no Brasil para os quadros retornarem para a luta, opondo-se à posição de Alfredo Syrkis do “salve-se quem puder” e de outros que pensavam num grande recuo sem nenhuma preocupação de preservar condições básicas para o caso de um congresso fora do Brasil decidir pelo retorno ao país. Pensava-se em deixar no Brasil um mínimo de estrutura para o caso de os militantes voltarem para a luta: Zenaide relatou: “procuramos articular isso com simpatizantes que se dispunham a montar fachadas em aparelhos, um carro, a idéia era comprar um táxi para fazer um dinheirinho para a sobrevivência com retaguarda legal”.<sup>207</sup>

As prisões dos últimos quadros da VPR se sucedem. Em fins de abril, era preso o trabalhador rural e militante da VPR Dênis Casemiro<sup>208</sup> no Sul do Pará, próximo à Imperatriz, no Maranhão. Este militante desenvolvia trabalho político naquela região onde a VPR pretendia, em longo prazo, estruturar uma coluna guerrilheira. No dia 9 de maio, quatro dias após a prisão de Inês Etienne, Aluísio Palhano, que havia regressado de Cuba em fins de 1970, fora preso e assassinado 12 dias após sua prisão. Aluísio Palhano figura entre os militantes mortos sob o trabalho de infiltração do cabo Anselmo. Outra vítima do esquema de Anselmo fora Edgar de Aquino Duarte, preso em três de junho de 1971, constando na lista de desaparecidos desde 1973.

Em fins de junho, contando com pouco mais de seis militantes, José Raimundo da Costa, o “Moisés”, escrevera um documento no qual punha fim aos debates em torno da realização de um congresso no exterior e do recuo estratégico da VPR para fora do país. Efetivava-se neste momento a posição do *Quem Samba Fica, quem não Samba vai Embora*. O documento de Moisés atacava frontalmente a posição do recuo, cristalizada em um documento de Herbert Daniel “Preparar o Terreno para a Nova Semeadura”.<sup>209</sup>

Para o dirigente “Moisés”, a crise que se vivia no seio da esquerda armada era uma crise ideológica traduzida na radicalização de pequenos burgueses que ingressaram nas fileiras da luta armada. Afirmava que a proposta de desmobilização da VPR era uma “apresentação sofisticada da deserção e não adianta querer doirar a pílula, porque teremos de exigir de seus autores que assumam por inteiro a responsabilidade moral e política por tal tipo de proposição”.<sup>210</sup> Admitia-se

---

<sup>207</sup> Idem

<sup>208</sup> De acordo com o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil a partir de 1964, Dênis constava até 1991 como desaparecido político quando seus restos mortais foram identificados e trasladados para a cidade de Natal.

<sup>209</sup> Não tivemos acesso a este documento, mas Zenaide de Oliveira, em entrevista que nos concedeu, garantiu que efetivamente este documento foi escrito e que o mesmo consistia na reafirmação da “Tese do Recuo”.

<sup>210</sup> “Ficar Para Lutar (ou Quem Samba Fica quem não Samba vai Embora)”, assina Carlos em 22.06.71, BNM Anexo 5469, p. 2 – Arquivo Edgar Leuenroth.

que o governo vinha alcançado alguns êxitos com sua política preventiva tal como a ACISO, mas, por outro lado, “Moisés” apontava para algumas áreas com potencial para a explosão de atritos políticos que não haviam sido eliminadas.

Um dos problemas apontados por “Moisés” foi o de que a VPR havia perdido a perspectiva estratégica da luta revolucionária. Se, por um lado, haviam superado o foquismo, por outro, como registra aquele militante, “abandonamos a preocupação do que seria o palco principal da luta (a guerrilha rural) e nos vimos rondando em torno da cidade, ensaiando tímidos atos de guerrilha urbana”.<sup>211</sup>

Para resolver os problemas e impasses do processo político em que se encontrava a esquerda armada, defendera o mesmo militante que a saída não estaria na desmobilização ou o recuo da luta, mas sim na capacidade de compreender efetivamente a realidade que vivem. Para isso seria preciso vivenciá-la e não retirar-se para o exterior. Quem fosse para o exterior então, deveria partir como um militante desligado da organização e do processo revolucionário.

Neste momento cristalizava-se uma terceira etapa de conflitos na VPR marcada pela interrupção da discussão e da perspectiva de decisão coletiva, na qual a minoria acataria a decisão da maioria. Se os debates sempre foram escassos, eles agora chegavam ao fim. Zenaide de Oliveira, sobre a interrupção das discussões, disse-nos:

*O Moisés, por exemplo, ele era mais cético em relação ao resultado das reuniões, ele dizia eu não vou perder energia com isso, porque ele sabia que tinha muita gente da pesada que queria voltar e ele estava preocupado em articular isso, dizia eu não vou perder tempo com esse pessoal, era quem samba fica quem não samba vai embora mesmo.*<sup>212</sup>

No mês de julho, outra vítima do esquema de Anselmo cai em poder da “repressão”, tratava-se de Heleni Telles Guariba, presa a 12 dias daquele mês e desde então, constando na lista de desaparecidos políticos. No ápice da desestruturação da VPR, José Raimundo da Costa é preso no dia 5 de agosto de 1971 e morto sob torturas no DOI-CODI do Rio de Janeiro.

No mesmo mês de agosto, Zenaide de Oliveira encaminha ao Chile três comunicados no qual assume a posição de comandante, cabível dentro das normas internas da VPR, e decreta a desmobilização da VPR no Brasil. No primeiro comunicado informava-se que:

*O novo comando assume a Org. praticamente extinta e vai tentar salvar o que sobrou, dentro da perspectiva política que considera mais justa*

---

<sup>211</sup> Idem, p. 7.

<sup>212</sup> Entrevista concedida por Zenaide Machado de Oliveira a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

*atualmente. Exige-se que todos os militantes obedeam ao centralismo e que mantenham a frieza diante da situação caótica.*<sup>213</sup>

No quadro das medidas que deveriam ser efetivadas, o segundo comunicado argumentava que:

*Os últimos acontecimentos provaram com sangue e fogo a inviabilidade dos grupos armados tais quais se encontram atualmente (...) sua indefinição política e sua extremada fragilidade orgânica foi responsável pela perda e numerosas vidas e pela queda de muitos companheiros nos últimos seis meses.*<sup>214</sup>

Diante da extinção da VPR no Brasil, colocava-se como objetivo imediato a preservação dos quadros que ainda se mantinham em liberdade e a “redefinição política retirando-se um balanço crítico objetivo da fracassada militância anterior.”<sup>215</sup> Decidia-se naquele momento pela suspensão das ações armadas e suspensão das reuniões com condições de segurança precárias, redução ao mínimo indispensável da circulação dos militantes, estabelecimento de contatos de frente apenas para encaminhamentos urgentes e comunicação imediata às outras organizações da atual perspectiva política da VPR, isto é, que a VPR estava praticamente extinta no Brasil e que estavam se desmobilizando definitivamente.

A nova perspectiva política da VPR estaria contida nos documentos “O Problema Atual da Esquerda Revolucionária” assinado por “Guilherme”, e “O Futuro Começa Hoje”, assinado pela base Gerson Teodoro de Oliveira. Estes documentos seriam divulgados para a Frente.<sup>216</sup> Sem estrutura logística suficiente para manter os quadros nas mais básicas condições de segurança, decidia-se:

*O novo comando se julga em condições de assumir posição tão radical e absolutamente divergente do comando anterior por ser esta a posição da maioria dos quadros, considerar que tal posição está plenamente justificada e pelo fatos e que nenhuma outra foi apresentada de forma objetiva a não ser a espera suicida e indefinida e por possuir poderes orgânicos atuais segundo as normas que sempre estiveram em vigência na Organização.*<sup>217</sup>

<sup>213</sup> “Comunicado nº 1 - Novo Comando”, assina comando/VPR em 07.08.71, nº 30-Z-160-10553 p. 1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo..

<sup>214</sup> “Comunicado nº 2 - Medidas Imediatas”, assina comando/VPR em 07.08.71, nº 30-Z-160-10553, p. 1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>215</sup> Idem, p. 1.

<sup>216</sup> Não tivemos acesso a estes documentos, mas a informação sobre aqueles consta no Comunicado nº 2 enviado ao Chile.

<sup>217</sup> “Comunicado nº 3 - Aos Companheiros no Exterior”, assina comando/VPR em 07.08.71, nº 30-Z-160-10553 p. 1. DEOPS/SP - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Por fim, o terceiro comunicado informava que a VPR chegara ao esgotamento total no país: “Lentamente a Org. foi sendo destruída, não restando senão alguns quadros, muito poucos, que não tem a mínima segurança e dos quais a ínfima minoria tem uma experiência maior”.

O comunicado apresentava um quadro das prisões efetuadas desde março daquele ano quando do desligamento de Inês Etienne e de Lamarca: A UCJGB perdera de março a maio quase todos os membros sobrando poucos quando outros dois “caíram” entre maio e agosto. Em São Paulo já não havia mais contato com algum eventual militante que tivesse permanecido em liberdade. Com a morte do comandante “Moisés” no dia cinco de agosto “um novo comando que tomou medidas radicais para impedir o assassinato dos companheiros remanescentes. Enfim, hoje a Org. está extinta no Brasil.”<sup>218</sup> O comunicado terminava com o seguinte pedido:

*Precisamos que os companheiros nos enviem dinheiro o mais rápido possível; o mínimo é Cr\$ 35.000.00 (trinta e cinco mil cruzeiros). Sem este dinheiro, certamente não sobrar um único remanescente no Brasil. Esperamos com urgência a colaboração dos companheiros.*

Um dos aspectos que erigimos para entender o último grande conflito na história da Vanguarda Popular Revolucionária deita raízes em fatores de natureza moral.

Marcelo Ridenti, em *O Fantasma da Revolução Brasileira*, levanta a questão em termos de um suicídio revolucionário. Com esta interpretação, o autor observa que, a partir de um certo momento, sobretudo após a edição do AI-5, a militância clandestina na esquerda armada se inseriu numa forma de suicídio pessoal e político. Isto aconteceu em virtude do isolamento crescente, da marginalização social e da eficácia cada vez maior dos grupos de inteligência e de segurança do regime. Neste contexto, a morte fora inicialmente entendida como contingência do processo revolucionário no qual morria-se por fins sociais. Entretanto, numa segunda etapa, a morte se caracterizou pela insistência num projeto cada vez mais fadado ao fracasso, mas que não se poderia “abandonar o barco” pelo compromisso moral com aqueles que haviam sido presos ou mortos durante aqueles anos, em virtude do engajamento, pela obrigação moral da ética revolucionária.<sup>219</sup>

Os relatos do conjunto de ex-militantes da VPR que entrevistamos, excetuando-se Inês Etienne Romeu, corrobora para essa interpretação. Acerca das razões para a insistência na posição de não recuo pra o exterior e da luta armada, “Mário Japa” nos relatou:

*Não era só uma questão moral, era uma questão de ser covarde ou ser corajoso, de ter amor à pátria ou não ter, de ter amor ao povo. Era uma carga tremenda, você desbundava, a gente podia, racionalmente por análise política, contar que era uma causa perdida, mas tem o outro*

<sup>218</sup> Idem, p. 2.

<sup>219</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*. SP: Ed. da Unesp, 1993.

*lado, e para não ser um desbundado tinha uma carga moral, a questão de lealdade, um monte de coisas.*<sup>220</sup>

Neste mesmo sentido, Ubiratan de Souza, que esteve no Chile, reitera a avaliação de “Japa”: “ali existia um problema moral que dificultava isso, uma avaliação política mais tranqüila. Diminuir as ações armadas e fazer um trabalho político era considerado não um recuo político, era considerado um recuo ideológico”.<sup>221</sup>

Concretamente, a repercussão no Chile da decisão pela desmobilização da VPR no Brasil, agudizou a luta que se travava ente dois grupos no Chile. Para um setor da organização, o comunicado não extinguiu a VPR tanto no Brasil como no exterior. O grupo liderado por Onofre Pinto, reforçado por alguns quadros que regressavam de Cuba para ingressar no Brasil, opôs-se frontalmente à perspectiva de recuar da luta armada. Em certa medida, a luta entre posições políticas no Brasil ocorria simultaneamente no Chile. Os ex-militantes por nós entrevistados que estiveram no Chile apontam claramente a existência deste conflito, inclusive com um grau de agressividade significativo. Maria do Carmo, por exemplo, relatou-nos que o grupo de Onofre hostilizava todos os quadros contrários à continuidade da luta naquelas condições. Atingiu-se um nível da luta entre os grupos no Chile em que ameaças eram feitas aos adversários.

Onofre Pinto, naquele momento, depositava sua esperança no trabalho que o cabo Anselmo dizia estar desenvolvendo, e, por conseguinte, evoluindo. Ao lado de Onofre, não foram poucos os militantes que se preparavam para regressar ao Brasil. Se, por um lado, chegavam militantes de Cuba, por outro, vários militantes realizavam treinamento guerrilheiro no Chile. Neste sentido, Ubiratan Souza, quadro gaúcho da VPR, disse-nos em entrevista que o treinamento que se realizava no Chile reproduzia o treinamento que se dava em Cuba e contava com a participação de inúmeros grupos guerrilheiros da América do Sul.

Cláudio Gutiérrez, cuja militância na VPR inicia somente no Chile, contou-nos que foi designado por Onofre Pinto a montar uma base de transposição na Bolívia, de onde se retornaria para o Brasil. De regresso do trabalho que fracassara na Bolívia em virtude do golpe militar ocorrido naquele país, Gutiérrez é designado ainda para montar uma nova base de transposição na Argentina e por fim no Uruguai, todas as tentativas efetivadas sem lograr êxito.

Onofre Pinto, não convencido do esgotamento das possibilidades de retornar ao Brasil e dar continuidade à luta armada, articula o retorno de seis militantes para o Brasil em fins de 1972 com

<sup>220</sup> Entrevista concedida por Maria do Carmo Brito e Mário Japa a Fábio André G. das Chagas no dia 30 de abril de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>221</sup> Entrevista concedida por Ubiratan de Souza a Fábio André G. das Chagas no dia 11 de outubro de 1999 na cidade de Porto Alegre/RS.

o objetivo de criar uma infra-estrutura e iniciar um trabalho político na região de Pernambuco. Sob o contato do Cabo Anselmo, homem de confiança de Onofre, o grupo da VPR composto por Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, Pauline Philippe Reichstul, José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma é dizimado a sete de janeiro de 1973. A insistência de Onofre Pinto e seu grupo só acabaria quando aquele ex-sargento, um dos principais dirigentes da história da VPR, de regresso ao Brasil em julho de 1974, desapareceu com cerca de outros sete militantes. A maior parte da militância da VPR já havia abandonado a perspectiva de prosseguir com a luta armada, mas para o grupo que ainda mantinha a perspectiva de retorno, chegava ao fim a trajetória da Vanguarda Popular Revolucionária.

### Considerações Finais

A recuperação da história da Vanguarda Popular Revolucionária sob a ótica dos seus conflitos internos nos permitiu identificar três grandes embates, cada um deles correspondendo a uma etapa da luta armada naqueles anos.

O primeiro grande conflito na VPR foi travado num período marcadamente “anti-teoricista” do movimento revolucionário brasileiro. A inexistência de uma linha política e de uma formulação clara para responder à conjuntura em 1968 propiciou o desenvolvimento autônomo dos setores que compunham a VPR. Neste quadro, o “Setor Urbano” e a “Logística” cresceram sem que fossem definidos o peso e importância de cada um daqueles no processo revolucionário em curso. Com efeito, o “Setor Urbano” caminhava para a constituição de uma estrutura semelhante à de um partido político, enquanto a “Logística” realizava ações armadas sem as devidas considerações do comando político da organização. O desfecho da tensão que se acirrava entre aqueles setores atingiu seu ápice no “Congresso da Praianada”, expressando o primeiro grande conflito da VPR em termos da subordinação dos fatores políticos pelos fatores militares.

O segundo embate travado naquela organização inseriu-se num contexto em que se cristalizavam elaborações sobre a forma de luta mais adequada para aquele momento histórico. A expressão deste novo conflito consistiu na antinomia entre *massismo* e *militarismo*. Reiteramos, conforme havíamos advertido na introdução deste trabalho, que o ápice daquele conflito ocorrera no congresso da VAR-Palmares, portanto, quando a VPR momentaneamente deixara de existir.



Entretanto, percebemos que tanto a proposta *militarista* quanto a proposta *massista* advinham de um processo de amadurecimento daquelas posições no interior da VPR, não obstante a contribuição substancial à posição “massista” expressa na proposta das “União Operárias” gaúchas.

A partir deste congresso, as teses de “Jamil” ganham ênfase no seio da militância da VPR reconstituída, servindo com base de trabalho para a elaboração teórica da nova VPR.

Observamos, no entanto, que somente a antinomia *massismo/militarismo*, por si só, não explica em seu conjunto o conflito e o “racha” no qual a VPR foi reconstituída. Entendemos que o elemento “confiança” deve somar-se à compreensão daquele segundo grande embate na história da VPR. Conforme discorreremos no item sobre o “Congresso de Teresópolis”, as motivações para romper com a recém formada organização VAR-Palmares incluíram também uma forte desconfiança entre os grupos presentes naquele congresso. Em verdade, o elemento “confiança” permeou a trajetória da organização no decurso de 1968, no sentido de que quanto mais o militante se envolvia em ações armadas, tanto maior era sua credibilidade e sua confiabilidade. Deste modo, para além das motivações estritamente teóricas, ideológicas e programáticas, devemos considerar aspectos subjetivos como a confiança para entender o segundo grande embate daquela organização.

Finalmente, o terceiro e último conflito travado na Vanguarda Popular Revolucionária ocorrera quando do esfacelamento do conjunto das organizações clandestinas de esquerda. Fruto de um processo de discussão aberto após o seqüestro do embaixador suíço, irrompe naquele cenário a proposta de um recuo estratégico da VPR para o exterior, em face da situação da organização, afundada numa *dinâmica da sobrevivência*. Referimo-nos à *Tese do Recuo*. Contrapondo-se vigorosamente ao recuo, lança-se a proposta de *Ficar para Lutar*, consagrada na expressão *Quem Samba Fica, Quem não Samba vai Embora*. A característica deste último conflito é a recusa do debate interno para se chegar a uma decisão coletiva. A expressão *Quem Samba Fica quem não Samba vai Embora* é, por si só, esclarecedora desta característica. No bojo deste derradeiro conflito, entendemos que para enriquecer a análise sobre as motivações que levaram a insistência em *Ficar para Lutar*, deve-se considerar aquela posição em termos de um *suicídio revolucionário*, aspecto levantado por Marcelo Ridenti no qual a morte é colocada no plano de um compromisso moral para com aqueles companheiros que tombaram.

No que concerne ao outro objetivo deste trabalho, mostrar em que medida a VPR elaborou um projeto revolucionário com certo grau de originalidade, destacamos, primeiramente, o mérito daquela organização em buscar teorizar no calor do processo de luta armada.

A teoria elaborada pela VPR no “congresso da Tijuca” tomando como base de trabalho os textos de “Jamil” (Ladislau Dowbor) procurava superar o dilema de uma organização essencialmente urbana, cujo objetivo estratégico definido era a guerrilha rural. A VPR sistematizou uma forma de luta nas cidades considerando sua situação de clandestinidade, o aperfeiçoamento do aparato repressivo da ditadura, seu isolamento político das massas e sua precária situação material de subsistência. Nestas circunstâncias, a VPR lançou mão da *Propaganda Armada* como a forma de contato com as massas.

A preocupação em entender a realidade nacional esteve no centro das elaborações daquela organização, todavia, entendemos que o aspecto mais significativo da teoria “jamilista”, ampliada e aperfeiçoada no “congresso da Tijuca”, diz respeito à questão das camadas sociais marginalizadas. De acordo com os pressupostos da VPR, o papel revolucionário dos setores sociais marginalizados deveria ser considerado no plano das forças sociais envolvidas na luta de classes.

Nos dias de hoje, muito se ouve falar em “exclusão social” e “excluídos” nos meios de comunicação, no seio dos movimentos sociais e partidos de esquerda. A expressão “operariado” parece, cada vez mais, dar lugar ao termo “excluídos”. Ainda no calor da luta armada, a VPR procurou dimensionar a importância e o papel revolucionário que desempenhariam as massas marginalizadas, e isto, nos parece ser um mérito e um aspecto original do projeto revolucionário daquela organização.

A partir destas considerações, o estudo da história da VPR, sob o enfoque de seus conflitos internos, nos permite afirmar que aquela organização erigiu um projeto revolucionário com aspectos de originalidade para o momento histórico que vivia o conjunto das organizações proponentes da luta armada. Portanto, observamos que, na sua história, a Vanguarda Popular Revolucionária não se limitou a ecoar e importar sem crítica as formulações e os modelos revolucionários internacionais.

## **FONTES**

### **Arquivos**

**Arquivo Edgar Leuenroth** – Anexos do Projeto Brasil Nunca Mais (BNM)

**Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro** – Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho

**Arquivo Público do Estado de São Paulo** - DEOPS - documentos políticos da VPR apreendidos pelos órgãos de inteligência e segurança

**Arquivo pessoal do Professor João Quartim de Moraes** – documentos políticos VPR/VAR-Palmares.

### **Fontes Orais**

Depoimentos de:

Ana Matilde Sampaio Mesquita

Antônio Roberto Espinosa

Carlos Alberto Tejera de Ré

Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez

Darcy Rodrigues

Inês Ettiene Romeu\*

João Carlos Bona Garcia  
 João Quartim de Moraes  
 José Araújo Nóbrega  
 José Maurício Gradel  
 Ladislau Dowbor  
 Maria do Carmo Brito  
 Pedro Lobo de Oliveira  
 Renata Guerra de Andrade  
 Shizuo Osawa (“Mário Japa”)  
 Ubiratan de Souza  
 Wilson Egídio Fava  
 Zenaide Machado de Oliveira

\* Inês Etienne Romeu cedeu-nos relatos por telefone e forneceu informações em caráter informal.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, Isaías. *A Metade Arrancada de Mim*. SP: Estação Liberdade, 1989.
- ALVES Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*. Petrópolis: RJ: Ed. Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978)*.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Perfil dos Atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BAMBIRRA, Vania et.alii. *Diez Años de Insurreccion En America Latina*. Chile: Ediciones Prensa Latinoamericana, Tomo II, 1971. Artigo de MARINI, Rui Mauro. “La Izquierda Revolucionaria Brasileña y Las Nuevas Condiciones De Lucha de Classes”
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil. 1961-1964*. SP: Brasiliense, 1983.
- BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e Guerrilheiros no Drama da América Latina*. SP: Edições populares, 1981.
- BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia a dia*. RJ: Nova Fronteira, 1997.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. SP: Global editora, 1984.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. RJ: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Bar Don Juan*. RJ: Civilização Brasileira, 1982.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. RJ: Rocco, 1997.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres Que foram à Luta Armada*. SP: Ed. Globo, 1998
- CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil*. CUBA: Ed. Casa de Las Americas, 1973.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa & RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do Exílio, Brasil 1964 - 19??*. V. 1 De muitos caminhos.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Brasília: UNB, 1979.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- CORREA, Carlos Humberto P. *História Oral, Teoria e Técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- COSTA, Albertina Oliveira et. alii. *Memórias das mulheres do exílio*. RJ: Paz e Terra, 1980.
- CUNHA, Maria de Fátima da. *Eles ousaram lutar: a nova esquerda brasileira no período de 1964 a 1992*. Assis, UNESP, 1993. [Dissertação de mestrado em História]
- DANIEL, Herbert. *Passagem Para o Próximo Sonho*. RJ: Codecri, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os Anos de Chumbo: Memória Militar Sobre a Repressão*. SP: Relume Dumará, 1994.
- DEBRAY, Régis. *A Guerrilha do Che*. SP: Ed. Populares, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Revolução na Revolução*. Centro Editorial Latino Americano, s/d.
- DECKES, Flavio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil. 1966-1980*. SP: Ícone, 1985.
- DIAS, J. *El movimiento de Osasco. Sus luchas, sus actores, s.n.t. jul./dez., 1972*.
- DÓRIA, Palmério. *A Guerrilha do Araguaia*. SP: Alfa Ômega, 1978.
- DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*. SP: T.A. Queiroz, 1979.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. RJ: FGV, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Entre-Vistas: abordagens e uso da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 1996.
- FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*, SP: Novos Rumos, v.1, 1987.
- \_\_\_\_\_. "1968: Guerrilha Urbana e Movimento Operário". In *Ciências Sociais Hoje*. SP: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989.
- FREIRE, Alípio. *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos políticos*. SP: Scipione, 1997.
- FREITAS, Alípio. *Resistir é Preciso*. RJ: Record, 1991.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura. A História da Repressão no Brasil*. SP: Global, 1979.
- GABEIRA, Fernando. *O Que é Isso Companheiro?* RJ: Nova Fronteira, 1982.
- GARCIA, João Carlos B. *Verás que um Filho teu não foge à luta*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Posenato, 1989
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed., São Paulo: Ática, 1998.
- GUEVARA, Ernesto. *A Guerra de Guerrilhas*. SP: Ed. Populares, 1987.
- GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schafter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. RJ: Paz e Terra, 1985.
- JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. SP: Global, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Marighella: inimigo número um da ditadura*. SP: Sol e Chuva, 1997
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. RJ: Francisco Alves, 1995.
- LÊNIN, V.I. *Que Fazer?* SP: Hucitec, 1978.
- MARIGUELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro Urbano e Outros Textos*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1974.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*. Campinas: Papirus, 1987.

- MIR, Luís. *A Revolução Impossível: A Esquerda e a Luta Armada no Brasil*. SP: Best Seller, 1994.
- MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de Capricórnio*. SP: Global, 1987.
- MOCELLIN, Renato. *As Reações Armadas ao Regime de 64: Guerrilha ou Terror?* SP: Ed. do Brasil, 1989.
- MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: Vinte e Cinco Anos Depois, as Forças Populares Repensam Seus Mitos, Sonhos e Ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAES, João Quartim de. "O Colapso da Resistência Militar ao Golpe de 64". In: *Revista História*, SP: Unesp, nº 14, 1995.
- OKUCHI, Nobuo. *O Seqüestro do Diplomata*. SP: Estação Liberdade, 1991.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. RJ: Rosa dos Tempos 1992.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- POLARI, Alex. *Em Busca do Tesouro*. RJ: Codecri, 1982.
- POMAR, Vladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. SP: Brasil Debates, 1980
- PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. SP: Global, 1979.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. SP: Brasiliense, 1966.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro de Informação Viva*. SP: T.A. Queiroz, 1991.
- REBELLO, Gilson. *A Guerrilha do Caparaó*. SP: Alfa Ômega, 1980
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_ e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- \_\_\_\_ (Org.) *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. RJ: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_ (Org.) *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. RJ: Ed. da UFRJ, FGV, 1996.
- RIBEIRO, Octávio. *Por Que Eu Traí, Confissões do Cabo Anselmo*. SP: Global, 1984.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução brasileira*. SP: Ed. da Unesp, 1993.
- \_\_\_\_ *A Vanguarda e as Massas na Revolução que não Aconteceu*. SP: Vértice-Anpocs, 1987.
- \_\_\_\_ *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Tempo Social, *Revista de Sociologia*, USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 313-328, 2º semestre 1990.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. *Opções da Revolução na América Latina*. RJ: Paz e Terra, 1968.
- ROLLEMBERG, Denise. *A Idéia de Revolução: da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961-1979)*. RJ: Universidade Federal Fluminense, 1992. [Dissertação de Mestrado].
- ROSANVALLON, Pierre. "Por Uma História Conceitual do Político" In: *Revista História*, SP: V. 15, 1996.
- SAINT-PIERRE, Hector Luís. *Fundamentos Teóricos da Guerra Revolucionária*. Tese de doutorado apresentada ao deptº de Filosofia do IFCH da Unicamp, 1996.
- SAUTCHUK, Jaime. *Luta Armada no Brasil dos anos 60-70*. SP: Ed. Anita Garibaldi, 1995.
- SILVA, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil: Origens, Cisões e Propostas*. 2 ed. SP: DAG gráfica e editorial, s/d.
- SOUZA, Percival de. *Eu, Cabo Anselmo*. RJ: Globo 1999.
- SYRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. SP, Global, 1981.
- TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. SP: Alfa-Ômega, 1977.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- TORRES, Raimundo Negrão. *Nos porões da ditadura*. RJ: Expressão e Cultura, 1998.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*: O Ban, DOI/CODI 29 set. 70 -23 jan. 74. 3 ed. Brasília: Editerra, 1987. 345 p
- VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não Terminou*. RJ: Nova Fronteira, 1988.